



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO URBANO

Larissa Garrido Bezerra de Melo

**URBANISMO TÁTICO NO BRASIL:
A Perspectiva dos Coletivos Urbanos**

Recife
2022

Larissa Garrido Bezerra de Melo

**URBANISMO TÁTICO NO BRASIL:
A Perspectiva dos Coletivos Urbanos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito necessário à obtenção do Título de Mestre(a) em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientação: José de Souza Brandão Neto.
Coorientação: Alan Plattus.

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

M528u Melo, Larissa Garrido Bezerra de
Urbanismo Tático no Brasil: a perspectiva dos coletivos urbanos /
Larissa Garrido Bezerra de Melo. – Recife, 2022.
150f.: il.

Sob orientação de José de Souza Brandão Neto.
Sob coorientação de Alan Plattus.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Urbano, 2022.

Inclui referências.

1. Urbanismo Tático. 2. Coletivo urbano. 3. Arquiteto e urbanista.
4. Educação urbana. 5. Arquitetura e Urbanismo no Brasil. I. Brandão
Neto, José de Souza (Orientação). II. Plattus, Alan (Coorientação).
III. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-193)

Larissa Garrido Bezerra de Melo

**URBANISMO TÁTICO NO BRASIL:
A Perspectiva dos Coletivos Urbanos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito necessário à obtenção do Título de Mestre(a) em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 19/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. José de Souza Brandão Neto (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Adriana Sansão Fontes (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Ênio Laprovitera da Motta (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A Deus, principal razão de eu ter chegado até aqui;
À minha mãe, por aguentar todas as crises de ansiedade;
Ao meu pai, por me sustentar fazendo um mestrado sem bolsa;
Aos Beagles, por terem me feito companhia na longa e infinita missão de escrever;
À João Mario, meu primo e amigo que agora entende tanto de Urbanismo Tático quanto eu;
Ao meu irmão;
Ao meu orientador Zeca Brandão;
Ao meu co-orientador Alan Plattus;
Ao professor Fernando Diniz;
Ao professor Ruskin Freitas em memória, por ter me pedido para não desistir quando parecia impossível continuar;
A Mike Lydon, por ter me aberto as portas do seu escritório;
À Natália Vieira;
À Renatinha que me aguentou todos esses anos;
À Rafaela Martins, por celebrar minhas conquistas;
Aos amigos Evandro, Karine e Rebecca, que sabem a dificuldade que é fazer mestrado e vencer na vida pelo estudo no Brasil;
A Lucas Mineiro, por me preparar para minha palestra no exterior;
Aos amigos Glauber, Marlon e Rafa por existirem.
Aos amigos e colegas de profissão Mariana, Paulinha, Aninha, Kelvin, Adriano, Izabella, Rafaela, e especialmente Diego, por ter uma forma muito verdadeira de acreditar em mim.

RESUMO

O Urbanismo Tático é uma abordagem urbana marcado pela participação cidadã, podendo ter um caráter *bottom-up* que vai desde os ideais até as ações práticas, ou começar a partir de outros atores como o poder público ou iniciativa privada. O método em si foi popularizado após receber seu nome por Mike Lydon e Anthony Garcia em 2015, nos Estados Unidos, embora intervenções parecidas já acontecessem previamente, sem uma denominação específica. É importante esclarecer, também, que os princípios que norteiam esse método já apareceram em outros formatos e em diferentes ocasiões na história das cidades. Portanto este trabalho busca analisar também os possíveis momentos e movimentos que influenciaram no surgimento da ferramenta do Urbanismo Tático. Este, por sua vez, é um método que pode adquirir diferentes especificidades de acordo com o local que se insere. Dessa forma, após uma compreensão do tema no território em que ele surgiu inicialmente, os Estados Unidos, esse trabalho de dissertação encaminha-se para uma análise do Urbanismo Tático no Brasil, investigando, para isso, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos coletivos urbanos por meio dessa ferramenta nas cidades brasileiras. Portanto, através de questionários online aplicados em quinze coletivos urbanos de todas as regiões do Brasil, foi feita uma coleta qualitativa de dados acerca da relação desses grupos com o Urbanismo Tático, a partir das suas práticas e definições sobre a metodologia. Na análise desses dados, foram elencados também oito coletivos para uma entrevista compreensiva realizada por vídeo chamada. A análise dos coletivos visa destacar as formas que o Urbanismo Tático tem sido utilizado no Brasil pelos mesmos, com base nas suas definições, desafios e motivações em relação ao método. Esses grupos, surgidos no Brasil a partir do século XXI, revelam em sua forma de atuar novas maneiras de se conectar com a sociedade, seja por meios físicos ou digitais. Além disso, compostos em sua maioria por arquitetos e urbanistas, os coletivos trazem consigo o desejo desses profissionais em atuar no espaço urbano de forma ativa e de ressignificar a profissão do arquiteto e urbanista no Brasil. Embora a técnica do Urbanismo Tático envolva diferentes atores, os coletivos urbanos, além de praticar o método, são normalmente agentes articulados com a gestão pública, o setor privado e a sociedade civil, atores também envolvidos nesse tipo de abordagem.

Assim, a grande contribuição da pesquisa de dissertação consiste em trazer a análise de dados dos coletivos urbanos para o meio acadêmico, investigando como eles têm contribuído para a consolidação do Urbanismo Tático no Brasil. Esse processo abordou a visão de profissionais envolvidos com o método na prática, e deu visibilidade a esse novo arranjo profissional voltado para as cidades que tem se denominado como coletivo urbano no Brasil. Por fim, a partir dos questionários e das entrevistas, que trazem cinco estudos de caso de Urbanismo Tático sendo um em cada região do país, fica confirmado também que os coletivos urbanos têm um papel importante na educação cidadã no Brasil por meio do Urbanismo Tático.

Palavras-chave: Urbanismo tático; coletivo urbano; arquiteto e urbanista; Brasil; educação urbana.

ABSTRACT

Tactical Urbanism is an urban intervention model marked by citizen participation, and it might have a bottom-up character that ranges from ideals to practical actions or has been used as well as a method by other agents like the city hall and the private sector. The method itself was popularized after being named as Tactical Urbanism by Mike Lydon and Tony Garcia in 2015, in the United States, although similar interventions would already happen before but without a specific denomination. It is also important to clarify that the principles that guide this method have already appeared in other formats in the history of cities. Thus, this work also aims to analyze the possible movements and moments that influenced the tactical urbanism raising, which may acquire different characteristics according to the location they are inserted. Therefore, after an understanding of the theme in the territory it emerged first, the United States, this dissertation work is directed towards the analysis of Tactical Urbanism in Brazil, investigating, for this, the work that has been developed by urban collectives using this method in Brazilian cities. Then, through online forms with fifteen urban collectives from all regions of Brazil, a qualitative reference of data related to the relationship between these groups and Tactical Urbanism will be formed. From these data, eight collectives were chosen for a comprehensive interview conducted through a video call. The analysis of the collectives aims to highlight how Tactical Urbanism has been used in Brazil by these groups, based on their definitions, challenges and motivations regarding the method. These groups, which emerged in Brazil in the 21st century, reveal in their way of acting new ways of connecting with society, whether by physical or digital means. In addition, composed mostly of architects and urban planners, the collectives bring with them the desire of these professionals to act actively in the urban space and to re-signify the profession of architect and urban planner in Brazil. Although Tactical Urbanism involves different actors, the urban collectives, in addition to practicing the method, have a good relationship with public management, the private sector and civil society, agents that also carry out this type of approach. Thus, the major contribution of the thesis research is to bring the analysis of data from urban collectives to the academic environment, investigating how they have contributed to the consolidation of Tactical Urbanism in Brazil. This process approached the

vision of professionals involved with the method in practice and gave visibility to this new professional arrangement focused on cities that has been called an urban collective in Brazil. Finally, based on the questionnaires and interviews, which present five case studies of Tactical Urbanism, one in each region of the country, it is also confirmed that urban collectives play an important role in citizen education in Brazil through the Tactical Urbanism.

Keywords: Tactical Urbanism; urban collective; Architect and Urban Planner; Brazil; urban education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	URBANISMO TÁTICO	16
2.1	CONCEITOS E DEFINIÇÕES	16
2.2	BASES TEÓRICAS	32
2.3	O URBANISMO TÁTICO POR LYDON E GARCIA.....	48
3	URBANISMO TÁTICO NO BRASIL	58
3.1	URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: GESTÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO	60
3.2	O URBANISMO TÁTICO NO BRASIL	66
3.2.1	A relação do urbanismo tático com a profissão do arquiteto e urbanista.....	66
3.2.2	A definição de urbanismo tático no Brasil e suas derivações.....	69
3.2.3	Críticas e aderências ao urbanismo tático no Brasil	73
3.3	OS COLETIVOS URBANOS E O URBANISMO TÁTICO.....	80
4	O URBANISMO TÁTICO NO BRASIL PELOS COLETIVOS URBANOS	86
4.1	DEFINIÇÃO DE URBANISMO TÁTICO PELOS COLETIVOS URBANOS E OS DESAFIOS NA SUA UTILIZAÇÃO.....	89
4.2	O URBANISMO TÁTICO E OS COLETIVOS URBANOS COMO OPÇÃO PARA O ARQUITETO E URBANISTA NO BRASIL	102
4.3	OS COLETIVOS URBANOS E SEU PAPEL DE EDUCAÇÃO URBANA ATRAVÉS DO URBANISMO TÁTICO	110
4.4	UMA INTERVENÇÃO TÁTICA EM CADA REGIÃO DO PAÍS.....	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
	REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de dissertação sobre Urbanismo Tático, com foco na perspectiva dos coletivos urbanos, foi motivado por uma experiência prática na área e inquietação pessoal sobre a atuação do urbanista no Brasil. Depois de ter cofundado e atuado no coletivo '*Oxe minha cidade é massa!*' por dois anos, tive contato com temáticas como o Urbanismo Tático e a percepção que outros urbanistas que desejavam atuar na área no Brasil também encontravam dificuldades. Durante esses anos de atividade no coletivo Oxe, observei que o Urbanismo Tático era um método que vinha crescendo nas cidades brasileiras, e que além de existirem outros coletivos urbanos espalhados no Brasil envolvidos com essa prática, o próprio conceito de coletivo urbano em si é algo que surgiu a partir de soluções alternativas para os problemas urbanos do Brasil.

Dada então essa conjuntura urbana brasileira que vem surgindo através de novas formas de abordagens colaborativas, o estudo pretende investigar como o método do Urbanismo Tático, originado nos Estados Unidos, se desenvolve e incorpora suas especificidades no Brasil, assumindo características próprias. O **objetivo geral** da pesquisa, portanto, consiste em uma análise do conceito do Urbanismo Tático no Brasil, trazendo uma análise das discussões científicas, mas com foco na perspectiva dos coletivos urbanos, fontes primárias desse trabalho de dissertação.

Como **objetivos específicos**, a pesquisa se propõe a fazer uma revisão bibliográfica do Urbanismo Tático em um contexto geral, e depois voltada para o Brasil. Para tal, o trabalho traçou o objetivo de trazer o contexto do cenário urbano brasileiro em relação a gestão pública e participação, para que quando os tópicos mais políticos em relação ao Urbanismo Tático fossem trazidos, existisse no trabalho uma pequena base sobre esse ecossistema político-urbano brasileiro. Por fim, o último objetivo específico foi trazer a contribuição dos coletivos urbanos em relação ao Urbanismo Tático, com o intuito de proporcionar mais participação desses agentes urbanos ao debate sobre o método.

Uma das motivações da escolha dos coletivos urbanos como fontes primárias é o fato de que existe pouca bibliografia dando voz aos profissionais dos coletivos urbanos, embora esse formato profissional cresça cada dia mais. Assim, a pesquisa propõe como hipótese geral, que a consolidação dessa ferramenta nas cidades brasileiras tem sido conduzida, em parte, por coletivos urbanos. A partir disso, a pesquisa também busca analisar se esses coletivos, compostos por profissionais de diferentes áreas, tem utilizado o Urbanismo Tático como método para ressignificar a relação das pessoas com a cidade e propagar uma educação urbana.

Estruturalmente, o trabalho de dissertação foi dividido em três capítulos, sendo os dois primeiros embasados em referências bibliográficas e o último numa pesquisa investigativa qualitativa. No primeiro capítulo da dissertação, o foco é entender a definição do conceito de Urbanismo Tático de uma forma ampla, partindo de onde a abordagem surgiu até suas influências e bases teóricas advindas de outros momentos culturais do mundo. Essa revisão será feita por meio de trabalhos de artigos, monografias, dissertações, e teses científicas, além de livros de urbanismo, tendo como principal enquadramento a definição de Urbanismo Tático dada no livro *Tactical Urbanism: Short-term action for Long-term change*, dos arquitetos que deram o nome ao termo, Mike Lydon e Anthony Garcia, e no livro *Urbanismo Tático: Um guia para as cidades brasileiras*, que foi o primeiro livro sobre o tema no Brasil, por Adriana Sansão.

O termo Urbanismo Tático surgiu no século XXI para denominar uma abordagem de intervenção urbana que tem como pilar estruturador a participação cidadã. Marcado por iniciativas *bottom-up*, foi denominado Urbanismo Tático por Mike Lydon e Tony Garcia, em 2015, nos Estados Unidos. Todavia, é importante esclarecer que esse método de intervenção urbana possui diferentes abordagens de acordo com suas correntes e teóricos, podendo ser enquadrado em diferentes intervenções e discussões, assumindo ou não outras nomenclaturas. As formas que o Urbanismo Tático é utilizado podem variar de acordo com o contexto do local em que se insere, mas em termos gerais é frequentemente impulsionado por um senso de identidade, de pertencimento e de apropriação dos cidadãos, podendo ocorrer através da parceria de diferentes atores urbanos, mas sempre com envolvimento da população.

Muitas das características do Urbanismo Tático já estiveram presentes em outros momentos da história das cidades, o que indica que em tais antecedentes podem ser encontradas as bases conceituais que influenciaram a formação da metodologia. Entre os acontecimentos marcantes que sinalizam novas formas de viver e lutar pelos espaços urbanos, estão os manifestos de direitos urbanos dos anos 1960 no cenário norte-americano e o *placemaking* que se consolidou nos anos 1990. Ainda anterior a esse período, nas vanguardas europeias do século XIX, existem também abordagens urbanas que já traziam conceitos e princípios sobre caminhabilidade, escala urbana e espaços públicos, vivenciados no *surrealismo*, *dadaísmo* e consecutivo *situacionismo*. Buscar outros contextos históricos cujas características dialoguem com o Urbanismo Tático auxilia na investigação do conceito dessa metodologia, na medida que analisa quais possam ser suas raízes.

No segundo capítulo, será feita uma breve revisão bibliográfica do contexto urbano brasileiro a partir dos anos XX chegando ao momento atual do Brasil, quando serão discutidas as problemáticas vivenciadas nas cidades brasileiras tanto pelo seu grande tecido informal como pelos problemas de gestão. A partir desse panorama, será analisado os desdobramentos do Urbanismo Tático no Brasil e investigado o que se tem dito sobre o método no meio acadêmico. No meio do capítulo, entra-se numa discussão mais específica sobre a relação do Urbanismo Tático com a profissão do arquiteto e urbanista, e depois do surgimento dos coletivos urbanos nesse contexto. Esse capítulo, além de trazer as definições do Urbanismo Tático e suas especificidades no Brasil, traz também um debate em que se discute tanto os pontos positivos quanto negativos do método por diferentes autores.

No Brasil, apesar do Urbanismo Tático apresentar similaridades com o modelo americano, onde o método se disseminou primeiro, é importante ressaltar que o método quando adotado em território brasileiro, têm criado e incorporado suas próprias especificidades. Em alguns estudos de casos trazidos no capítulo um, situados nos Estados Unidos, nota-se que as intervenções realizadas não são necessariamente ligadas a arquitetos e urbanistas ou profissionais ligados ao urbano, mas muitas vezes lideradas por um grupo de moradores que vislumbra um melhor uso de determinado espaço do bairro para

sua comunidade. Isso mostra que boa parte dos cidadãos possuem uma percepção urbana e engajamento cidadão diferente da população brasileira, já que em um país como os Estados Unidos as demandas são por um espaço melhor, e não por uma infraestrutura básica. Já no Brasil, muitas pessoas estão sobrevivendo sem um nível básico de infraestrutura urbana, o que diferencia suas necessidades assim como o direcionamento que uma metodologia como o Urbanismo Tático pode tomar.

Esse é um ponto crucial no debate acerca do urbanismo tático no Brasil. Com o desenvolvimento e a consolidação da cidade informal, que ocorre há décadas no Brasil, o Urbanismo Tático se apresenta de forma única no território urbano brasileiro. A sociedade brasileira, de uma forma geral, não possui a mesma noção de urbanidade dos habitantes de um país desenvolvido. Na emergência da abordagem do Urbanismo Tático nota-se, portanto, que grupos surgidos a partir do século XXI que se denominam como coletivos têm feito o papel de promover uma educação urbana e empoderamento cidadão, ao mesmo tempo que buscam engajar as pessoas em intervenções táticas.

Muitos dos questionamentos sobre a efetividade das intervenções de urbanismo tático no Brasil acontecem porque a realidade urbana em que estas vêm sendo inserido é bastante diferente da realidade urbana do país que o originou. No Brasil ainda existem diversos problemas estruturais a serem resolvidos como ausência de saneamento básico, transporte público ineficiente, déficit habitacional, entre outros. Diante desse contexto, qual seria a melhor maneira de inserir o urbanismo tático nas cidades brasileiras a fim de obter mudanças que gerem melhorias urbanas? Embora estes sejam pontos levantados e discutidos longamente em artigos científicos que se concentram em apontar as fragilidades do urbanismo tático, em uma outra frente existem os profissionais que integram coletivos urbanos e têm buscado soluções para a crise urbana brasileira tendo o método do Urbanismo Tático como um dos aliados nessa busca.

A formação de uma corrente norteadada por esses coletivos visa solucionar problemas urbanos e ressignificar o olhar das pessoas sobre as cidades. Esses grupos possuem, normalmente, um caráter multidisciplinar, mas observa-se um

destaque no percentual de arquitetos e urbanistas. No terceiro capítulo, portanto, será apresentada toda a parte de pesquisa qualitativa do trabalho voltada para os coletivos urbanos. A partir desse momento não serão mais apresentadas questões e definições científicas sobre o Urbanismo Tático, mas a perspectiva dos coletivos urbanos sobre a ferramenta. A investigação partirá da definição do método respondida por quinze coletivos urbanos espalhados pelo Brasil em um questionário do Google Forms, e depois seguirá com análises que partirão das vinte perguntas respondidas no formulário. Essa etapa, além de promover um espaço de fala para os coletivos urbanos que vêm atuando nas cidades brasileiras, leva a uma reflexão que será discutida na conclusão entre os pontos e contrapontos da crítica científica quando posta em paralelo com a prática.

Os coletivos urbanos exercem, além do papel de intervir no espaço, a função de agregar conhecimento técnico do urbanismo a essas ações. Tem sido objetivo dos profissionais desses grupos, sobretudo dos arquitetos e urbanistas, fazer uso de estratégias pedagógicas na abordagem do Urbanismo Tático. A missão desses grupos vai, portanto, além da intervenção no espaço propriamente dita, mas busca também conscientizar a sociedade, reivindicar políticas públicas que permitam uma maior flexibilização nas intervenções urbanas e demandar, ao mesmo tempo que implanta ações temporárias, a execução de projetos definitivos e estruturais.

Ainda no terceiro capítulo, a partir da análise das vinte respostas dada no formulário por cada coletivo, serão selecionados cinco coletivos, cada um de uma região diferente do país. Além do critério geográfico de escolha, que teve como objetivo contemplar todas as regiões do país, foi definido que os cinco coletivos precisariam também ter diferentes formalizações e estudos de caso, a fim de explorar a variedade de formas que os coletivos têm atuado através do Urbanismo Tático. Essas videochamadas foram realizadas a partir do método de entrevista semi-diretiva, que possui um caráter mais aberto e etnológico, a fim de colher informações mais específicas e que possam informar dinâmicas dos coletivos que não foram contempladas nos questionários. **As entrevistas buscaram identificar, através do discurso dos coletivos, se o Urbanismo Tático tem desempenhado um papel importante para uma educação cidadã no Brasil**, uma vez que 100% dos coletivos que responderam os questionários

afirmaram ter um relacionamento com a sociedade civil, além da maioria dos coletivos terem trazido nas questões abertas o objetivo de empoderar e educar os cidadãos no contexto urbano.

A partir das entrevistas com os cinco coletivos urbanos, um de cada região do país, escolhidos a partir dos questionários respondidos online por quinze coletivos brasileiros, foi possível analisar pontos como o entendimento e aplicação do Urbanismo Tático pelos coletivos, além do impacto dessa prática na profissão do arquiteto e urbanista. As pesquisas qualitativas vieram consolidar a visão de que os coletivos urbanos têm assumido um papel educativo urbano por meio do Urbanismo Tático no cenário contemporâneo.

2 URBANISMO TÁTICO

2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O século XXI, marcado pelo crescimento vertiginoso da internet, trouxe consigo várias mudanças que impactaram a sociedade, transformando as formas de trabalho, de relacionamento, de mobilidade e de comunicação. Nesse cenário, as pessoas também se fizeram mais presentes e participativas nas questões econômicas, políticas, sociais e culturais à sua volta e no mundo. A facilidade e a rapidez do acesso à internet, permitindo que uma informação seja encontrada por milhões de usuários por meio de um clique, em menos de um segundo, vem mexendo com as estruturas antigas de poder estabelecidas na sociedade.

Nicco Mele (2013 *apud* LYDON; GARCIA, 2015, p. 74) aponta, em *The End of Big*, que *conectividade radical* é sobre a transferência de poder de instituições para indivíduos, fenômeno em que as ferramentas digitais possuem um papel fundamental. Sendo assim, as redes sociais exerceram um papel importante no cenário urbano, uma vez que cidadãos passaram a se posicionar sobre o ambiente em que vivem, além de se utilizar de espaços virtuais coletivos para também se apropriar e intervir nos espaços públicos.

Em seu livro *The End of Big: How the Internet Makes David the New Goliath*, Nico Mele explica o impacto, tanto positivo quanto negativo, que as ferramentas digitais estão tendo em algumas de nossas maiores instituições culturais. Ele chama a ampla adoção da tecnologia digital portátil e o acesso à Internet de “conectividade radical”. Segundo Mele, o Big Government, a Big Education, e o Big Journalism foram todos alterados para sempre pelo efeito democratizador do acesso às redes de informação. E graças a uma ampla variedade de softwares, hardwares e aplicativos baseados na web, as pessoas não precisam mais depender dessas instituições outrora veneráveis (MELE, 2013 *apud* LYDON, GARCIA, 2015).¹

¹ Referência original: In his book *The End of Big: How the Internet Makes David the New Goliath* Nico Mele explains the impact, both positive and negative, that digital tools are having on some of our largest cultural institutions. He terms the wide-spread adoption of handheld digital technology and access to the Internet “radical connectivity.” According to Mele, Big Government, Big Education, and Big Journalism have all been disrupted and forever altered by the democratizing effect of access to information networks. And thanks to a wide array of software, hardware, and web-based applications, people no longer need to rely on these once venerable institutions (MELE, 2013 *apud* LYDON, GARCIA, 2015).

Segundo Mike Lydon e Tony Garcia, a teoria do *The End of Big* está também ligada às mudanças que vêm ocorrendo no campo do planejamento urbano. A conectividade radical, junto à última grande recessão e ao crescimento demográfico nos Estados Unidos, é fundamental na modificação de um dos principais papéis centrais do governo: o *Big Planning* (LYDON; GARCIA, 2015, p. 74).

Não só no contexto das cidades americanas, mas também no território urbano brasileiro, o emprego de métodos alternativos de intervenções nas cidades, que sugerem apropriações de espaços públicos da cidade através de estratégias *bottom-up*, foram propagados, em grande parte, por esse rápido crescimento da internet. Isso pode ser explicado pelo crescente número de intervenções urbanas que ganham expressividade e tomam forma através de manifestos, grupos ou páginas elaboradas em meio digital em prol de alguma causa urbanística.

Um desses métodos alternativos de intervenção, nomeado por Mike Lydon e Tony Garcia como Urbanismo Tático, consiste em uma abordagem urbana que busca gerar espaços públicos de qualidade através de ações curtas e de baixo orçamento. Na visão dos autores, o Urbanismo Tático define-se como um método de teste de um potencial espaço público da cidade, por meio de uma intervenção temporária, o que conferiu a ele a função de testar fases para a implementação definitiva de um projeto, envolvendo a população nos processos e testando a viabilidade dele. Todavia, as discussões acerca do que é o Urbanismo Tático e quais são os seus benefícios e seus malefícios para a sociedade são muito mais amplas.

Embora a terminologia “Tactical Urbanism” tenha surgido pela primeira vez na literatura especializada em meados dos anos 80, na obra *The Practice of Everyday life* (versão inglesa do livro escrito pelo antropólogo francês Michel de Certeau), o sentido contemporâneo do termo surgiu em 2015, com a publicação do livro “*Tactical Urbanism: Short-Term Action, Long-Term Change*”, de autoria dos arquitetos norte-americanos Mike Lydon e Tony Garcia. Na esteira do sucesso desse livro, Mike e Tony criaram o escritório “*Street Plans Collaborative*” e passaram a proferir palestras e desenvolver projetos em vários países do mundo. Em menos de 5 anos, o Urbanismo Tático transformou-se numa das vertentes mais importantes do urbanismo contemporâneo (BRANDÃO, 2020).

Autores que discorrem acerca dos métodos urbanos de intervenção *bottom-up* têm reforçado os impactos dessas interferências para as cidades contemporâneas. Tais teorias têm contribuído para o desenvolvimento do debate acerca de uma abordagem que poderia ser entendido como uma ferramenta urbana colaborativa.

Em sua obra *A Invenção do Cotidiano*, Michel de Certeau discorre acerca dos pequenos processos que ocorrem na vida urbana, dirigindo-se ao lado oposto dos mecanismos impostos pelas estruturas dominantes de poder. Dessa forma, o autor defende o que chama de “*everyday urbanism*”, que acontece por meio das ações de cidadãos movidos pelos seus desejos de transformar seu espaço urbano. Com intervenções voltadas para diversas escalas, sejam em ruas, em bairros ou em cidades, as pessoas disseminaram, através da apropriação, a expressão que futuramente viria a ser conhecida como “*get things done*”, que, em português, foi traduzida como “vai lá e faz”.

Segundo Certeau, em suas ideias acerca da cidade-conceito, “a racionalização da cidade acarreta a sua mitificação nos discursos estratégicos, cálculos baseados na hipótese ou na necessidade de sua destruição por uma decisão final”. Porém, por outro lado, a vida urbana, enquanto processo, se prolifera de forma autônoma e espontânea através de pequenos atores fora do poder panóptico:

Hoje, sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluiu. A linguagem do poder “se urbaniza” mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional - impossíveis de gerir (CERTEAU, 2014, p. 161).

De acordo com as ideias de Certeau, conclui-se que, enquanto os projetos urbanos se deslegitimam em prol de interesses políticos e socioeconômicos, as pessoas relatadas pelo autor como cidadãos ordinários são responsáveis pelos fenômenos urbanos espontâneos da cidade que não apenas as dão vida, mas também apontam para a direção oposta as estruturas dominantes de poder.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que as intervenções de Urbanismo Tático são, assim como outros processos urbanos, uma forma de ação desses micro agentes urbanos nas cidades fora do poder panóptico.

Em *Acupuntura Urbana*, o Arquiteto e Urbanista Jaime Lerner, três vezes prefeito da cidade de Curitiba e duas governador do estado do Paraná, usa uma metáfora para criar diversas formas de identificação com o espaço urbano. Lerner recorre à ciência e cria um cenário em que as cidades são pacientes que necessitam acupuntura. Essas acupunturas de diversos tipos acontecem de diversas formas, sendo, uma delas, através da identidade dos cidadãos com o seu espaço urbano:

Uma boa acupuntura urbana seria provocar o conhecimento de cada um sobre sua cidade. Quantas pessoas, na verdade, conhecem sua própria cidade? Dificilmente alguém respeita o que não conhece. Mas como respeitar se você não entende sua cidade? (LERNER, 2003, p.57)

Nessa citação, fica clara a importância de os cidadãos conhecerem seu espaço urbano. Por isso, Lerner sugere que as pessoas olhem os mapas de suas cidades, reparando em seus bairros, corpos d'água e relevo; depois desenhando essas informações em um papel. É importante que os cidadãos entendam, de fato, seu espaço urbano e, assim, se sintam parte daquele ambiente. O sentimento de pertencimento leva a apropriação, que, por sua vez, estimula os habitantes de uma cidade a se envolverem nos processos que ocorrem no seu espaço, podendo contribuir e cobrar pelo desenvolvimento de um espaço coletivo e saudável para se viver. Essas ideias, defendidas por Lerner, se encaixam no contexto das intervenções de urbanismo tático, uma vez que elas buscam uma melhor integração entre as pessoas com seus espaços urbanos.

Embora ainda não existisse um termo para denominar o que hoje é conhecido como Urbanismo Tático, Lerner já argumentava sobre a necessidade de intervenções urbanas em espaços ociosos da cidade, uma característica bastante abordada na ceara do Urbanismo Tático. Para ele, esses reparos devem ser rápidos e descomplicados, que é justamente no que irá consistir o urbanismo tático anos depois.

Muitos dos grandes problemas urbanos ocorrem por falta de continuidade. O vazio de uma região sem atividade ou sem moradia pode se somar ao vazio dos terrenos vazios. Preenchê-los seria uma boa acupuntura. Um terreno, quando vazio, tem que ser preenchido imediatamente, de preferência com alguma atividade de animação. Defendo até a possibilidade de se instalarem estruturas provisórias para consolidar algumas atividades até que surjam novos projetos (LERNER, 2003).

Existem diversas intervenções táticas que podem, de fato, ser entendidas como um processo de acupuntura na cidade e podem ser protagonizadas por profissionais da arquitetura e urbanismo, ou cidadãos engajados com o espaço urbano, que buscam estabelecer uma cidade mais atrativa para os pedestres. A intervenção realizada em Raleigh, na Carolina do Norte, é um exemplo disso. Essa ação, idealizada e realizada por um aluno do curso de mestrado em Arquitetura Paisagística e Desenvolvimento Urbano, começou de forma informal e foi realizada pelo estudante juntamente com moradores locais, que utilizaram da sua criatividade e do potencial da internet para realizar sua ação. Durante a madrugada, o estudante Tomasulo pendurou, cuidadosamente (sem depredar), placas com incentivos à mobilidade ativa com a ajuda de colegas e, nos dias seguintes, teve um reconhecimento positivo dos habitantes do local. Nessas placas, estipulava-se a distância entre alguns pontos da cidade a pé ou de bicicleta. Com a adesão das pessoas a sua intervenção e após alguns entraves com o governo, que chegou a retirar as placas, ocasião em que a população colocou todas novamente, o projeto foi reconhecido legalmente e reproduzido em outras cidades dos Estados Unidos em prol da *caminhabilidade*.

O trabalho de Tomasulo demonstra como a abordagem “faça você mesmo” para infraestrutura cívica pode influenciar rapidamente o processo convencional de entrega de projetos, e também ressalta que um não pode seguir sozinho sem o outro para sempre para que o projeto e seus benefícios sejam adotados e difundidos em outros lugares da cidade (LYDON; GARCIA, 2010, p. 116).²

² Tomasulo’s work demonstrates how the do-it-yourself approach to civic infrastructure can quickly influence the conventional project delivery process, and it also underscores the point that one can’t go it alone forever if the project and its benefits are to be adopted and spread elsewhere in the city (LYDON; GARCIA, 2010, p. 116).

Imagem 1. Projeto de Urbanismo Tático em fase inicial/Informal



Fonte: LYDON; MYKE, 2015, p. 113.

Imagem 2. Projeto de Urbanismo Tático em fase de implementação legal



Fonte: LYDON; MYKE, 2015, p.114.

Já no contexto brasileiro, um exemplo de intervenção de urbanismo tático realizada em favor da *caminhabilidade* e defesa do protagonismo do pedestre na cidade foi a ação realizada em Recife pelo INCITI, uma rede de pesquisas de

professores da UFPE que busca, em articulação com outros setores, gerar transformações nas cidades.

A intervenção temporária, denominada *Carimbos Urbanos*, promovida pelo INCITI em participação com coletivos urbanos da cidade do Recife (entre eles: *Aguapé*, *Atelier Vivo*, *Coletivo Massapé*, *Ameciclo*, *Ôxe*, *minha cidade é massa!* e *Rede de Articulação pela Mobilidade (RAMO)*), além do apoio do *Fab Lab Recife* e do *L.O.U.Co*, promoveu a ativação de um espaço na Rua do Futuro, próxima a colégios e ao Parque da Jaqueira. A ação trouxe ao pedestre a possibilidade de ‘construir a cidade’ enquanto refletia sobre o assunto e teve um forte caráter visual, utilizando as técnicas do estêncil, dos carimbos e da pintura. Foi criada uma trilha colorida e uma faixa de pedestre que trouxeram boas repercussões nas mídias sociais, pelo uso da hashtag da ação (*#carimbosurbanos*), com a intenção de provocar as pessoas acerca da *caminhabilidade* da cidade, além de chamar atenção para o respeito que deve existir entre os modais de transporte e pedestres.

Imagem 3: Intervenção Carimbos Urbanos



Fonte: Biblioteca do coletivo *Oxe minha cidade é massa!*

Segundo o arquiteto e pesquisador Jan Gehl, uma cidade sustentável é fortalecida se grande parte de seu sistema de transporte puder se dar por meio da “mobilidade verde”, ou seja, por meio de deslocamentos a pé, de bicicleta ou de transporte público. Segundo o autor, esses meios proporcionam benefícios à economia, ao meio ambiente e à saúde (GEHL, 2015). Um dos propósitos das intervenções, conhecidas como táticas ou alternativas, é tornar o pedestre protagonista nas cidades, afinal, desde o surgimento da cidade moderna, o modelo urbano voltado para o transporte individual tem vigorado em muitas cidades do mundo. Em *City: Rediscovering the center* (1988), de William Whyte, o tema da *caminhabilidade* e das condições urbanas do pedestre também é discutido junto com outras questões urbanas, quando o autor discorre sobre suas experiências de observação nas cidades, sobretudo em Nova York.

O pedestre é um ser social: é também uma unidade de transporte, maravilhosamente complexa e eficiente. Ele é autônomo, autopropulsado e avança com um campo de visão de cerca de 100 graus de largura, ampliando ainda mais isso com movimentos de varredura para frente e para trás para quase 180 graus. Ele realiza uma série de equações: dois padrões de cruzamento em frente e à esquerda, 290 pés por minuto, três à direita, angulação no carro de 30 graus e fechando, um par lado a lado bem à frente, um semáforo começando a piscar NÃO ATRAVESSE. Em frações de segundo, ele responde com mudanças de direção, acelerações e atrasos, e sinaliza para os outros que está fazendo isso. Pense nas ordens e nos computadores que seriam necessários para igualá-lo! Os engenheiros de transporte estão gastando milhões no desenvolvimento de sistemas automatizados de movimentação de pessoas. Mas o melhor, de longe, é uma pessoa (WHYTE, 1988, p. 56).³

Embora a obra de Whyte não discorra especificamente sobre urbanismo tático, as suas análises acerca do ambiente urbano são essenciais, uma vez que suas observações, muitas vezes, impulsionam as intervenções alternativas. O olhar voltado para as particularidades da cidade acaba gerando,

³ Referência original: The pedestrian is a social being: he is also a transportation unit, and a marvelously complex and efficient one. He is self-contained, self-propelled, and moves forward with a field of vision about 100 degrees wide, further widening this with back-and-forth scanning movements to almost 180 degrees. He monitors a host of equations: two crossing patterns at left front, 290 feet a minute, three on the right, angle on the car 30 degrees and closing, a pair abreast dead ahead, a traffic light starting to flash DON'T WALK. In fractions of a second he responds with course shifts, accelerations, and retards, and he signals to others that he is doing so. Think of the orders and computers it would take to match him! Transportation engineers are spending millions on developing automated people-mover systems. But the best, by far, is a person (WHYTE, 1988, p. 56).

frequentemente, um despertar sobre realidades que pedem transformação. Afinal, o Urbanismo Tático também se discute no espectro da amabilidade, que traz à discussão a relação de afeto do indivíduo com a cidade, já que a cidade é, naturalmente, um espaço social. Ao abordar a amabilidade em intervenções urbanas, é comum tratar-se, também, , como a memória afetiva, o pertencimento e a apropriação.

Nossas recordações são memórias espaciais e situacionais, elas são lembranças conectadas a lugares e eventos. (...) Projetamos continuamente significados e significações em tudo aquilo que encontramos (PALLASMAA, 2007, p. 20).

Em seu ensaio *Espaço, Lugar, Memória e Imaginação: A dimensão temporal do espaço existencial*, escrito em 2007, Juhani Pallasmaa discorre sobre a relação do indivíduo com os espaços e o poder que esses espaços exercem sobre ele. Segundo o autor, “a memória também é o terreno da identidade pessoal: somos o que lembramos”, afirmação que conduz a discussão para o caráter experimental do Urbanismo Tático. A partir do momento que intervenções temporárias, ou até mesmo efêmeras, são costuradas buscando promover uma relação dos cidadãos com o espaço urbano de uma forma afetiva, essas experiências ficam marcadas no imaginário coletivo de uma forma positiva. Assim, pode-se entender que o Urbanismo Tático atua, também, por meio de uma pedagogia urbana, buscando ressaltar direitos e deveres das pessoas em relação a seu espaço, ao mesmo tempo em que promovem um sentimento de amabilidade e de interação.

Amabilidade é um termo que evoca proximidade e abertura, seja no uso corrente, seja aplicado aos espaços urbanos, como desejei cunhá-la aqui – a amabilidade urbana. Nesse sentido, poderia considerá-la como um atributo do espaço amável, que promove ou facilita o afeto e a proximidade, opondo-se ao individualismo, por muitas vezes característico das formas de convívio coletivo contemporâneas (FONTES, 2013, *ebook*).

O trecho citado acima, retirado da obra *Em Intervenções temporárias, marcas permanentes*, se enquadra de forma eficiente na discussão, uma vez que Adriana Sansão Fontes discorre sobre conceitos como a amabilidade e a apropriação no contexto das intervenções temporárias, argumentando sobre o

potencial que essas práticas têm de marcar, contundentemente, os cidadãos por meio da experiência. A autora analisa o caráter dessas intervenções através de uma investigação dos processos que as envolvem, elencando tanto os aspectos positivos, quanto negativos no decorrer dessas.

A expressão “apropriação do espaço”, correntemente utilizada por antropólogos, psicólogos, sociólogos e urbanistas, designa as condutas que asseguram aos humanos o manejo afetivo e simbólico de seu espaço. Apropriar-se de um espaço significa reconhecê-lo como próprio, no sentido de apropriado, apto ou adequado para algo, ou mesmo tomar posse de algo físico ou mental (FONTES, 2013).

Esse conceito é fundamental no desenvolvimento tanto de ações efêmeras, quanto de intervenções temporárias, quando impulsiona e causa nas pessoas um desejo de cuidar do seu espaço. Por outro lado, pode ser discutido, ainda, em uma perspectiva de apropriação mercadológica, ocasião na qual as intervenções temporárias podem ser levadas apenas para um lado publicitário que é movido por jogos de interesses, não atingindo, de fato, seus objetivos finais de reativar espaços e fortalecer o sentimento de coletividade. Portanto, é essencial ter em mente, ao investigar abordagens que promovam a apropriação e o pertencimento, se elas estão, de fato, cunhadas em um propósito legítimo e não interessadas em privilegiar um público conveniente do ponto de vista do mercado, enquanto, ao mesmo tempo, é feita uma propaganda como sendo algo positivo.

Apesar dos temas dos grandes eventos e da “sociedade do espetáculo” já serem bastante investigados no campo acadêmico, cabe aqui uma pequena reflexão sobre essa tensão. Tomando-se os espaços públicos como locais de manifestações culturais da comunidade, locais onde é possível, em oposição aos espaços privados, a realização das trocas, os conflitos e os encontros (espaço cívico), e também como locais de consumo, espetáculos, festas, turismo e sociabilidade, estes são passíveis das mais diferentes formas de apropriação, desde as fundadas na participação popular (de baixo para cima) até as controladas pelo espetáculo (de cima para baixo). Muito se discute sobre as atuais intervenções temporárias de “grande porte”, se realmente contribuem para a população e a cidade, ou se funcionam como meros instrumentos para movimentar a economia voltada exclusivamente para o turismo e o consumo das elites (FONTES, 2013).

Além das intenções mercadológicas que podem estar mascaradas em intervenções efêmeras, existe, também, uma outra questão bastante discutida

em relação às intervenções temporárias. Tem sido recorrente situações em que líderes políticos, por exemplo, utilizam de abordagens como o urbanismo tático para se promover, uma vez que os princípios dessas ações sejam bem-vistas pelo grande público, os trazendo reconhecimento. Porém, uma vez beneficiados dessa propaganda, é comum que muitos desses espaços, que deveriam receber atenção e um projeto permanente no futuro, sejam ignorados pelo poder público e permaneçam para sempre temporários, até ficarem inacessíveis por falta de manutenção ou desgaste dos materiais provisórios.

No contexto das intervenções temporárias, o fenômeno chamado como “efeito maquiagem”, ocorre, muitas vezes, quando ações que deveriam ser temporárias e depois efetivadas como uma intervenção duradoura não seguem esse trajeto - situação em que o lugar, após algum tempo, volta à condição de abandono. Essa maquiagem, por sua vez, pode acabar mascarando problemas estruturais mais profundos e o apelo do projeto temporário apenas ter servido como uma propaganda para líderes políticos mal-intencionados. O arquiteto Zeca Brandão denomina essa prática como Urbanismo Populista, em seu artigo de opinião para o jornal Diário de Pernambuco:

O Urbanismo Tático no Brasil tem se caracterizado mais como um instrumento demagógico de gestão urbana do que, propriamente, um hábil e inovador modelo de urbanismo. Por ter baixo custo de implementação, potencial de mobilização popular e capacidade de oferecer melhorias urbanas imediatas, gestores locais têm, por vezes, se beneficiado dessa estratégia para atender provisoriamente às demandas de infraestrutura urbana que requerem soluções efetivas e permanentes (BRANDÃO, 2020).

Embora os benefícios dos métodos alternativos de intervenção urbana estejam presentes na sociedade, o debate acerca da efetividade dessa nova forma de pensar a cidade é extenso e abarca questões mais profundas. Existem uma gama de questionamentos acerca da efetividade do urbanismo tático, além dos seus possíveis efeitos colaterais. Em um artigo publicado na Revista *E-metropolis*, o professor Neil Brenner, de Teoria Urbana, em Harvard, aborda diversos pontos e contrapontos relativos ao urbanismo tático, tendo como referência uma exposição sobre o crescimento desigual das cidades no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA).

Quais tipos de benefícios o “urbanismo tático” poderia oferecer às cidades que vivem sob a tensão do rápido crescimento populacional, que intensifica a reestruturação industrial (agravando a situação das infra estruturas físicas sociais – que passam a ser consideradas inadequadas), que aumenta em níveis cada vez mais crescentes a polarização das classes sociais (mantendo precariamente o funcionamento de instituições públicas em geral), e que ajuda a proliferar os desastres ambientais e a vertiginosa alienação popular? (BRENNER, 2016, p.7).

Brenner traz, no primeiro parágrafo, o panorama de grande parte das megacidades do mundo, reforçando os desafios estruturais e complexos que elas vivenciam, questionando, por fim, qual o papel que o urbanismo tático tem ocupado nessa perspectiva. Na visão do autor, a exposição do MoMa, *Uneven Growth*, conta com diversas afirmações otimistas sobre o Urbanismo Tático no contexto das propostas para as grandes cidades (Hong Kong, Istambul, Lagos, Mumbai, Nova York e Rio de Janeiro), porém, ainda de acordo com ele, “é necessário reconhecer que não está muito claro o conhecimento sobre a melhor maneira de os projetos associados ao urbanismo tático combaterem efetivamente o urbanismo neoliberal”.

Em alguns casos, os tipos de urbanismos táticos parecem mais propensos a reforçar os urbanismos neoliberais, aliviando-os temporariamente, ou talvez simplesmente deslocando alguns de seus efeitos sociais e espaciais perturbadores, mas sem interromper os regimes básicos associados a um desenvolvimento urbano – tudo isto sem desafiar a confiança fundacional das instituições governamentais que sustentam o projeto neoliberal. (...) Não se pode simplesmente presumir que, por causa de suas lógicas operacionais ou orientações político-normativas, as intervenções táticas vão de fato contra-atacar o urbanismo neoliberal (BRENNER, 2016, p.10).

Na análise feita por Brenner, são elencadas algumas características do Urbanismo Tático que, na sua visão, não combatem o urbanismo neoliberal e, até mesmo, em algumas ocasiões, acabam lhe oferecendo respaldo. Uma das observações diz respeito ao tipo de espaço na cidade em que as intervenções são normalmente empregadas, pois, sendo eles espaços intersticiais, que não são nem funcionais, nem perturbadores ao projeto neoliberal, acabam coexistindo com o último, o que reflete uma neutralidade ao sistema.

Outro ponto ressaltado foi a internalização de uma agenda neoliberal, que incentiva uma diminuição do papel das instituições públicas e uma extensão das forças de mercado. Por fim, Brenner também afirma que o urbanismo tático

“alivia algumas das falhas de governança e consequências socioespaciais disruptivas do urbanismo neoliberal, mas sem ameaçar seu controle sobre o marco regulatório que governa o desenvolvimento urbano”. Esse último ponto é, também, bastante debatido na esfera brasileira. Sendo o Brasil um país em desenvolvimento, os problemas urbanos estruturais estão presentes em grande escala, situação que gera diversos questionamentos acerca do Urbanismo Tático, visto que este pode resultar em uma “maquiagem” dos reais problemas de gestão e infraestrutura.

Embora a discussão em torno do Urbanismo Tático apresente críticas positivas e negativas, esse método de intervenção tem ganhado espaço em diversas cidades do mundo a partir do século XXI. Diante dessa nova perspectiva urbana em formação, diversos profissionais, sobretudo da área de arquitetura e urbanismo, têm se organizado e explorado esse método de intervenção, formando grupos que, hoje, costumam ser chamados de *coletivos urbanos*. Esses grupos podem variar na sua formalização e atuar de diversas formas, seja como ONG, empreendedorismo social, escritório de Arquitetura e Urbanismo, entre outras classificações. Adotando a máxima do “vai lá e faz” e agregando agentes urbanos variados na implementação de ações, essa nova abordagem tem gerado debates, inquietações e aprovações dos mais variados públicos. Embora existam lacunas a serem preenchidas e processos que precisam ser repensados, está claro que o Urbanismo Tático, dentro da sua variação de definições, tem modificado e ressignificado a atuação de arquitetos e urbanistas nas cidades, deixando um legado e possibilidades futuras para os territórios urbanos. Parte das transformações trazidas pelo método e pelos coletivos que, ainda diante de vários desafios, têm abraçado a causa do urbanismo colaborativo, serão analisadas no capítulo três por meio de entrevistas, questionários e estudos de caso dirigidos à parte desses coletivos atuantes no Brasil.

Embora exista uma gama de críticas em relação às intenções do Urbanismo Tático, as pesquisas realizadas aqui, a partir dos coletivos urbanos atuantes hoje no Brasil, podem apontar diferentes direcionamentos sobre as intenções nas quais são pautadas esse tipo de intervenção. A investigação tem como objetivo entender a atuação dos coletivos urbanos, especialmente porque, além desses grupos atuarem de uma forma prática no Brasil, eles se articulam

com outros agentes, como o poder público, a iniciativa privada e as universidades.

Ainda sobre o artigo de Brenner, ele afirma que o Urbanismo Tático acaba por compactuar com o fato de as instituições públicas não exercerem devidamente o seu papel, sendo, assim, conivente com essa falta de compromisso e transparência do poder público. Porém, se faz necessário entender de forma mais profunda como essas motivações do Urbanismo Tático ocorrem e quais são, de fato, suas motivações. Na obra *Tactical Urbanism*, de Mike Lydon e Tony Garcia, são explanadas diversas intervenções táticas lideradas por cidadãos comuns, que não só pediram o apoio do poder público e foram negadas, mas que fizeram as intervenções mesmo sem apoio, e, só depois, quando o projeto executado ganhou repercussão e adesão das pessoas, a prefeitura reconheceu e formalizou a intervenção. Essa dicotomia na relação entre as intervenções táticas e as instituições públicas também acontece no Brasil, porém, em grande parte das vezes, quem lidera as ações são os coletivos urbanos, frequentemente ligados, de alguma forma, à área da arquitetura e do urbanismo.

É importante também analisar como esses casos de Urbanismo Tático se relacionaram com o poder público. Diante do cenário pós-industrial, Lefebvre (1978) traz os conceitos das teorias de Karl Marx para a temática urbana e encontra nos termos “valores de uso” e “valores de troca” elementos que se encaixam no contexto urbano das cidades norte-americanas, quando um elevado interesse em priorizar o valor de troca em detrimento ao valor de uso foi marcante. Vale salientar que, no momento pré-revolução industrial, as cidades eram muito mais obra do que produto, pois não eram qualificadas como mercadoria, sendo caracterizadas mais como *valor de uso* do que *troca*.

A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade. Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, que se dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na própria cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais. Motivo de certas continuidades notáveis através das mudanças na sociedade (LEFEBVRE, 2011, p. 59).

Considerando que o urbanismo das cidades surgiu a partir de um emaranhado de instituições, torna-se impossível excluir do debate acerca do Urbanismo Tático a sua relação com o poder público. É importante, todavia, analisar as várias perspectivas desse relacionamento e a forma como ele se faz atuante antes de rotular as intenções da abordagem urbana em questão.

Um bom exemplo para entender uma das relações entre o urbanismo tático e as instituições públicas é a intervenção de *Intersection Repair*, em Oregon, cuja intervenção consistia na pintura de um cruzamento, com a intenção não apenas de diminuir a velocidade de veículos motorizados, mas de transformar o espaço em uma espécie de praça pública. Essa ação ocorreu na cidade de Portland e foi um exemplo que mostra a dificuldade de comunicação da sociedade com o poder público, além da burocracia em torno da aprovação de intervenções urbanas simples e rápidas. Esse exemplo mostra o motivo pelo qual muitas ações começam ilegalmente para, somente depois, apoiada pela adesão popular, conseguir o aval do governo para efetivação. Portanto, torna-se discutível o argumento que questiona as intenções do Urbanismo Tático alegando uma exclusão do poder público ou “conivência” perante a não execução de suas funções.

O caso da cidade de Portland, além de obter sucesso localmente, reverberou em outras cidades norte-americanas, que passaram a adotar, muitas vezes legalmente, esse abordagem urbana. Pode-se, então, concluir que o Urbanismo Tático é como um tipo de revolução, na qual as pessoas precisam se unir e chamar atenção para fazer valer seus direitos. Afinal, como alega Lefebvre (2010), “as cidades são a projeção da sociedade em determinado espaço”.

A cidade de Portland, em Oregon, possui uma vida urbana diversa, com muitos pedestres e ciclistas pelas ruas, carrinhos de comida, parques e outros detalhes urbanos que a tornam tão agradável. Essas conquistas, porém, foram resultado de uma cultura de participação cidadã que começou a partir da história de Lakeman, cidadão do bairro de Sellwood, que, após passar anos morando fora e estudando diferentes culturas e seus padrões de organização social, voltou a Portland e percebeu o quanto os bairros da cidade eram isolados entre si, além de contarem com poucos serviços essenciais em cada um deles.

Filho de dois arquitetos que o ensinaram sobre o valor do planejamento e do design, Lakeman cresceu cultivando um interesse pela profissão do

planejador urbano, embora percebesse que, mesmo bem-sucedidos, os projetos do seu pai no centro da cidade ficavam distantes da maioria dos bairros de Portland. Percebendo essas lacunas na cidade, Lakeman criou, a partir de materiais recicláveis e naturais, uma estrutura simples em um espaço urbano no bairro de Sellwood, para que os moradores pudessem se encontrar e discutir demandas, o que acabou criando um senso de comunidade no local.

Depois de vários encontros, os moradores precisaram desocupar o local por motivos legais, então Lakeman teve a ideia de transformar aquela estrutura em algo móvel a partir de uma caminhonete antiga. Nesse caso, a antiga T-How (pronunciada *Tea House*) passou a se chamar T-Horse, configurando um bom exemplo da expressão *hack the city*. Foi esse mesmo grupo de pessoas que, em 1996, apresentou ao *Portland Bureau of Transportation* uma proposta para pintar a esquina da Rua Southeast 9th com a Rua Sherrett, que foi negada sob a alegação de que o espaço era público, então ninguém podia “usar”. Diante disso, Lakeman, junto ao grupo, solicitou uma licença de evento para aquele espaço. Porém, ao invés de realizar atividades de lazer, o grupo pintou todo o cruzamento da rua em um ato de desobediência civil. Desde então, o espaço passou a ser chamado *Share-It Square*, contendo, também, uma estação self-service de chá 24 horas.

Imagem 4. Intervenção Share It-Square em Portland, Oregon



Fonte: LYDON, GARCIA; 2015, p. 97

Apesar de infringir ordens, a intervenção cumpriu seus objetivos, diminuindo a velocidade de veículos motorizados naquele espaço e se tornando um ponto de socialização e comércio para os moradores do bairro. Por meio do suporte de um dos membros da prefeitura que entendia o valor agregado a essas ações, após três meses de negociações, a prefeitura deixou que a intervenção permanecesse lá. Esse local, que virou um ponto de encontro para os moradores, sendo movimentado também pelas atividades das esquinas do cruzamento, com quiosques e quadros instrutivos sobre o que havia acontecido ali, teve repercussão em outras cidades, fazendo com que elas adotassem esse tipo de intervenção tática.

Uma grande vantagem do Urbanismo Tático é que essas intervenções são como um termômetro, pois possibilitam entender se a proposta que foi pensada de maneira estratégica realmente se adequa a realidade das pessoas. Assim, pode-se melhorar tanto uma proposta criada para o espaço se ela não operar de modo satisfatório, como também poupar o dinheiro que seria gasto em vão na infraestrutura de um projeto urbano caso ele não tivesse sucesso, ou seja, não atendesse as necessidades reais da sociedade.

O caso retratado traz, também, à discussão o impasse que situa-se em torno da questão legal das intervenções de Urbanismo Tático, ocasião em que, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil, as ações costumam começar ilegalmente, sendo lideradas pelos próprios cidadãos ou por profissionais de arquitetura e urbanismo na informalidade. Segundo Lydon e Garcia, existe um espectro de legalidade nas ações relacionadas ao Urbanismo Tático, cenário em que interferências ilegais podem ser legalizadas de acordo com seus resultados e nível de adesão social atingido. Esse tópico será mais bem explorado a seguir, quando analisado o método do Urbanismo Tático sob a perspectiva desses autores.

2.2 BASES TEÓRICAS

Para analisar as características do Urbanismo Tático, seja no Brasil ou em qualquer outro território, é importante que se entenda as bases históricas que

influenciaram diversos princípios desse método urbano contemporâneo. Embora ele possua suas próprias características e particularidades, muitos de seus conceitos e valores já se apresentaram de diferentes formas ao longo da história das cidades.

Os conceitos de *caminhabilidade*, de encontros e de derivas urbanas, por exemplo, são debatidos na sociedade desde o século XIX, a partir da experiência do *flâneur*, trazida por Walter Benjamin a partir da obra literária de Baudelaire e Allan Poe. No século XX, as vanguardas europeias, sobretudo o dadaísmo, o surrealismo e o situacionismo, propõem uma quebra e um desvio das formas vigentes de conceber os espaços, assim como o *flâneur*, no século XIX - todos esses em reação aos movimentos modernos. No cenário Norte-Americano, já nos anos 1960, outra reação sobre a forma como a modernidade foi instaurada nas cidades americanas também ganhou expressividade. Teve como destaque nesse debate a jornalista Jane Jacobs, por meio de sua obra *Morte e Vida das Grandes Cidades*. E, por fim, outro movimento que se consolidou no final do século XX, foi o *placemaking*, cujas características e métodos estão bastante presentes no Urbanismo Tático.

Hoje, no cenário urbano, é praticamente impossível advogar por cidades caminháveis, compactas e convidativas sem citar o movimento moderno e tudo o que ele imprimiu na sociedade. A relevância desse movimento se dá tanto na Europa do século XIX, quando a reforma de Paris já agitava o cenário urbano, como nos Estados Unidos do século XX, quando as pessoas foram para rua lutar por direitos urbanos.

Ao trazer reflexões sobre a modernidade, Berman aborda as ideias de Karl Marx, recorrendo, principalmente, a uma de suas passagens no manifesto comunista acerca da atmosfera da modernidade: “todas as novas relações se tornam antiquadas antes que cheguem a se ossificar. Tudo que é sólido se desmancha no ar”. A última sentença citada, por sua vez, dá nome a obra de Marshall Berman, onde ele discorre sobre os conceitos da modernidade e traz a perspectiva de importantes escritores urbanos, como Baudelaire (BERMAN, 1986).

A citação de Marx acerca do ambiente da modernidade traz a atmosfera que tomou conta da Europa nos séculos XIX e XX, época em que o modernismo começou a tomar forma. A sociedade mergulhou em uma fase na qual a

variedade de oportunidades e novidades em diversos campos enchiam os olhos da população, porém uma explosão de conceitos acerca do que era o moderno fez da nova fase uma era não só de avanços, mas também de conflitos e contradições. Marshall Berman, em *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*, explora a trajetória e as características da modernidade, prestando atenção em suas nuances e trazendo a dialética entre as forças espirituais e materiais da época (BERMAN, 1986).

O século XIX vivia uma atmosfera de modernização, onde a industrialização e a urbanização, por exemplo, eram valorizadas e almeçadas, vistas como elementos modernos e prósperos. A experiência da modernidade, que toca as pessoas independente de raça, classe social, religião ou nacionalidade, poderia, supostamente, ter um caráter agregador, porém o que acontece é exatamente o oposto: ela gera uma “unidade da desunidade”. As pessoas são submetidas a tantas mudanças e contradições que acabam experimentando uma sensação de angústia e dúvidas diante das fragmentações.

Esse cenário gera, assim, um ambiente onde “tudo que é sólido desmancha no ar”, uma atmosfera composta por importantes descobertas científicas, industrialização das formas de produção, explosão demográfica junto a um crescimento urbano caótico, meios de comunicação de massa, estados nacionais mais poderosos, eclosão de movimentos sociais e expansão do mercado capitalista mundial. A soma desses elementos acarretou diversas mudanças na dinâmica social e levou as pessoas a desenvolverem um grande senso crítico (BERMAN, 1986).

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos, tudo que somos (BERMAN, 1986, p. 15).

Segundo Berman, a modernidade começa a ser incorporada na sociedade aos poucos, no século XIX, um cenário marcado por grandes convulsões nos âmbitos pessoais, sociais e políticos nas vidas das pessoas. Porém, o público do século XIX ainda não estava totalmente imerso nessa atmosfera da modernidade, enquanto, no século XX, o público moderno se expande, atinge a arte e o pensamento, acompanhado também de inquietações

e fragmentações. Isso multiplica os discursos acerca do moderno e cria divergências, fazendo com que o movimento perca nitidez, ressonância e profundidade.

Um exemplo da dualidade e das tensões inerentes à modernidade é a obra de Baudelaire, escritor marcante no cenário urbano, que teve um posicionamento pastoral e, em seguida, antipastoral em relação ao modernismo. Em um primeiro momento, Baudelaire se deixa fascinar pelas luzes e pela dinâmica da cidade e do homem moderno:

Não faltam assuntos, nem cores, para fazer epopeias. O pintor que procuramos será aquele capaz de extrair da vida de hoje sua qualidade épica, fazendo-nos sentir como somos grandiosos e poéticos em nossas gravatas e em nossas botas de couro legítimo. No próximo ano, esperamos os verdadeiros pesquisadores com a extraordinária delícia de celebrar o advento do novo! (BAUDELAIRE *apud* BERMAN, 1986, p. 139).

É apenas a partir de 1860, em meio a reforma urbana de Paris, que Baudelaire concentra seus escritos numa perspectiva mais crítica acerca da modernidade. Até 1867, ano de sua morte, o escritor dedicou-se a uma série de poemas em prosa que traziam a complexidade da modernização da cidade. Com a clareza de espectador e, ao mesmo tempo, participante das mudanças em Paris, a obra produzida nesse período por Baudelaire traria vida ao conceito de *flâneur* de Walter Benjamin. De acordo com Benjamin, o *flâneur* é aquele que perambula pela cidade contemplando ou simplesmente observando a multidão, o movimento das cidades. Disfarçado na multidão, o *flâneur* experimenta sensações diversas “numa população amontoada, onde cada um é, por assim dizer, desconhecido de todos os demais, e não precisa enrubescer diante dos olhos de ninguém” (BENJAMIN, 1994, p. 187).

Uma característica marcante do *flâneur* na obra de Baudelaire é sua relação com a cidade, principalmente pela transição urbana que se dá em Paris à medida que Georges Eugène Haussmann, chefe de departamento de Napoleão III, implantava uma vasta rede de bulevares no coração da cidade medieval. “No fim da tarde você quis sentar-se em frente ao novo café, na esquina do novo bulevar, ainda atulhado de detritos, mas já mostrando seus infinitos esplendores”, escreveu Baudelaire, ao mesmo tempo que traz, também na sua obra, as contradições do modernismo:

Ao lado do brilho, os detritos: as ruínas de uma dúzia de velhos bairros - os mais escuros, mais densos, mais deteriorados e mais assustadores bairros da cidade, lar de dezenas de milhares de parisienses - se amontoavam no chão (BAUDELAIRE apud BERMAN, 1986, p. 148).

Protestos contra as obras de Haussmann levaram a sua demissão em 1870, embora o tecido urbano da cidade de Paris já tivesse sofrido grandes transformações. A reforma da cidade deixa, na história, uma marca forte do modernismo e junto a isso, uma reação tanto cidadã, quanto intelectual em relação às formas de conceber os espaços urbanos. A figura do *flâneur* até hoje ocupa espaços importantes em debates em prol da *caminhabilidade* e das experiências nas cidades. Já os protestos, levantados na arrasada cidade de Paris, iriam se repetir de uma outra forma no século seguinte, no contexto norte-americano, impulsionados pela voz da jornalista e ativista urbana Jane Jacobs.

Mas, ainda antes das revoluções que agitaram os Estados Unidos na década de 1960 por direitos urbanos, ocorreu, na Europa, entre as décadas de 1910 e 1930, o período vanguardista. Essa reorganização artística, de caráter social, cultural e político, também marcou a forma como as pessoas entendiam seu espaço urbano, sobretudo a partir dos movimentos dadaísta, surrealista e situacionista.

A vanguarda do Futurismo também interferia na relação sujeito-cidade, mas trazia a ideia de movimento no espaço urbano, contemplando a velocidade e as rápidas mudanças às quais este era submetido. Já o Dadaísmo, negava o tradicionalismo formal do moderno e valorizava o ordinário, numa espécie de crítica à cidade burguesa, impelido por um ideal de ruptura e banalização da vida. Foi a partir de discordâncias dentro do movimento dadaísta que surgiu uma nova vanguarda: o Surrealismo. Essa corrente, que surgiu no final dos anos 1920, iria marcar ainda mais profundamente a relação das pessoas com a cidade. Tendo surgido na Europa no período entre as duas guerras mundiais, o Surrealismo teve importantes nomes que lidavam com as sequelas da Primeira Guerra, como Breton, que era estudante de medicina e atendente do hospital psiquiátrico do exército francês. Ao mesmo tempo, Breton entrou em contato com as ideias de Freud, o que fez com que ele se tornasse um precursor do Surrealismo, ao abordar o estudo do inconsciente como forma de acesso aos

símbolos e significados das coisas e eventos até então desconhecidos pelo racional. O surrealismo marcou o cenário urbano por meio de experiências como a deambulação urbana:

A deambulação – termo que contém a essência da desorientação e do abandono ao inconsciente – é a prática que nasce junto com o Surrealismo para viver os espaços urbanos em busca de seus territórios velados, além da vista. A deambulação, que nasceu da escrita automática, foi transposta pelos Surrealistas para o ato: o fruto deste passeio foi o Primeiro Manifesto Surrealista, texto que tornou o Surrealismo definitivo como movimento. (GONÇALVES, 2019 p. 57).

Além da experiência do caminhar no ambiente urbano, que proporcionava uma relação entre os habitantes com a cidade através da deriva, o Surrealismo também marcou o cenário por meio da produção de mapas. Neles, a cidade era representada de acordo com suas diversas ambiências e sensações provocadas por elas. No futuro, os situacionistas chamariam esses mapas de *L'archipel Influentiale*.

A criação desses mapas pode ser entendida como um antecessor dos mapas urbanos afetivos que são produzidos, hoje, no contexto urbano. Existem projetos urbanos, tanto estudantis, quanto profissionais, em que são produzidos mapas com o intuito de trazer relatos de histórias urbanas de memória afetiva, demarcação de áreas abandonadas, criação de pontos de intervenções urbanas, entre outras finalidades que vão se multiplicando a cada dia. O intuito desses mapas resgata o que foi experimentado no Surrealismo e no Situacionismo, podendo ter diversos objetivos: provocar uma sensação de afeto e pertencimento, advogar por uma causa, promover ações de ativismo urbano ou social, entre outras.

O coletivo Acupuntura Urbana, de São Paulo, desenvolveu mapas afetivos em Santa Cecília e Vila Buarque em parceria com o Magik JC, em 2017, localizando usos e interesses das edificações. O desafio foi ilustrar os pontos no entorno do empreendimento do Minha Casa Minha Vida, que é um conjunto de habitação social fruto de uma política pública, nesse caso construído pela Magik. Dessa forma, levando em conta questões culturais, sociais e históricas, os espaços e as edificações foram identificados, mostrando, também no mapa, o

senso comunitário e afetivo presente nos lugares. Outro projeto desenvolvido pelo mesmo grupo, numa escala menor, foi o mapeamento da Rua Maranhão, em São Paulo, em parceria com o *Istituto Europeo di Design*, em 2015. Nessa atividade, a tarefa era desenvolver um olhar mais sensível sobre o espaço, identificando vistas, cheiros, sensações e qualquer especificidade que pudesse marcar algum ponto da rua.

Imagem 5. Mapeamento afetivo do coletivo Acupuntura Urbana



FONTE: Arquivo do Acupuntura Urbana <http://acupunturaurbana.com.br/servicos/mapeamento-afetivo/>

Imagem 6. Mapeamento afetivo do coletivo Acupuntura Urbana



FONTE: Arquivo do Acupuntura Urbana <http://acupunturaurbana.com.br/servicos/mapeamento-afetivo/>

A criação de mapas urbanos e suas diversas finalidades são um exemplo de ação de urbanismo tático. São atividades desenvolvidas por cidadãos de diversos tipos e tem, como um dos objetivos, a apropriação dos espaços da cidade, além de ter um grande apelo educativo. Pode-se afirmar que esses mapas dão continuidade a conceitos e ideias presentes no Surrealismo e no Situacionismo. Assim, ressalta-se, mais uma vez aqui, a importância de entender os movimentos anteriores ao Urbanismo Tático, para que se possa entender de onde vieram os princípios desse método e comprovar a solidez de suas bases teóricas.

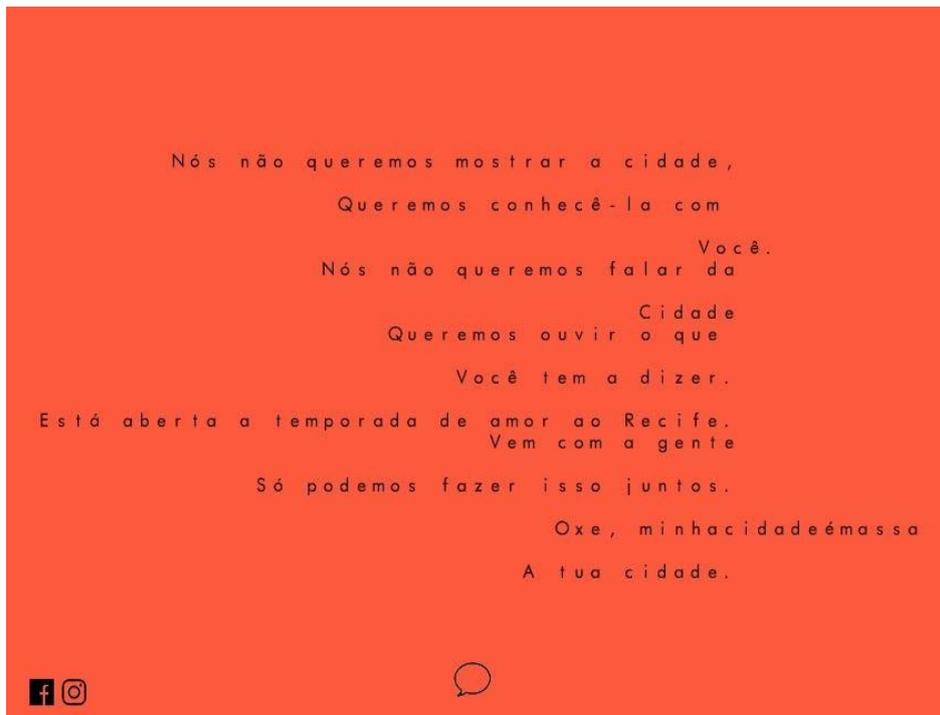
Dotado da influência da *flânerie* baudelairiana e das vanguardas Dadaísta e Surrealista, o situacionismo traz, para a perspectiva urbana, ideologias que advogam pela experiência nas cidades. Guiados por Guy Debord, os situacionistas se posicionam contra os efeitos da modernidade e se colocam como sujeitos capazes de criar suas próprias situações, sobretudo nos espaços públicos. A crítica situacionista discorre sobre a falta de tempo para vivenciar e experimentar os espaços urbanos, consequência do mundo moderno.

Na conferência de fundação da Internacional Situacionista de Coscio d'Arroscia, datada em julho de 1957, Guy Debord fala sobre o conceito de construção de situações:

Nossa primeira ideia: é preciso mudar o mundo. Queremos a mais libertadora mudança da sociedade e da vida em que estamos aprisionados. Sabemos que essa mudança é possível por meio das ações adequadas. Nosso intuito é utilizar certos meios de ação, e descobrir ainda outros, mais facilmente identificáveis na área da cultura e dos costumes, mas que sejam aplicados na perspectiva de uma interação de todas as mudanças revolucionárias (DEBORD, 2003, p. 43).

O manifesto proposto por Debord no final da década de 1950 dialoga com os mecanismos de apropriação urbana e atividades de coletivos urbanos da contemporaneidade. Cidadãos fazem valer seu espaço de fala e advogam por cidades mais humanas por meio de ações nos espaços públicos e, muitas vezes, tendo aporte na arte e na cultura. Um dos coletivos urbanos a serem entrevistados nesse trabalho de dissertação desenvolve um método de intervenção urbana apoiado na cultura local. O projeto, intitulado *Oxe minha cidade é massa*, realiza intervenções urbanas na cidade do Recife e constrói uma ponte de identificação com os cidadãos através do regionalismo. O uso de palavras típicas do cotidiano local fez com que as pessoas se sentissem convidadas a interagir, resultando, desse envolvimento, um aprendizado sobre cidade, espaço público e apropriação.

Imagem 7. Manifesto que deu origem ao coletivo Oxe, minha cidade é massa!



Fonte: Arquivo do Oxe minha cidade é massa! / elaborado pela autora.

Imagem 8. Intervenção de *chair bombing* em pátio histórico, com uso de balões regionais



Fonte: Arquivo do Oxe minha cidade é massa! / elaborado pela autora.

Imagem 9. Video regional do *Oxe minha cidade é massa!* No Youtube



Fonte: Arquivo do Oxe minha cidade é massa! / elaborado pela autora.

A construção de situações começa após o desmoronamento moderno da noção do espetáculo. É fácil ver a que ponto está ligado à alienação do velho mundo o princípio característico do espetáculo: a não-participação. A situação é feita de modo a ser vivida por seus construtores. O papel do 'público', senão passivo pelo menos de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão chamados atores, mas, num sentido novo do termo, vivenciadores (DEBORD, 1997).

As práticas situacionistas propostas por Debord lutavam contra a espetacularização e viam a participação popular como um antídoto contra a nova forma de produzir as cidades e a monotonia da vida cotidiana. Dessa forma, o situacionismo vislumbrava, no espaço urbano, um ponto crucial para estimular a participação das pessoas e propor novas formas de intervenção no espaço. Isso traz novamente o estudo para a contemporaneidade, onde esses fundamentos podem ser encontrados nas ações de Urbanismo Tático. Os exemplos trazidos, acima do coletivo *Oxe, minha cidade é massa!*, mostra dinâmicas que foram propostas de maneira a retomar o protagonismo dos cidadãos em sua cidade.

Historicamente, o movimento urbano contrário à forma de produção do espaço que ocorreu na década de 1960 foi similar ao que aconteceu no século anterior, na Europa, porém expresso na obra de Baudelaire, Poe e Benjamin – e, algumas décadas depois, nas vanguardas dadaísta e surrealista. Enquanto esses movimentos anteriores ao situacionismo se posicionaram contra Haussmann e suas reformas na cidade de Paris, os situacionistas se posicionaram contra Le Corbusier e os princípios da Carta de Atenas. De acordo com esta, a cidade deveria ser concebida através de uma divisão de funções. Esse princípio, juntamente com outros conceitos modernos, consolidou uma monotonia e falhas de planejamento urbano em várias cidades do mundo.

Enquanto o situacionismo exercia sua influência urbana no contexto Europeu, também em outras partes do mundo aconteciam diversos movimentos contra a cidade moderna. Nos Estados Unidos, a reivindicação por direitos urbanos obteve expressividade através de nomes como Jane Jacobs e William Whyte. Já Jan Gehl, de origem dinamarquesa, embasou diversos conceitos do Desenho Urbano, o que muitos passaram a considerar uma disciplina. Hoje, grande parte do conteúdo teórico do Urbanismo Tático consiste nos seus princípios do Desenho Urbano.

Portanto, diante de todos esses questionamentos e críticas levantadas acerca do movimento moderno, o Desenho Urbano surgiu na década de 1960 como disciplina profissional. Nessa época, embora já existisse a preocupação acerca da espacialidade da cidade, considerando tanto o tecido urbano, quanto os elementos construídos, as ideias do Desenho Urbano começaram a se espalhar mais a partir do final do século XX. A obra *City Planning According to Artistic Principles*, publicada em 1889, por Camillo Sitte, é considerada uma das principais inspirações do Desenho Urbano e se mostra essencial para sua disseminação no mundo. A consolidação do Desenho Urbano como disciplina ocorreu, principalmente, a partir das críticas voltadas para o movimento moderno, sobretudo a respeito das construções e reformas urbanas ocorridas após a Segunda Guerra (BRANDÃO, 2004).

O referencial teórico do Design Urbano contemporâneo, como disciplina profissional, foi desenvolvido como resposta a essas críticas. Vários livros foram publicados nos primeiros anos da década de 1960 condenando aqueles projetos urbanos que foram desenhados segundo os novos paradigmas do CIAM (BRANDÃO, 2004, p.15).⁴

No cenário norte-americano pós-industrial, grande parte da população começou a migrar para as cidades, ocasião em que o movimento moderno buscava intervir nos espaços urbanos de forma mais funcional e racional. Embora, muitas vezes, o intuito de melhorar a vida urbana fosse legítimo, o movimento moderno em diversos momentos caiu em contradição. Subúrbios afastados do centro da cidade foram criados, tanto para morarem as famílias mais abastadas, seguindo o ideal americano da residência ampla com terraço verde, quanto para instalar a grande massa de trabalhadores com a criação de bairros operários. Dessa forma, o modo de vida rural era resgatado através desses bairros periféricos, que, por sua vez, eram sustentados por vias expressas que os conectavam ao centro urbano.

No início do século XX, a pressão do crescimento urbano e a necessidade de uma infraestrutura que o acompanhasse (ruas, esgoto,

⁴ Referência original: The theoretical framework of contemporary Urban Design, as a professional discipline, has been developed as a response to such criticism. Several books were published, in the early years of the 1960s, condemning those urban projects designed according to new paradigms from CIAM (BRANDÃO, 2004).

energia, transporte) criaram um mercado para os promotores imobiliários fazerem subdivisões de grandes extensões de terra na periferia de uma cidade. A tendência marcou uma mudança na forma como a propriedade urbana foi desenvolvida e possibilitada por meio do surgimento de convenientes linhas de bondes construídas pelo setor privado que deram aos futuros moradores acesso à base de empregos no centro da cidade. (LYDON; GARCIA, 2010, p. 31)⁵

Enquanto isso, parques urbanos, grandes edifícios isolados e um sistema de mobilidade focado no transporte individual eram instalados nas cidades. Tais intervenções resultaram, em grande parte, em áreas subutilizadas na cidade e numa rotina urbana que não alcançou o objetivo da funcionalidade, além da perda da escala humana. Em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, obra que marcou a década de 1960 pelas críticas ao movimento moderno, tanto na sua escala arquitetônica, quanto, e principalmente, na sua escala urbana, Jacobs critica a separação das áreas na cidade de acordo com a função das edificações e a conseqüente monotonia que causava impactos sociais e econômicos.

A tendência da concorrência fundada na lucratividade do varejo é influir mais sobre as ruas. A tendência da concorrência fundada na atratividade do local de trabalho ou de moradia é influir mais sobre quarteirões, ou mesmo distritos inteiros. Assim, nesse processo, um ou alguns usos dominantes por fim vencem. Mas é uma vitória vazia. Esse processo destrói um organismo mais complexo e mais efetivo de sustentação econômica e social mútua. A partir daí, a localidade será abandonada pelas pessoas que a utilizam com fins outros que não os que venceram a concorrência – pois os outros fins não existem mais. Tanto visual quanto funcionalmente, o lugar torna-se mais monótono (JACOBS, 1961, p. 280).

Devido aos processos imperativos de urbanização da primeira metade do século XX, seguidos e influenciados pela revolução industrial, foi dado início a uma cultura capitalista que, nas palavras de Lefebvre (1978) acerca do espaço urbano, o “valor de troca” foi priorizado em detrimento do “valor de uso”. Esse conceito, pautado nas teorias de Karl Marx e aplicados à temática urbana, apontam que os espaços públicos passaram a ser mais um fomentador econômico e menos local de encontro, identidade e memória, perdendo grande

⁵ Referência original: In the early twentieth century, urban growth pressure and the need for accompanying infrastructure (streets, sewer, power, transportation) created a market for real estate developers to subdivide large tracts of land at the edge of a city. The trend marked a shift in the way urban property was developed and was made possible by the emergence of convenient, privately built street car lines that gave future residents access to the downtown employment base. (LYDON; GARCIA, 2010, p. 31)

parte da sua função social e cultural. Vale salientar que, no momento pré-revolução industrial, as cidades eram muito mais obra do que produto, pois não eram qualificadas como mercadoria, sendo caracterizadas muito mais como *valor de uso* do que *troca*.

Expostos por teóricos como Jacobs e Lefebvre, esses processos de perda da complexidade e da função social das cidades se repetem na contemporaneidade por meio de outros processos. O consumismo exacerbado e a busca constante por lucro vêm transformando os lugares da cidade em espaços de negócios para uma minoria da população. São exemplos desses mecanismos os grandes condomínios residenciais, que funcionam como uma pequena cidade dentro de uma cidade, e os *shoppings centers*, que criam um grande espaço de troca e convivência à parte da cidade. Isso torna as cidades genéricas e ocasionam a perda de suas funções sociais de encontro e convivência, de palco cultural e base para o desenvolvimento econômico local.

Em *Morte e Vida das Grandes Cidades*, Jane Jacobs também argumenta em favor da escala humana, questionando como as edificações eram concebidas e dispostas, priorizando a função em detrimento das necessidades do coletivo. Em sua busca por cidades mais ativas e inclusivas, defendia a ideia de espaços urbanos em que as pessoas pudessem conviver e se locomover na cidade com mais facilidade, dirigindo-se a locais com diferentes funções a pé. Todas essas questões, assim como a defesa da diversidade de usos e a democratização dos espaços públicos e meios de transportes eram pautas centrais da autora nos anos 1960, que hoje voltaram para o cenário urbano contemporâneo.

O ativismo, que toma corpo na voz de estudantes, profissionais voltados para a cidade e cidadãos comuns, cresce novamente no século XXI, em prol de mudanças substanciais na forma como os espaços urbanos são concebidos. No cenário brasileiro, Coletivos Urbanos têm recorrido aos ensinamentos de teóricos como Jacobs, Gehl e Lefebvre para trazer à população conhecimento sobre seus direitos urbanos e um sentimento de apropriação com a cidade.

Os princípios urbanos de Jacobs, que defendia o movimento das ruas e a interação entre os bairros e pessoas, podem ser contextualizados ao Urbanismo Tático, que conta constantemente com esses ideais para encabeçar um debate urbano e propor transformações na cidade. Um exemplo desses princípios é o

conceito de “olhos da rua”, relativo à segurança urbana que vem com a ocupação espontânea dos espaços públicos, que estabelece uma vigilância natural do que acontece nas ruas, bairros e cidades. O Urbanismo Tático busca resgatar esse conceito a fim de incentivar as pessoas a voltarem a ocupar e viver a cidade, sendo esse um tema tomado como pauta especialmente no Brasil, pois o alto índice de violência urbana apresenta-se como um motivo pelo qual as pessoas abandonam os espaços públicos e preferem estar em ambientes privados e fechados.

Também no cenário dos anos 1960, nos Estados Unidos, o sociólogo e urbanista William Whyte se estabeleceu como um dos precursores do estudo voltado para o espaço público. Whyte desenvolveu diversos conceitos e deixou obras marcantes, como *The Social Life of Small Urban Spaces*, cujas teorias foram desenvolvidas por meio de seus experimentos de observação e fotografia no espaço público. Junto com outros estudiosos urbanos, o autor influenciou, futuramente, o trabalho de Fred Kent, que fundou o *Project for Public Spaces* (Projetos para Espaços Públicos – PPS), em 1975 (ORG, Project For Public Space).

Fred Kent é um dos precursores e primeiros ativistas do *placemaking*. Essa prática, que busca repensar os espaços da cidade estimulando o envolvimento da comunidade, só se popularizou em 1990, mas começou a surgir desde os estudos experimentais e anotações urbanas de William Whyte. Adepto da metodologia deste, no estudo dos espaços públicos, Kent se tornou uma importante figura no cenário urbano. Esteve envolvido em projetos urbanos como o *Street Life Project*, de William Whyte, e conduziu estudos sobre o lugar e as qualidades que o tornam significativo (ORG, Project For Public Space).

O termo *placemaking*, cuja tradução significa, literalmente, “fazer lugar”, parte do princípio que as pessoas criam laços com os espaços através de ações, intervenções ou apropriações, tornando-os lugares. De acordo com Fred Kent, o envolvimento da comunidade com os espaços faz com que ela se sinta apropriada e pertencente aos locais que convivem e frequentam. O *placemaking* é um processo da comunidade que traz desenvolvimento econômico e social aos espaços públicos e os torna mais vivos, confortáveis e seguros. Segundo Kent, “Placemaking is a dynamic human function: it’s an act of liberation, of staking

claim, and a beautification; it's true human empowerment. (ORG, Project For Public Space).”

A dinâmica desse modelo de interferência urbana tem, como uma das bases, a inclusão, de modo que pessoas, desde crianças a idosos, podem se envolver em ações e gerar mudanças. Esse método defende que os espaços precisam ter mais que um design icônico, mas, antes de tudo, devem servir a comunidade a qual se destina. O autor critica o fato de arquitetos fazerem arquitetura para outros arquitetos, quando a finalidade da arquitetura deve ser servir as pessoas e construir um ambiente urbano de qualidade para todos. O ativista defende, ainda, que resultados mais poderosos do que se imagina podem partir dessas intervenções, o que muito se assemelha com a máxima do Urbanismo Tático.

Pode-se dizer que o Urbanismo Tático e o *Placemaking* são quase que complementares e a linha que os divide chega a ser tênue. Os dois podem ser entendidos como métodos e movimentos que defendem a inclusão da sociedade no processo de concepção dos espaços urbanos. São iniciativas *bottom-up* que vem catalisando ideias sobre como se projeta a cidade desde os anos 1990. Embora o Urbanismo Tático, como uma prática em si, só tenha se popularizado no século XXI, boa parte de suas propostas já eram implementadas e fomentadas pelo *placemaking*.

Embora os dois não se diferenciem tanto no campo prático, umas das grandes diferenciações entre um e outro, no âmbito teórico, é o faseamento proposto por Mike Lydon e Tony Garcia. De acordo com os autores, o Urbanismo Tático pode funcionar como uma importante ferramenta de teste na implementação de macroprojetos. Pode, também, criar projetos temporários que possam vir a tornar-se permanentes.

2.3 O URBANISMO TÁTICO POR LYDON E GARCIA

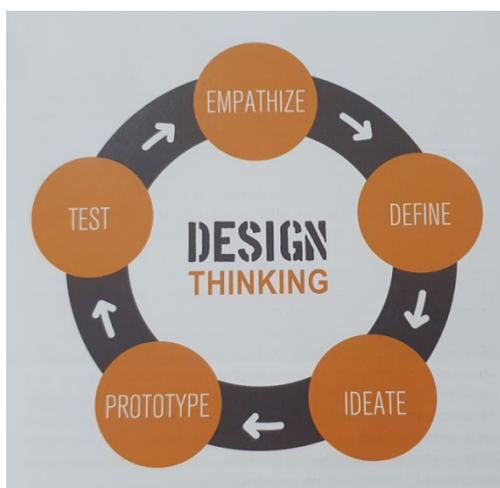
Conceituado por Mike Lydon e Tony Garcia, em 2015, o Urbanismo Tático foi definido como sendo uma abordagem urbana que busca gerar espaços públicos de qualidade por meio de ações curtas e de baixo orçamento, sendo descrito como “(1): of or relating to small-scale actions serving a large purpose

(2): adroit in planning or maneuvering to accomplish a purpose” (LYDON; GARCIA, 2015, p. 3).

O Urbanismo Tático defendido por Lydon e Garcia teve expansão no cenário pós-crise de 2008, que marcou a grande recessão nos Estados Unidos. Além disso, foi motivado, ainda, pela concentração cada vez maior de pessoas na cidade (sobretudo nos centros), pela expansão da internet e pela crescente desconexão entre o governo e os cidadãos. Nesse cenário, o Urbanismo Tático foi tomando força e se disseminando nas cidades norte-americanas.

Esse tipo de tática é executada em um período curto e pré-determinado de tempo. Dessa forma, ações temporárias são realizadas visando uma intervenção de caráter permanente. Esse processo é realizado por meio da articulação de diversos atores, podendo eles serem cidadãos engajados, arquitetos, urbanistas, poder público, iniciativa privada, associações e ONGs. Uma das grandes contribuições que essa abordagem traz é a participação popular, baseada em uma relação de experiência e escuta - tal dinâmica é aplicada quando ocorrem as ações que buscam testar o potencial de um possível espaço público da cidade. Muitas vezes, o urbanismo tático é iniciado não pela prefeitura ou por uma empresa, mas por um grupo de cidadãos com interesses em comum e articulado com sua comunidade, que buscam fazer acontecer mudanças no espaço público - em outras palavras, “*get things done*” (LYDON; GARCIA, 2015).

Imagem 10. Esquema de etapas do Urbanismo Tático



Fonte: LYDON; MYKE, 2015. p.173.

Pelo fato de existirem outras abordagens contemporâneas com princípios similares ao do Urbanismo Tático, é importante, além de conceituar esse método, dizer também o que ele não é. Existe uma diferença entre intervenções efêmeras e temporárias. Uma das abordagens de Adriana Sansão Fontes, em sua obra *Intervenções temporárias, marcas permanentes*, referenciando uma definição de Temel, é sobre a diferença entre esses tipos de intervenções. O que Temel chama de “urbanismo temporário” é, justamente, o que corresponde ao Urbanismo Tático, uma vez que tem a mesma definição:

Mesmo após o término do uso temporário, o local da temporalidade permanece como uma tela de projeção sobre a qual podem ser feitas novas projeções. Segundo Temel, o “temporário” está localizado entre o “efêmero” e o “provisório”. O efêmero é algo com vida curta e que não pode ser estendido, já o provisório começa com vida curta, mas muitas vezes acaba virando permanente, enquanto não se providencia algo de melhor qualidade. O temporário, por sua vez, seria algo que inicialmente tem a vida curta como o efêmero, mas que pode ser alongada como no provisório, embora sem ser um substituto precário de outra coisa. Sua limitação temporal permite coisas que seriam impossíveis de serem concebidas para um longo prazo, apresentando-se como um campo aberto de possibilidades. Nesse sentido, o “urbanismo temporário” de Temel seria ao mesmo tempo uma alternativa ao planejamento urbano, no qual atividades temporárias podem ocupar as brechas do planejamento enquanto se espera pela implantação dos planos, permitindo a “pré-transformação” do espaço; e uma forma de participação, possibilitando colocar em prática um planejamento de base motivado pela atitude do “faça você mesmo” (FONTES, 2013).

Outra corrente que possui bastante expressão é o DIY (*Do It Yourself*), que também ganhou expressividade nas cidades norte-americanas e, assim como o Urbanismo Tático, já é adotado em outros países. Por ter quase os mesmos valores do Urbanismo Tático, é comum que muitas pessoas pensem que se trata da mesma abordagem, porém isso não se confirma. O Urbanismo Tático busca uma futura consolidação de projeto urbano após a intervenção, utilizando intervenções temporárias como uma espécie de teste e também de chamada de atenção para um determinado espaço para que seu potencial seja reconhecido pelo poder público.

Já o DIY é baseado em ações de caráter mais provocativo, buscando despertar, na sociedade em geral, um senso de apropriação e de resgate do espaço público, na medida que interfere em elementos urbanos chamando atenção de algo positivo ou negativo. Em termos práticos, a apropriação de uma Árvore Gameleira no bairro do Espinheiro por um grupo de jovens, em Recife, é

uma intervenção DIY. Não é algo que muda concretamente a infraestrutura urbana, porém traz holofotes para a questão da preservação e da importância da vegetação nas cidades. Já a proposta de delimitar uma calçada de uma rua larga de forma mais acessível, geralmente usando materiais temporários como fitas e tintas, busca chamar atenção para aquela situação e chegar a uma efetivação formal daquela proposta – o que pode vir ou não a acontecer.

Urbanismo DIY (Faça Você Mesmo) é a expressão de um indivíduo, ou ao menos de um pequeno grupo de atores, cujos valores podem descrever o Urbanismo Tático. Contudo, nós não podemos ignorar que o urbanismo tático também pode ser iniciado por departamentos municipais, governo, desenvolvedores e organizações não governamentais para testar ideias e decretar mudanças sem demora. Apesar dessas iniciativas geralmente começarem com pequenos esforços de cidadãos, os benefícios do Urbanismo Tático começam a ficar mais claros quando estão integrados com o projeto municipal de entregas, processos e capacidade de trazer para a vizinhança através da cidade (LYDON; GARCIA, 2015, p. 8).

De acordo com Mike Lydon e Tony Garcia, os quatro principais motivos que levaram ao surgimento do Urbanismo Tático, em meados do final da década de 2010, nos Estados Unidos, foram a grande recessão, a concentração cada vez maior de pessoas na cidade (sobretudo nos centros), o rápido crescimento da internet e a crescente desconexão entre o governo e os cidadãos. Sobre o futuro das cidades, os autores apontam:

As cidades são tão centrais para a civilização humana como sempre foram, e cada vez mais. Cem anos atrás, 2 em cada 10 pessoas ao redor do mundo viviam em uma área urbana. Em 2010, mais da metade de nós vivia em áreas urbanas, e prevê-se que em 2050 essa proporção aumentará para 7 em cada 10. Por mais impressionantes que sejam esses números, eles não contam toda a história de porque o êxodo para as cidades tem sido acompanhado por um crescimento exponencial da população global. Tanto a escala quanto a velocidade da urbanização global criaram uma necessidade urgente de melhorias urbanas rápidas, de baixo custo e alto impacto, particularmente em contextos onde os recursos são constantemente escassos (LYDON; GARCIA, 2015, p. 64).⁶

⁶ Referência original: Cities are as central to human civilization as they have ever been, and increasingly more so. One hundred years ago, 2 out of every 10 people around the world lived in an urban area. By 2010, more than half of us lived in urban areas, and it's predicted that by 2050 this proportion will increase to 7 out of 10. As impressive as these numbers are, they don't tell the entire story because the shift to living in cities has been accompanied by an exponential growth in the global population. Both the scale and the speed of global urbanization have created an urgent need to deliver fast, low-cost, and high-impact urban improvements, particularly in contexts where resources are perpetually strained (LYDON; GARCIA, 2015, p. 64).

O urbanismo tático surge, como o nome sugere, buscando agregar tática à estratégia que já é desenvolvida quando elaborados os planos e leis de intervenção urbana. Existe uma relação de conexão do governo com os cidadãos, situação em que seria essencial que o governo atuasse mais taticamente, enquanto a população atua mais estrategicamente (LYDON; GARCIA, 2015, p. 10):

Em seu seminal *The Practice of Everyday Life*, de Certeau argumenta que estratégias são a ferramenta formal dos poderosos (governo), e táticas servem como resposta dos fracos (cidadãos). Aqueles que empunham estão constantemente em competição com aqueles que representam o último. A dialética é relevante para qualquer pessoa interessada em observar como as pessoas comuns alteram a forma ou o uso do ambiente construído para atender às suas necessidades que mudam constantemente. Às vezes chamado de bricolagem, esse processo informal de construção urbana em pequena escala dá caráter aos bairros e é objeto de investigação por acadêmicos interessados no que se chama de “Urbanismo Cotidiano” (LYDON; GARCIA, 2015, p. 10).⁷

Esse tipo de intervenção é realizada e organizada para os bairros, buscando fortalecer, neles, o sentimento de comunidade e dar voz aos cocriadores urbanos, ou seja, às pessoas que, de alguma forma, participam e contribuem para a vida no espaço público. O urbanismo tático pode criar espaços públicos ou requalificar existentes, e as intervenções variam em escala e número de agentes envolvidos. Por isso, é importante entender que muitas vezes um mesmo tipo de intervenção pode ser algo mais ou menos efetivo, dependendo do tipo de suporte e alcance que ela tiver.

O urbanismo tático possui relação direta com o *placemaking* uma vez que reaplica vários de seus princípios como a flexibilidade, o temporário, o baixo custo, o interativo e o participativo. As características que dão forma a tendência do Urbanismo Tático já estiveram presentes em situações passadas, mas só no

⁷ c In his seminal *The Practice of Everyday Life*, de Certeau argues that strategies are the formal tool of the powerful (government), and tactics serve as the response of the weak (citizens). Those wielding are constantly in competition with those advancing the latter. The dialectic is relevant to anyone interested in observing how ordinary people alter the form or use of the built environment to serve their ever-changing needs. Sometimes referred to as bricolage, this informal process of small-scale citymaking gives neighborhoods character and is the subject of inquiry by academics interested in what is called “Everyday Urbanism” (LYDON; GARCIA, 2015, p. 10).

século XXI este movimento foi conceituado como método. O sociólogo urbano William Whyte, por exemplo, descreveu algo que hoje se aplica ao urbanismo tático.

William Whyte reflete que áreas como terrenos baldios, fachadas de lojas inativas, ruas largas em excesso, túneis expressos, pisos de estacionamentos e outros espaços públicos subutilizados são uma série de espaços que ainda não foram explorados pela imaginação. Atualmente, na perspectiva do Urbanismo Tático, esses espaços se tornaram alvo de ativistas urbanos, artistas, empreendedores e líderes governamentais que são livres de preconceito acerca da abordagem. Esses agentes têm visto a cidade como um laboratório para testar ideias em tempo real, o que impulsionou, em vários espaços abertos da cidade, o surgimento de *food trucks*, de lojas *pop-up*, de mercados de container, de explosão” de cadeiras (*chair bombing*), de faixas de ciclovia DIY, de jardins de guerrilha, entre outros. Esses tipos de intervenções não são pautados ou antecedidos por um *master plan*, são realizadas de uma forma mais experimental e criativa, buscando requalificar espaços urbanos e gerar um ambiente mais coletivo e integrado (LYDON; TONY, 2015).

Placemaking é um processo de planejamento, criação e gestão de espaços públicos totalmente voltado para as pessoas, visando transformar ‘espaços’ e pontos de encontro em uma comunidade – ruas, calçadas, parques, edifícios e outros espaços públicos – em ‘lugares’, que eles estimulem maiores interações entre as pessoas e promovam comunidades mais saudáveis e felizes (ORG, Project For Public Space).

Tanto ações informais, quanto ações legais podem ser consideradas como Urbanismo Tático, isso dependerá da intenção e da capacidade de transformação dessa intervenção. Ou seja, desde que tenha como propósito promover mudanças a longo prazo com ações de baixo custo em um curto período de tempo, envolvendo a população, essa intervenção será entendida como Urbanismo Tático. Hoje, nos Estados Unidos, já existem estudos acerca de intervenções do método que trouxeram um fortalecimento no senso de comunidade dos bairros em que ocorreram, tendo essas ações começado legalmente ou não.

Tactical Urbanism projects exist along a spectrum of legality. For example, the planning of “guerrilla crosswalks” by neighborhood residents belongs on the unsanctioned side of the spectrum and the New York City Department of Transportation’s placement of lawn chairs in a car-free Times Square on the sanctioned side (LYDON; GARCIA, 2015).

Imagem 11. Tactical Urbanism Spectrum



Fonte: The Street Plans Collaborative *apud* LYDON; MYKE, 2015. p. 9

Um dos casos mais conhecidos e explorados por autores que debatem esse tema é o da Times Square, em Manhattan, New York. Antes do *Memorial Day*, em 2009, a Times Square não exercia, na prática, a função de praça. Havia caminhões, carros e táxis dominando aquele espaço, fazendo barulho e, muitas vezes, desrespeitando os pedestres. Nem mesmo todas as luzes e atrações do lugar chamavam mais atenção que o caos urbano. Porém, depois do final de semana desse mesmo *Memorial Day*, o ambiente foi completamente ressignificado. A passagem de carros foi bloqueada e várias cadeiras foram espalhadas, fazendo com que aquele espaço fosse preenchido pelos cidadãos que passavam e resolviam ficar, assim como comerciantes e artistas. Nessa

circunstância, as calçadas ficaram menos obstruídas e tanto turistas, quanto os próprios moradores conseguiram desfrutar das atrações do espaço e do convívio social e urbano.

Após uma experiência de seis meses com materiais temporários, dados acerca do tráfego urbano e do comércio local foram coletados e mostrou-se uma melhora no desempenho de ambos. Depois disso, os materiais temporários foram retirados para implementação do projeto definitivo, do mesmo modo como a passagem de carros naquele espaço foi proibida por lei, dando origem a famosa Times Square que atrai, até hoje, tantos turistas.

Por meio de uma experiência de baixo custo, foi possível testar um projeto urbano antes da sua execução. Existe uma discussão, nesse cenário, se o projeto da Times Square seria de Urbanismo Tático ou não, pois, no livro de Lydon e Garcia, ele é assumido como tal. Porém, sabe-se que o projeto da Times Squares, junto com a construção de mais 58 praças em Manhattan é um projeto de Janette Sadik-Khan, do NYC DOT (*Department of Transportation*). Nesse caso, o Urbanismo Tático é, sim, utilizado de uma forma eficiente, porém para fasear um projeto, testar sua eficácia. Ou seja, o Urbanismo Tático é agregado à execução de um macroprojeto para seu melhor desempenho. Diferente do caso de Portland, de *Intersection Repair*, citado anteriormente, quando a intervenção começou informalmente e, só depois, passou a ser reconhecida e ganhar reconhecimento do poder público. Os exemplos de Manhattan e Portland são a prova dessa variação de legalidade relativa à utilização do Urbanismo Tático, assim como também são duas formas diferentes de implementá-lo - a de Manhattan liderada por uma instituição pública e a de Portland pelos próprios cidadãos.

Imagem 12. Times Square intervention in Memorial Day



Fonte: LYDON; GARCIA, 2015, p. 4.

Imagem 13. Times Square before and after Memorial Day



Fonte: LYDON; GARCIA, 2015, p. 2.

Tanto no contexto norte-americano, quanto no brasileiro existe, apesar das diferenças inerentes às duas realidades, uma dificuldade de comunicação entre a população e o governo. A camada espessa de burocracia ao qual projetos simples são submetidos é um dos motivos que fizeram, historicamente, não só as pessoas irem à rua, como também deram origem a métodos contemporâneos como o Urbanismo Tático e o DIY.

Segundo Lydon e Tony Garcia, várias cidades norte-americanas ainda não conseguiram se recuperar do que metade de um século sem investimentos as trouxe, embora a maioria delas tenham história e dinâmica social marcantes. Essas cidades podem ter um futuro próspero, porém esperar por investidores ou um governo benevolente não parece ser uma atitude plausível. Nessa ocasião, têm obtido destaque grupos de cidadãos, artistas e ativistas que buscam revitalizar e buscar soluções para seus bairros por meio de ações temporárias que envolvam a comunidade e tenham potencial para serem executadas de forma definitiva (LYDON; GARCIA, 2015).

O Urbanismo Tático trazido pelos autores e arquitetos Lydon e Garcia, inserido no contexto norte-americano, revela que muitos cidadãos têm se apropriado do seu potencial transformador e direito de fala. Através de estudos de caso, fica claro que a formação de grupos interessados em mudar a realidade urbana tem promovido mudanças nas cidades dos Estados Unidos. É importante notar que, nos estudos de caso analisados, esses cidadãos não são necessariamente arquitetos urbanistas ou profissionais ligados ao urbano, o que mostra que as pessoas não relacionadas a área também possuem uma consciência urbana que os tornam aptos a clamar por seus direitos, questionando e intervindo em espaços mal aproveitados da cidade.

A partir, portanto, da abordagem e contextualização do conceito de Urbanismo Tático que foi trazida até aqui, sobretudo nos Estados Unidos, tendo sido também pinceladas algumas diferenças que o Urbanismo Tático pode adquirir quando aplicado em diferentes situações, o trabalho de dissertação partirá agora de um plano mais global para um enfoque no território brasileiro. Para isso, será realizada uma breve contextualização das cidades brasileiras a partir do século XX, visando dar contexto ao que vem se discutindo sobre o método no Brasil.

3 URBANISMO TÁTICO NO BRASIL

O Urbanismo Tático tem sido aplicado em diversos países do globo, o que aponta para o crescimento desse método. No livro *Urbanismo Tático: Um guia para as cidades brasileiras*, Adriana Sansão a pesquisa que mapeou “3.300 exemplos em 50 países ao redor do mundo que inspiram e mostram como as cidades podem e devem ser transformadas para atender melhor a população que usa o espaço público” (FONTES et al., 2020, p. 20 - essas intervenções foram registradas entre 2007 e 2017, pelo *Urb-i - Urban Ideas*).

Direcionando a investigação ao cenário brasileiro, o Urbanismo Tático apresenta suas próprias dinâmicas devido tanto às especificidades do país, quanto ao seu nível de desenvolvimento. No Brasil, existe um problema latente de infraestrutura urbana, tendo o IBGE registrado um total de 3206 municípios com serviço de esgotamento sanitário por rede coletora funcionando em pelo menos um dia do ano de 2017. Esse número representa apenas 57,6% do total de municípios brasileiros (IBGE, 2017). Esses dados refletem as consequências do desenvolvimento desigual do país e a fragmentação das suas cidades, formais e informais, com diferentes graus de infraestrutura. Esse trabalho de dissertação admite, portanto, que qualquer metodologia urbana aplicada ao Brasil enfrenta também o desafio de se adequar a um território cuja realidade urbana é desigual e, muitas vezes, precária.

Vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. A maneira pela qual vemos nosso mundo e a maneira pela qual definimos suas possibilidades quase sempre estão associadas ao lado da cerca onde nos encontramos. A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. O poder de classe foi restaurado às elites ricas. **Os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais tornam-se cidades “de fragmentos fortificados”.** A maioria dos relatos agora aponta para um desenvolvimento geológico desigual ao longo dos últimos trinta anos de reestruturação neoliberal, tanto internamente quanto entre as cidades (ROLNIK, 2013, p.49, grifos do autor).

De acordo com Balbo (2013), citado em *Cities Transformed: Demographic Change and Its Implications in the Developing World*, as cidades têm formado diversas partes separadas que constituem realidades distintas. Nessa ocasião:

Os bairros ricos são atendidos por toda sorte de serviços, tais como escolas caras, campos de golfe, quadras de tênis e patrulhamento particular 24 horas por dia, que se emaranham entre ocupações ilegais, onde a água é disponível somente em fontes públicas, nenhum sistema sanitário existe, a eletricidade é privilégio de poucos, as ruas se tornam lama quando chove e o compartilhamento dos espaços domésticos é a norma. Cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, atendo-se com firmeza àquilo que foi possível agarrar na luta diária pela sobrevivência (BALBO *apud* HARVEY, 2003, p.29).

Desse modo, considerando os problemas de gestão e de infraestrutura urbana no Brasil, a discussão acerca do Urbanismo Tático assume diferentes conotações, variáveis e torna-se ainda mais complexa. Indaga-se, por exemplo, o porquê de se preocupar em redefinir, pintar e humanizar calçadas, enquanto existem questões de infraestrutura urbana de ordem mais urgentes a serem resolvidas. Pergunta-se, ainda, sobre qual o sentido de estimular as pessoas a estarem em espaços públicos quando existe tanta violência urbana. Contestasse, muitas vezes, intervenções táticas ou temporárias “carismáticas” que possam mascarar o desserviço do governo para com a qualidade de vida das pessoas nas cidades.

Todas essas variáveis tornam complexo discutir se o Urbanismo Tático, afinal, ajuda ou prejudica na situação da crise urbana no Brasil. Com tantas visões diferentes acerca da efetividade dos métodos ditos “alternativos” de intervir nas cidades brasileiras, cria-se um diálogo que envolve diversos agentes urbanos e toma diferentes posicionamentos. Este trabalho de dissertação propõe, portanto, traçar um panorama do cenário do Urbanismo Tático no Brasil por meio de uma bibliografia ainda em consolidação, estudos de caso e entrevistas com coletivos urbanos brasileiros atuantes no espaço público.

A partir dessas metodologias, busca-se investigar como o debate crítico acerca do Urbanismo Tático no Brasil tem reverberado na utilização do método no país, com foco para os coletivos urbanos. Além disso, busca-se analisar, aqui, o que as intervenções, fruto desse método urbano, têm trazido para a sociedade em termos de conscientização e protagonismo cidadão e como elas têm influenciado na profissão do arquiteto e urbanista.

3.1 URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: GESTÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO

O impacto causado na década de 1920, traduzido nas vozes de artistas e escritores, sobre o intenso processo de urbanização, foi apenas o início do desenvolvimento urbano acelerado no Brasil. Durante as décadas seguintes, as cidades continuaram crescendo tanto em território físico, quanto populacional e novas demandas foram entrando em evidência. De acordo com Milton Santos:

É a partir dos anos 50 que se nota mais francamente uma tendência a aglomeração da população e da urbanização. Os núcleos com mais de 20.000 habitantes vêm crescer sua participação no conjunto da população brasileira, passando de pouco menos de 15% do total em 1940 para quase o dobro (28,43%) em 1960 para constituir mais de metade (51%) da população em 1980. Esses mesmos núcleos com mais de 20.000 habitantes reuniam quase metade (47,7%) da população urbana em 1940, mais de três quintos (63,64%) em 1960 e mais de três quartos (75,48%) em 1980 (SANTOS, 1993, p. 69).

De acordo com Ermínia Maricato (2017), em *O impasse da política pública no Brasil*, as massivas transformações urbanas no país foram pautadas a partir de uma lógica capitalista e neoliberal que acentuaram, nos últimos trinta anos, diversas desigualdades no tecido urbano:

Nas cidades, embora o caráter da mudança não tenha sido tão acentuado, sua profundidade foi devastadora. A diminuição do crescimento econômico a partir de 1980, o desemprego massivo e o recuo das políticas sociais conformaram um cenário de tragédia com a volta das epidemias, a emergência de uma violência até então desconhecida, o crescimento explosivo de favelas, a multiplicação de “menores infratores” e crianças abandonadas, entre outras mazelas. O Estado não se tornou mínimo, como prometido pela receita neoliberal: ele simplesmente mudou. À ampliação do mercado corresponde a ampliação do Estado, como destaca Robert Kurz. Enquanto ocorreram cortes nas políticas de transporte, habitação e saneamento, com profundos impactos sobre as cidades, houve transferência massiva de recursos públicos para a esfera, era financeira privada por meio do pagamento dos juros da dívida (MARICATO, 2017, p.70) .

Maricato (2017) reflete, ainda, que:

Para os moradores de qualquer metrópole brasileira não será necessário fazer tantas referências acadêmicas ou de levantamentos empíricos para lembrar que as cidades estão piorando e que não há nada no horizonte que pareça contrariar essa tendência. Basta a referência à vida diária, ainda que, aparentemente, cada um, independente da classe social, parece ir se acostumando àquilo que deveria ser considerado inaceitável: uma cidade inviável. Embora ninguém pareça estranhar, a dimensão da irracionalidade para com a saúde humana, os recursos naturais, a economia, entre outros aspectos, não é razoável (MARICATO, 2017, p.62).

Com as diversas problemáticas que cercam o planejamento urbano no Brasil, como a governança corporativa e o enfraquecimento das políticas públicas, como aponta Maricato, torna-se ainda mais complexo debater o Urbanismo Tático no cenário brasileiro. A autora reconhece o crescimento da participação popular no cenário urbano, mas aponta que o enfraquecimento das políticas públicas torna essa efervescência de movimentos, de alguma forma, vazia. Segundo a autora:

A possibilidade de debater temas estruturais é remota [...] para a maior parte dos movimentos sociais e ONGs, que se multiplicam no Brasil e no mundo, guiados pela hegemonia do “participativismo”. É evidente que esses movimentos estão ocupados com problemas importantes como gênero, raça, meio ambiente, saneamento e habitação, entre outros. Mas aparentemente nos ocupamos em buscar melhores condições de vida, compondo um cenário dividido e fragmentado, tomando a parte pelo todo, contidos nos limites de um horizonte restrito, sem tratar do presente ou do futuro do capitalismo. Desistimos de fazê-lo (MARICATO, 2017, p. 69).

Embora a crítica da autora não esteja diretamente relacionada ao Urbanismo Tático, é importante levar em consideração que essa metodologia urbana é fundamentada, sobretudo, pelo conceito da participação. Portanto, o questionamento de Maricato sobre a explosão de movimentos participativos em meio a um território fragmentado é um fio condutor que leva esse trabalho aos vários questionamentos que são lançados, sobretudo no meio acadêmico, sobre a efetividade de ferramentas como o Urbanismo Tático para impactar um sistema neoliberal. O Urbanismo Tático, porém, tendo como conceito fundamentador, nesta dissertação, a definição proposta por Mike Lydon e Tony Garcia, é uma ferramenta que vem a somar no planejamento urbano tradicional e não o substituir – assim como não pretende resolver a ausência de políticas públicas. Entretanto, como já foi exposto anteriormente, o método esbarra em questões legais e políticas que, muitas vezes, inviabilizam ações ou até parcerias entre os

atores envolvidos na prática com o poder público. Assim, se faz essencial a crítica da autora no sentido da necessidade de que é preciso haver mais espaço na tessitura do planejamento urbano para que esses movimentos participativos, entre eles os que surgem a partir do Urbanismo Tático, possam ter eficiência mais efetiva, sobretudo no cenário brasileiro.

Diante do exposto, pode-se constatar que o conceito de participação no Brasil abre diversos debates e pontos de conflito. Quando se fala em gestão democrática das cidades, por exemplo, os desafios são diversos. Existem instrumentos legais para um planejamento urbano democrático, mas grande parte da população ainda não tem conhecimento sobre os instrumentos jurídicos e sobre os processos de participação na gestão pública. De acordo com Flávio Villaça, em seu artigo *Dilemas do Plano Diretor*, um dos vários motivos que têm contribuído para que o plano diretor não funcione na prática é que “as camadas populares também não têm demonstrado grande motivação em participar de debates sobre planos diretores” (VILLAÇA, 2005).

No sistema político e jurídico brasileiro, as tomadas de decisões de natureza urbana são regidas de acordo com a Constituição Federal, que, em seu Artigo 174, considera que o Poder Público exercerá, na forma da lei, funções de incentivo, planejamento e fiscalização urbana. Já de acordo com o disposto no Artigo 182, parágrafos 2º e 4º, o Plano Diretor é o instrumento obrigatório para intervir no município que tenha a partir de vinte mil habitantes. A partir do Plano Diretor, elaborado de forma específica à realidade de cada cidade, a política pública do local atinge objetivos mais pontuais e garante, teoricamente, que a propriedade urbana tenha uma função social (REIS FILHO; MOURA, 2014).

Porém, de acordo com Villaça, o Plano Diretor falha ao abarcar diretrizes gerais que vão além da alçada municipal, fazendo com que perca seu objetivo original e não tenha aplicação na prática. O autor debate que questões sobre como aspectos sociais e econômicos vão constar no Plano Diretor são mal colocadas, pois o que interessa saber é se determinada questão é da competência municipal:

Questão análoga ocorre com a infra-estrutura de saneamento. Se ela é da alçada do governo estadual, inútil incluí-la nos planos diretores. Vem então a questão das reivindicações a outros níveis de governo. O Plano Diretor nunca foi espaço adequado para se inserir reivindicações de obras da alçada de outros níveis de governo. (...) Considerando que

aqueles aspectos sobre os quais mais incide a competência municipal referem-se a questões físico-territoriais, o plano diretor pode resultar em um plano predominantemente físico-territorial. Não por uma questão de convicção estabelecida a priori ou por uma definição livresca e acadêmica de plano diretor. As questões acima esboçadas são importantes para a elaboração de um plano diretor realista e exequível, mas estão longe de ser questões fundamentais para salvar o plano diretor do descrédito em que se encontra (VILLAÇA, 1995, p. 243).

Além da Constituição Federal, foi aprovado, em 2001, o Estatuto da Cidade, que também passou a ser responsável pelas políticas urbanas. Foi necessário cerca de uma década de debate no Congresso Nacional até sua aprovação, fazendo com que esse momento se tornasse um marco, sobretudo para os arquitetos e urbanistas. Com a proposta de diminuir as desigualdades no espaço urbano, o Estatuto tornou legal uma série de diretrizes e instrumentos urbanísticos para mudar a dinâmica de como o espaço era pensado:

Fruto de uma lógica excludente de planejamento e produção, as cidades brasileiras do fim do século passado materializavam em seu espaço uma série de desigualdades encontradas em nossa sociedade. As ocupações espontâneas esparramadas pelo território nacional em áreas ambientalmente inadequadas; ocupadas de forma precária e; onde a posse é o instrumento de permanência dos seus moradores; continuam sendo os exemplos deste modelo que relegou as sobras àqueles que ajudaram a construir as cidades e sua riqueza (RODRIGUES, 2016)

I

O Estatuto da Cidade partia da lógica de que, embora existissem interesses diferentes na cidade, muitas vezes conflitantes, eles poderiam coexistir sem, necessariamente, criar uma cidade excludente. Porém, desde sua aprovação, o Estatuto falhou em romper essa lógica capitalista desigual de produção do espaço. Por mais que seja um norteador para o desenvolvimento urbano, sendo um elo entre as políticas urbanas nacionais e locais, o Estatuto possui falhas internas e externas que não permitiram que as propostas de sanar as desigualdades territoriais das cidades brasileiras obtivessem sucesso (RODRIGUES, 2016).

O EC (BRASIL, 2001) determina que a participação popular deva ser consubstanciada através de debates, audiências e consultas públicas, ou por iniciativa popular de projetos de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (artigo 43, II e IV). Não existem ainda dispositivos que determinem o alcance de tal participação, sendo que as poucas experiências positivas de planos diretores participativos são oriundas de esforços políticos locais, e não de uma observância à

CF (BRASIL, 1988) e ao EC (BRASIL, 2001). Outro aspecto dificulta a participação direta do cidadão: os mecanismos de captação das opiniões coletivas são completamente mediados pelos agentes estatais. Normalmente, os temas discutidos ficam restritos a uma pauta previamente estabelecida pelo governo local, impossibilitando que os reais interesses e dificuldades da população sejam estabelecidos (CARVALHO; RODRIGUES, 2017).

O Estatuto da Cidade propõe, por exemplo, que a comunidade seja inserida nas discussões de relevância pública, possibilitando a sua participação na elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM), entendido como propulsor de gestão coletiva. Porém, a inserção da comunidade nesse processo de formulação de políticas urbanas não tem sido efetiva, pois o Plano Diretor continua a ser um instrumento coletivo conhecido por poucos (REIS FILHO; MOURA, 2014).

Não existe “a população”. O que existe são classes sociais ou setores ou grupos de população. A classe dominante sempre participou seja dos planos diretores seja dos planos e leis de zoneamento. Quem nunca participou foram - e continuam sendo - as classes dominadas, ou seja, a maioria. Até agora foram essas classes as grandes ausentes. Portanto, quando se fala em Plano Diretor Participativo, como sendo uma novidade e se referindo aos planos diretores do presente, essa ênfase na participação só pode se referir à maioria dominada, já que a minoria dominante sempre participou, embora raramente de forma ostensiva (VILLAÇA, 2005).

Embora só parte da população tenha conhecimento sobre o que é um Plano Diretor, seu objetivo é organizar o crescimento e o funcionamento do município como um todo, a partir do estatuto da cidade, incluindo áreas urbanas e rurais. Assim, deveria gerar um processo coletivo de construção das diretrizes de produção do espaço de um modo sustentável, democrático e socialmente justo. Além disso, o Plano Diretor também tem o objetivo de integrar o urbano e o rural a partir do momento em que todos os cidadãos têm conhecimento dos aspectos socioeconômicos, urbanísticos e ambientais do município (REIS FILHO; MOURA, 2014).

É importante entender os mecanismos urbanos que regem o ordenamento espacial nas cidades brasileiras e, a partir disso, elencar também seus principais entraves. Essa breve explanação da gestão pública urbana facilita o entendimento da relação entre o Urbanismo Tático e o poder público, uma vez que estes estão diretamente ligados em diversas circunstâncias. Quando se fala em Urbanismo Tático e suas intervenções de caráter autônomo,

ou conhecidas pela expressão *do it yourself*, um dos debates que se logo se abrem é sobre até que ponto essas intervenções são positivas, uma vez que isenta, em parte, o poder público do seu papel.

Outra frente de diálogo que se abre é em relação a parcerias firmadas entre poder públicos e atores que promovem o urbanismo tático, podendo esses últimos serem grupos comunitários, ONGs ou escritórios de arquitetura e urbanismo. Independente de qual seja o caráter do diálogo, quando se fala em Urbanismo Tático, as relações entre seus agentes e poder público sempre surgem.

Uma vez que a participação na gestão urbana não tem funcionado bem na prática, tem surgido, no Brasil, novas formas de construção coletiva das cidades. Embora exista uma variedade de termos acerca dessa nova forma de construir conjuntamente, essas metodologias têm em comum a característica de serem intervenções essencialmente *bottom-up*:

Os modelos organizacionais dos movimentos sociais influenciaram diversos comportamentos, entre eles, grupos dedicados a realizar transformações urbanas por suas próprias mãos. Esses grupos atuam em um espaço híbrido, conectando o espaço físico e virtual, engajando pessoas pelas redes sociais e promovendo ações de transformações em praças e parques. São conhecidos como movimentos de “urbanismo bottom up” por inverterem a lógica de produção da cidade, ao invés de esperar intervenções do poder público, os próprios urbanismos propõem e realizam as mudanças, mas para que essas articulações sejam possíveis é fundamental que as ações ocorram no espaço híbrido. Inicialmente eram algumas pessoas, se dedicando a transformar determinados espaços, hoje já pode ser considerado um padrão emergente de comportamento (HAMRA, 2018).

Como o urbanismo tático é um método ainda em consolidação no território brasileiro, é comum que possa haver diferentes formas de conceituá-lo, embora a definição aqui adotada e trazida para a perspectiva do Brasil se aproxime da visão de Mike Lydon e Tony Garcia, embasada na teoria de Certeau, quando a tática inerente às camadas populares se agrega a técnica das forças que estão no poder. Esse tipo de urbanismo tático pode resultar em intervenções no espaço público que são testadas antes da sua versão final e, por isso, podem se adaptar melhor às necessidades da população.

In his seminal *The Practice of Everyday Life*, de Certeau argues that strategies are the formal tool of the powerful (government), and tactics serve as the response of the weak (citizens). Those wielding the former are constantly in competition with those advancing the latter. The dialectic is relevant to anyone interested in observing how ordinary people alter the form or use of the built environment to serve their ever-changing needs. Sometimes referred to as bricolage, this informal process of small scale citymaking gives neighborhoods character and is the subject of inquiry by academics interested in what is called “everyday urbanism” (LYDON; GARCIA, 2010, p. xx).

Em *Urbanismo Tático: Um guia para as cidades brasileiras*, Adriano Sansão, que tem se destacado no cenário nacional como uma das principais investigadoras do tema, argumenta sobre a conceituação do Urbanismo Tático ser recente e traz essa referência primeira ao termo tático da obra de Certeau. De acordo com Sansão, uma das aplicações mais comuns do Urbanismo Tático diz respeito ao teste de ideias, visando uma implementação futura. Por isso, o guia está centrado nessa visão de Urbanismo Tático como teste, que pode ser implantado tanto pelos cidadãos e pelo poder público, quanto por uma parceria entre ambos (FONTES, 2020).

Muitos defendem que o urbanismo tático seja um movimento mobilizado de baixo para cima para enfrentar questões urbanas emergentes, ou seja, uma ação predominantemente de base. Outros autores acreditam que se trata de uma abordagem que pode ser usada por uma série de atores, como governos, empresas, ONGs, arquitetos, grupos de cidadãos, coletivos e indivíduos, embora as ações cidadãos sejam as mais comuns. Assim, não se trata de um conceito consolidado, mas sim de uma abordagem ainda em construção, que abrange uma ampla gama de ações emergentes de pequena escala (FONTES, 2020, p.11).

3.2 O URBANISMO TÁTICO NO BRASIL

3.2.1 A relação do urbanismo tático com a profissão do arquiteto e urbanista

Um dos debates sobre o Urbanismo Tático no Brasil surge quando se questiona o papel do arquiteto e urbanista na concepção da cidade. Discute-se a execução de planos elaborados no âmbito do planejamento estratégico: muitos deles são desenvolvidos sem escuta ativa junto a população, podendo acabar incompatíveis com as reais necessidades dos cidadãos. Nesse contexto, o Urbanismo Tático surge como uma espécie de instrumento que busca não excluir o arquiteto e urbanista da sua função, mas funcionar como um termômetro sobre

as demandas dos cidadãos e um método alternativo de intervenção que pode ser agregado ao planejamento tradicional.

Sobre a relação do Urbanismo Tático com o fazer do arquiteto e urbanista, Pedro Nogueira (2017) pontua:

É comum que se atribua ao urbanismo tático um cunho político, uma vez que ele é uma manifestação em que a sociedade civil se emancipa das tutelas do Estado e aponta suas lacunas. Estas ações podem funcionar como uma forma de alertar o Estado para carências dos espaços, e eventualmente informar políticas urbanas de longo prazo. Mas mesmo que muitas vezes seu objetivo seja a posterior implementação, há implícita uma crítica à noção de projeto, pressupondo que testar in loco as soluções urbanas seja melhor que partir das ideias de uma prancheta de arquiteto. Ao mesmo tempo, esta abordagem possibilitaria ao urbanismo tático a construção de cidades na escala humana. (EBOLI, 2017)

Embora exista a ideia de que o Urbanismo Tático, supostamente, seja melhor que o projeto da prancheta do arquiteto, essa afirmação é apenas uma das teorias que envolvem o método e suas funções. Outros estudiosos, em contrapartida, defendem que a função desse método não está em diminuir ou desbancar o trabalho dos arquitetos, mas sim funcionar como uma ferramenta que venha a agregar neste fazer. Sobre o Urbanismo Colaborativo, metodologia afim e que se aproxima a definição de Urbanismo Tático, Laner (2017) afirma que:

Planejadores e cidadãos locais devem trabalhar em conjunto, buscando um planejamento colaborativo, adotando uma visão em que todos estão sob o mesmo patamar e buscam a mesma coisa: construir uma cidade mais viva e inclusiva. O saber empírico de quem vivencia a cidade e experimenta sua rotina, suas glórias e seus desafios, deve ser considerado com equiparável peso ao conhecimento de estudiosos da cidade e planejadores, **os quais possuem as ferramentas técnicas necessárias à elaboração e execução do planejamento e desenho urbano de uma cidade** (LANER, 2017, p. 440, grifo do autor).

Tanto profissionais da área científica, quanto os profissionais de coletivos praticantes de métodos táticos e colaborativos têm questionado o planejamento urbano tradicional, sendo esse um debate antigo que já circula por décadas. Tais estudos e questionamentos apontam, em grande parte, para as lacunas do planejamento urbano tradicional, mas não para a substituição dele:

A ausência de um plano urbanístico a ser seguido costuma dar às cidades uma incoerência formal, o que acaba levando a uma perda de

qualidade espacial, mas, acima de tudo, introduz uma irracionalidade e um custo adicional à infraestrutura no médio prazo. Os resultados são ocasionalmente muito graves e sempre insustentáveis. **Portanto, a crise pela qual o planejamento urbano está passando não diminui de forma alguma sua importância como ferramenta crucial para o desenvolvimento das cidades** (BORJA, CASTELLS, 1997, grifo do autor).

Trazendo, ainda, uma terceira perspectiva, pode-se dizer que o Urbanismo Tático não precisa ser um método que substitui o papel dos arquitetos ou que vem a agregar valor no projeto tradicional, mas simplesmente uma nova área que se abre no campo da arquitetura e do urbanismo no Brasil. Patrícia Branco, em sua dissertação *Acupuntura Tática em Vazios Urbanos* (2017), traz, em sua conclusão, o entendimento dessa nova forma de atuação do arquiteto e urbanista frente a espaços vazios e sub utilizados na cidade:

Estes espaços podem ser vistos como uma perspectiva alternativa da cidade como espaço de vida comum e de autogestão coletiva, através da apropriação contínua, coletiva e de transformação pelos seus utilizadores. Um processo com o qual os arquitetos urbanistas podem contribuir de maneira fundamental, não só elaborando propostas espaciais, mas também orientando processos participados e capacitando os habitantes a contribuírem para a criação de uma verdadeira esfera pública urbana (BRANCO, 2017).

O questionamento sobre o papel do arquiteto e urbanista e sua responsabilidade social em projetar de acordo com as necessidades da população não é recente. Essa preocupação começou a tomar maiores proporções a partir de 2007, quando, segundo Aureli, em seu livro *A Cidade Como Projeto*, uma nova geração de arquitetos começa a trazer questões políticas ao seu papel, motivados, principalmente, pelos desafios da recessão econômica. “Identified as the “architect as activist”, this position is made of sometimes radically different approaches that cannot reasonably be lumped into a single movement” (AURELI, 2013).

Partindo da concepção de Lovelock (1990), que diz que “longe de ter sido feita como é, para que pudesse ser habitada, a Terra tornou-se o que é através do processo de sua habitação”, pode se dizer que as cidades mudam a cada dia, de acordo com os processos de habitação e imaginário do coletivo. A partir do momento que surgem novos problemas ou demandas, surge a necessidade de os espaços serem ressignificados – e, nesse contexto, métodos como o

Urbanismo Tático podem ser entendidos como uma forma que as pessoas têm para reformular sua relação com a cidade e suas formas de habitá-la, no sentido amplo e fenomenológico da palavra habitar, que, segundo Norberg Schulz, significa “estar em paz em um ambiente protegido”. Assim, considerando os desafios de habitar as cidades brasileiras, geridas por um sistema de planejamento urbano excludente e pouco participativo, é natural que se crie um ecossistema favorável a criação de movimentos e métodos alternativos como o Urbanismo Tático e abordagens derivadas.

3.2.2 A definição de urbanismo tático no Brasil e suas derivações

Segundo Rodrigues (2017), “o planejamento participativo encontra barreiras fáticas que reúnem um poderoso interesse especulativo do grande capital e um aparelho estatal viciado em potencializar tais interesses”. Portanto, formas alternativas de intervir na cidade têm objetivado ressignificar os espaços urbanos no Brasil e lutar por cidades, de fato, participativas e democráticas. O método do Urbanismo Tático, em pauta neste trabalho, tem expressão em diferentes países e continentes, alcançando também suas formas próprias de ação e expressão no cenário brasileiro.

Em *Essências*, Juhani Pallasmaa (2018) discorre sobre a relação entre memória, percepção e espaço, expondo o modo como as pessoas se relacionam com os espaços que ocupam:

A experiência de um lugar ou espaço sempre é uma troca curiosa: à medida que me assento em um espaço, o espaço se assenta em mim. Vivo em uma cidade, e a cidade vive em mim. Estamos em um constante intercâmbio com nossos entornos; internalizamos o entorno ao mesmo tempo que projetamos nossos próprios corpos - ou aspectos de nossos esquemas corporais - no entorno. Memória e realidade, percepção e sonho. Tudo se funde (PALLASMAA, 2018, p. 25).

No contexto deste trabalho de dissertação, pode-se inferir que parte desses processos de resiliência que surgem nas cidades resulta dessa relação de troca que existe dos cidadãos com seus espaços e das suas necessidades de viver na cidade enquanto a cidade vive neles. Dessa forma, a variedade de métodos *bottom-up* criados para intervir nas cidades segue uma lógica em que

as pessoas encontram sua própria maneira de existir no lugar, fazendo valer suas demandas com as “próprias mãos”.

Portanto, embora o objetivo principal do trabalho seja analisar o Urbanismo Tático, tendo foco na atuação dos coletivos urbanos, é importante apresentar a diversidade de termos que existem e que tangenciam métodos alternativos ao urbanismo convencional no Brasil. No trabalho desenvolvido em seu mestrado, *Acupuntura Tática em Vazios Urbanos*, Patrícia Branco traz a definição de urbanismo tático do arquiteto e urbanista André Moraes de Almeida, que elenca diversos conceitos que seriam, na visão dele, sinônimos do urbanismo tático:

Segundo Almeida (2015), o Urbanismo Tático pode ter diversas designações: Urbanismo Emergente, Handmade Urbanism, Urbanismo DIY, Guerrilha Urbana (Guerilla Gardening), Urbanismo Adaptativo, Urbanismo Cidadão, LQC (Lighter, Quicker, Cheaper), Unsolicited Architecture, Spontaneous Interventions, Urban Prototyping, P2P Urbanism (peer-to-peer), City Repair, Pop-up Urbanism, Placemaking, Urban Prototyping, Urbanismo Open Source, Microubanism (BRANCO, 2017, p. 96).

Imagem 14. Tabela de diferentes nomenclaturas associadas aos Urbanismo Tático



Urbanismo Emergente	Urban Prototyping
Handmade Urbanism	P2P Urbanism (peer-to-peer)
Urbanismo DIY (Do it yourself)	City Repair
Guerrilha Urbana (Guerilla Gardening)	Pop-up Urbanism
Urbanismo Adaptativo	Placemaking
Urbanismo Cidadão	Urban Prototyping
LQC (Lighter, Quicker, Cheaper)	Urbanismo Open Source
Unsolicited Architecture	P2P Urbanism (peer-to-peer)
Spontaneous Interventions	Microubanism

Fonte: BRANCO, 2017, p. 96

Já este trabalho de dissertação, **Urbanismo Tático no Brasil: A perspectiva dos Coletivos Urbanos**, tem o objetivo de contribuir para a consolidação do método e do termo *Urbanismo Tático* no Brasil, a fim de tornar

o debate mais fluido numa esfera global e contribuir para a gradual eliminação de ruídos sobre a definição, função e objetivos desse método no cenário brasileiro. Para isso, reconhece-se quais termos têm alcançado maior adesão no território brasileiro em relação a um urbanismo alternativo e participativo, mas busca-se também um foco na consolidação do que seria o Urbanismo Tático no Brasil a partir da noção introduzida por Mike Lydon e Tony Garcia, mas que já possui grande relevância nas intervenções urbanas encabeçadas no Brasil. Embora seja importante que conceitos como o Urbanismo Tático possuam uma uniformidade global em termos de uma definição geral, as especificidades de cada país, quando confrontados com o método, fazem deste algo mais específico para a realidade local.

Um exemplo das nuances que vão sendo agregadas de acordo com as vivências de cada país é o termo *urbanismo colaborativo*, que, no Brasil, surgiu recentemente e caminha em paralelo ao conceito de Urbanismo Tático. Já termos como *urbanismo emergente* ou/e *urbanismo insurgente* também têm sido abordados na literatura urbana em associação ao urbanismo tático, apresentando-se, muitas vezes, como sinônimos.

O que se pode perceber, porém, de acordo com a revisão bibliográfica apresentada na lista a seguir, é que o termo urbanismo colaborativo aponta para um conceito próprio que defende que a construção da cidade seja feita pelos planejadores e habitantes em conjunto, aliando o conhecimento empírico ao acadêmico. Dessa forma, por definição, a colaboratividade apresenta-se, no Brasil, mais como uma ideologia, uma conduta, uma nova forma de se planejar a cidade, que estimula a utilização de métodos *bottom-up* (como o urbanismo tático) no espaço público, além de representar uma ideologia que vai de encontro a diversas premissas do planejamento urbano tradicional - enquanto que o Urbanismo Tático se constitui como uma ferramenta que busca testar, validar e efetivar espaços, baseando-se em pesquisas e intervenções temporárias junto à população.

Os termos que denominam o urbanismo como emergente ou insurgente têm caminhado para uma conceituação similar ao Urbanismo Tático, cuja literatura urbana frequentemente os coloca como sinônimos: urbanismo tático ou emergente, urbanismo tático ou insurgente. Desse modo, são conceitos que se aproximam da definição de Mike Lydon e Tony Garcia, que definem o urbanismo

tático como uma metodologia que testa intervenções urbanas com baixo custo e rapidez e surgem majoritariamente de uma perspectiva *bottom-up*, promovendo testes e visando o projeto definitivo a longo prazo.

a) Urbanismo colaborativo:

Ao discutir tais questões essenciais a construção de um processo democrático de participação cidadã no desenvolvimento das cidades atualmente, é possível se aproximar de um conceito. O **Urbanismo Colaborativo**, portanto, pretende intervir na cidade a partir de uma visão dos próprios moradores, em uma colaboração paralela entre técnicos e cidadãos, eliminando essa diferenciação de quem é planejador e apresenta algo que acredita ser o melhor para a cidade, e dos cidadãos comuns, aos quais restariam acatar essa decisão e se enquadrar no que é ofertado. Planejadores e cidadãos locais devem trabalhar em conjunto, buscando um planejamento colaborativo, adotando uma visão em que todos estão sob o mesmo patamar e buscam a mesma coisa: construir uma cidade mais viva e inclusiva. O saber empírico de quem vivencia a cidade e experimenta sua rotina, suas glórias e seus desafios, deve ser considerado com equiparável peso ao conhecimento de estudiosos da cidade e planejadores, os quais possuem as ferramentas técnicas necessárias à elaboração e execução do planejamento e desenho urbano de uma cidade (LANER, 2017, p. 440).

b) Urbanismo colaborativo:

Por meio do uso dos conceitos de vacância, ocupação, movimento e mutirão o estudo revela a relação entre a cidade e sua constituição dominante: a ocupação do espaço. A partir dos quatro conceitos acima citados propõe que a noção de “proto-urbanismo” seja utilizada como instrumento conceitual que ajude a constituir a especificidade de transformação da cidade por meio de um urbanismo peculiar. (...) O texto explica as concepções teóricas utilizadas e, em seguida, desenvolve as quatro categorias mobilizadas, para constatar que estamos frente a uma forma de **urbanismo emergente**. Uma forma solidária, cooperativa e conscientizadora, que se propõe a construir cidadania e reduzir desigualdades (STEVENS *et al.*, 2019).

Uma vez que as ações do Coletivo Praias do Capibaribe são de caráter local, não sendo parte de um planejamento geral político e público, para este artigo é importante definir o **termo emergente**. Expressão muitas vezes associada à urgência por sua aproximação com a palavra emergência, mas que tem como significado o verbo emergir, o surgir, o nascer, ou o que antecede ao nascimento, e segundo Steven Johnson (2001) são sistemas complexos adaptativos que surgem através do comportamento sempre vinculados a processos bottom-up, partindo de uma escala e produzindo comportamentos em outra escala acima. Johnson ainda descreve os processos de adaptação dos sistemas de auto-organização das formigas, dos cérebros e das cidades de maneira similar, ressaltando a cidade como um organismo vivo (MACÊDO, ALMEIDA; 2015).

É diante desse cenário o aumento de ações práticas que envolvem os cidadãos no desenvolvimento urbano, no qual percebe-se uma dessas intervenções atreladas ao **urbanismo emergente e tático**, no qual estão vinculados com a construção do empoderamento do cidadão (MACÊDO, ALMEID; 2018). Sendo assim, Sassen (2016) cita que o tático se torna uma necessidade, onde o urbanismo tático deve encontrar nas cidades bases firmes para realizar seu projeto (GOMES; GOMES; MELLO, 2019).

c) Urbanismo insurgente:

Por **práticas urbanas insurgentes ou ações táticas**, entende-se as intervenções no espaço urbano que tomam o cidadão como elemento central na construção autônoma do urbano a partir do interesse coletivo e das práticas cotidianas, nas muitas formas em que são praticadas. Trata-se de ações capitaneadas por agentes locais que buscam modificar e qualificar o espaço de forma gradual e colaborativa, respondendo aos problemas urbanos gerados por um urbanismo neoliberal, responsável por incoerências como barreiras urbanas, espaços que priorizam o automóvel em detrimento do pedestre, sistemas de infraestruturas urbanas monofuncionais que promovem grandes vazios na escala local, etc. Em resposta a essas incoerências, ações táticas posicionam-se de forma transversal à prática tradicional, lidando na escala local com problemas urbanos de ordem territorial e relevantes também na macro escala, embora não contemplados pelo urbanismo tradicional (MAZIVIERO; ROSA, 2019).

As **práticas insurgentes** e os movimentos de resistência ao planejamento urbano orientado pelo capital levantam a questão da antidisciplina e das ações táticas dos grupos socioterritoriais como processo de manifestação das diferenças localizadas espacialmente que almejam a autonomia. É interessante refletir a respeito dessa prática cotidiana engajada na questão política na escala local dentro da metrópole urbana. A maneira tática de produzir a cidade a partir das periferias reconhece sua legitimidade a partir da multiplicidade de formas de interação sociais e econômicas que se materializam no espaço vivido e reivindicado por quem o habita e se apropria dele no cotidiano, e não por quem calcula estrategicamente seu valor e tem interesse em manter sua condição de periferia amordaçada dentro de um plano de totalidade centralizadora (CASTRO, 2019).

3.2.3 Críticas e aderências ao urbanismo tático no Brasil

Como exposto nas definições acima, o entendimento do que é Urbanismo Tático, no Brasil, tem passado por algumas variações, tanto de termo, quanto de definição. Porém, a denominação e o conceito trazidos pelos americanos Mike Lydon e Tony Garcia, em 2010, tem sido bastante utilizada por brasileiros no meio acadêmico e profissional, vivenciando, portanto, um processo de consolidação. A seguir, será apresentada uma revisão bibliográfica de alguns autores brasileiros que já definiram o Urbanismo Tático em publicações de

artigos e dissertações partindo da definição de Mike Lydon e Anthony Garcia, que também foi selecionada como conceito basilar para esta dissertação.

No artigo *Urbanismo tático para requalificação gradual do espaço público metropolitano: O caso do Park(ing) Day no Rio de Janeiro*, Adriana Fontes traz a definição de Urbanismo Tático partindo da obra *Tactical Urbanism: Short-term action for Long-term change*, de Lydon e Garcia (2015):

Esse artigo tem como objetivo discutir o urbanismo tático como alternativa para ativação de áreas subutilizadas da cidade e para reconquista gradual de espaços públicos para o uso do pedestre. O conceito de urbanismo tático é recente e significa a abordagem para construção e ativação de uma vizinhança usando intervenções e políticas de curto prazo e baixo custo, que permitam a imediata recuperação, redesenho ou programação do espaço público visando futuras transformações (LYDON; GARCIA, 2015 *apud* FONTES, 2018).

O entendimento do Urbanismo Tático como método para a reconquista gradual dos espaços urbanos tem sido bastante disseminado. Adriana Fontes, mesma autora do artigo acima, foi também a pioneira a escrever um livro sobre o Urbanismo Tático no Brasil, intitulado *Urbanismo Tático: Um guia para as cidades brasileiras*. Na obra, além de apresentar o conceito de forma didática, com muitos exemplos e ilustrações, a autora dispõe de um guia com sugestões de uso do método e de uma sessão de respostas a perguntas frequentes acerca desse tipo de abordagem.

Porém, existem também autores que enxergam o método como uma medida paliativa de reparo de problemas urbanos, associando o Urbanismo Tático a uma prática que reforça um sistema neoliberal de gestão das cidades. Os autores Pedro Nogueira e Denise Portinari, em seu artigo *Urbanismo tático e a cidade neoliberal* (2016), traz o conceito pautado na definição de Lydon e Garcia como base para tecer esta discussão:

No presente artigo damos atenção especial ao conjunto dos quatro volumes coordenados e publicados pelos urbanistas Mike Lydon e Anthony Garcia (2011; 2012; 2013; 2014), que se constituiu como um marco importante para a divulgação e consolidação de alguns dos ideais contidos nas ações de urbanismo tático.(...) Lydon & Garcia compreendem que estas práticas podem assumir natureza efêmera ou permanente, mas em todo caso estão destinadas a informar a planificação urbana de longo prazo. Driblando a burocracia estatal, os cidadãos podem, desta forma, alertar ao governo sobre algum tipo de necessidade local ou testar soluções urbanas a serem posteriormente sancionadas (NOGUEIRA; PORTINARI, 2016).

Após definir o método, porém, os autores se posicionam sobre o Urbanismo Tático de uma forma mais crítica, alegando que a metodologia é dotada de um suposto empoderamento e colaboratividade. Segundo eles, isso ocorre a partir do momento que se cria uma atmosfera de oposição entre população e estado, mas o bloco da população não necessariamente compreende todas as pessoas nas intervenções táticas:

Afinal, os processos colaborativos e a horizontalidade têm limites, ainda que pareçam totalmente democráticos. Neste sentido, é importante recordar que a mera possibilidade aberta para que qualquer pessoa integre as dinâmicas propostas não implica necessariamente em uma participação efetiva de todos: nem todos dispõem de tempo e recursos materiais para investi-los na construção coletiva de praças. Disto resulta que apenas algumas pessoas tomem parte nos processos decisórios ali envolvidos, de modo que sua vontade acaba fatalmente imposta aos demais usuários, passantes e vizinhos da praça. Neste sentido, é possível estabelecer um paralelo rápido com a forma como a política era organizada na polis grega: se as decisões eram tomadas através do “conversar um com o outro e no convencer mútuo” (ARENDR, 1998, p. 66), por outro lado dispor de tempo livre para esta atividade era um privilégio apenas daqueles que possuíam escravos (NOGUEIRA; PORTINARI, 2016).

Entretanto, acreditar que qualquer processo urbano precise estar cem por cento alinhado com a expectativa de todos os usuários para se concretizar beira a impossibilidade e a utopia. Os seres humanos são diferentes e possuem suas particularidades, mas conseguem dialogar e chegar a pontos em comum. Portanto, invalidar as mobilizações coletivas que buscam agregar variados atores para criar e revitalizar espaços sob o pretexto de que estas “não contemplam a todos” parece mais um convite a paralisia:

A ideia de que ações devem ser tomadas apenas depois que todas as respostas e recursos tenham sido encontrados é a receita certa para a paralisia. O planejamento de uma cidade é um processo que permite correções; é extremamente arrogante acreditarmos que o planejamento só pode ser feito depois que toda variável tenha sido controlada (LERNER, 2003).

Ainda sobre as críticas dos autores, afirmar que os processos que envolvem o Urbanismo Tático ou qualquer outro método colaborativo caminha por vias excludentes soa contraditório, principalmente se for considerado que abordagens como o método aqui tratado nasceram do desejo de tornar a cidade mais democrática e usam, como uma das ferramentas principais, a escuta ativa

da população. Em projetos de Urbanismo Tático como o *Mais vida nos morros*, criado pela Secretaria de Inovação Urbana da Cidade do Recife, diversos agentes envolvidos no processo vão até os moradores locais explicar os processos e entender suas demandas e necessidades.

Imagem 15. Intervenção do Mais Vida nos Morros



Fonte: Site da Prefeitura do Recife

O mais vida nos morros é um programa que faz a mudança acontecer na prática por meio de intervenções urbanas que transformam a relação das pessoas com a cidade e com o meio ambiente. Mas para que isso se concretize, é preciso a participação de todo mundo, adultos e crianças. Cada uma das pessoas contribui como quiser, pode ser com trabalho ou mesmo compartilhando seus conhecimentos, seus sonhos e suas ideias. Veja como funciona: Quando uma comunidade é escolhida para fazer parte do *Mais vida nos morros*, toda vizinhança é convidada a se unir. Para começar essa parceria, a equipe do programa passa de porta em porta para explicar os detalhes. O passo seguinte é realizar uma reunião de co-criação com a comunidade para conversar sobre o que poderá ser feito. (TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO ENGAJAR NO SITE DA PREFEITURA, DISPONÍVEL EM <https://maisvidanosmorros.recife.pe.gov.br/engajar/>)⁸

⁸ O *Mais vida nos morros* é uma política pública de inovação e resiliência urbana que reinventa a cidade e combate a desigualdade socioespacial a partir da promoção do desenvolvimento sustentável, do protagonismo comunitário e da promoção de um espaço urbano melhor para as crianças nas 545 comunidades de interesse social do Recife. (PREFEITURA DO RECIFE) O

Na esteira da crítica dos autores Nogueira e Portinari sobre o Urbanismo Tático, com base nas reflexões do sociólogo Douglas Gordon, estão os argumentos que apontam para a metodologia do método como um reforço ao neoliberalismo. Os autores utilizam as análises do sociólogo Douglas Gordon (2014) para construir uma reflexão sobre como o Urbanismo Tático e a cultura faça-você-mesmo podem fomentar uma prática de isentar o Estado frente aos problemas urbanos e uma política neoliberal. Assim, “se as condições neoliberais como o desenvolvimento desigual abre espaço para o urbanismo faça-você-mesmo, é possível que o urbanismo faça-você-mesmo permita ou encoraje a continuação destas mesmas condições” (GORDON, 2014 *apud* NOGUEIRA, PORTINARI, 2016).

No entanto, embora qualquer método possa ser usado de má fé quando existe uma má governança, a disseminação do Urbanismo Tático tem ultrapassado as fragilidades da abordagem e alcançado, por meio dos atores que o praticam, diferentes formas de criar diálogo e possibilidades com o poder público, a exemplo da própria intervenção do *Mais vida nos morros*. Portanto, mesmo que o argumento que será apresentado a seguir tenha sua validade, pelo patamar e pelos desdobramentos que o Urbanismo Tático vem alcançando até hoje, ele não pode ser tomado como uma verdade absoluta:

Do neoliberalismo parte um discurso em defesa de que “cada um deve fazer a sua parte”, dentro do espírito de responsabilização do indivíduo que o caracteriza, mas por outro lado o desinvestimento do governo nos locais públicos se torna cada vez mais acentuado (NOGUEIRA, PORTINARI; 2016).

Por fim, é válido, ainda, trazer para a discussão mais uma crítica presente neste mesmo artigo, onde Nogueira e Portinari afirmam que “o ressurgimento de abordagens faça-você-mesmo não autorizadas para o ambiente construído desde a década de 1960 pode ser descrito como um fenômeno da chamada era neoliberal”. Em em outro artigo, *Urbanismo tático e intervenções urbanas: aderências e deslizamentos*, este apenas de autoria de Pedro Nogueira (2017), o autor tece questionamentos sobre o Urbanismo Tático que apontam na mesma

programa foi apontado pela ONU-Habitat como referência de inovação em políticas públicas por apostar no engajamento e no protagonismo dos moradores. (JORNAL FOLHA PE)

direção: “mesmo acreditando estar se opondo a um Estado autoritário e burocrático que não pensa nos anseios da população, as ações de urbanismo tático acabam por preencher as lacunas deste mesmo Estado” (NOGUEIRA, 2017).

Todavia, afirmar que o Urbanismo Tático e os movimentos por direitos urbanos derivados do cenário de luta pelas cidades, a partir dos anos 1960, são meros reforços ao aparelho neoliberal seria ignorar todas as contribuições que estas micro revoluções trouxeram. O sentimento de pertencimento entre as pessoas e os espaços nasce, muitas vezes, dos processos de apropriação urbana que começaram a eclodir e que ainda hoje continuam a inspirar diversos outros movimentos relativos ao urbano. Nas palavras de Jane Jacobs, precursora na luta pelos direitos urbanos no cenário dos anos 1960, já foi posto o argumento de que as cidades deveriam funcionar como um laboratório em que as pessoas são parte intrínseca de seus processos:

As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias. Ao contrário, os especialistas e os professores dessa disciplina (se é que ela pode ser assim chamada) têm ignorado o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, não têm tido curiosidade a respeito das razões do sucesso inesperado e pautam-se por princípios derivados do comportamento e da aparência de cidades, subúrbios, sanatórios de tuberculose, feiras e cidades imaginárias perfeitas – qualquer coisa que não as cidades reais (JACOBS, 2014, p.16, grifo do autor).

Embora os conceitos da cidade como um laboratório, trazido por Jane Jacobs, e da cidade como reflexo de suas táticas, trazido por Michel de Certeau, estejam presentes no Urbanismo Tático, esta abordagem em si, é recente. Na dissertação *Taxonomia do Urbanismo Tático: uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes*, Ana Farias traz o contexto que favorece o surgimento de intervenções táticas nas cidades:

De dentro da cidade fragmentada e espetacularizada, práticas cotidianas resistem à homogeneização e à artificialidade dos encontros sociais; ações de ativismo urbano tentam revelar e contrapor o quadro de injustiça e subordinação da vida ao capital, reivindicando a participação das pessoas na construção da cidade que desejam habitar (CARVALHO, 2018, p.22).

A citação, embasada na produção teórica de Michel de Certeau e Lefebvre, revela o potencial da cidade como um corpo capaz de se reinventar pelas mãos de quem a conforma. Foi nesse contexto que o aumento de intervenções urbanas denominadas táticas, efêmeras, insurgentes, emergentes e colaborativas veio se proliferar e trazer uma nova lógica construtiva para os espaços.

Na ótica científica, reduzir um método urbano a algo positivo ou negativo não imprime o potencial de debate e de desenvolvimento de senso crítico científico ao qual a academia se propõe a ter. Ferramentas como o Urbanismo Tático têm gerado questionamentos e inquietações acerca da sua efetividade, como qual seria a melhor forma de utilizá-lo sem isentar o poder público e sem relativizar a profissão do arquiteto e urbanista, ou como tornar esse método assertivo em termos de passar do projeto temporário ao definitivo. Todas essas questões vêm sendo discutidas não só entre estudiosos do tema, mas também pelos profissionais que utilizam o Urbanismo Tático, a fim de melhorar seu desempenho - o que será aparecerá, também, nas entrevistas com os coletivos urbanos no capítulo a seguir. Embora o urbanismo tático ainda traga resistência por parte das pessoas em relação a sua eficiência, o método tem crescido, se popularizado e buscado novas possibilidades para eliminar suas contradições.

Em outra esfera em relação aos autores acima mencionados, a citação a seguir revela um caráter mais equilibrado em relação a críticas positivas e negativas sobre o Urbanismo Tático:

É evidente a contribuição das táticas urbanas para uma maior abertura nas discussões sobre as questões urbanas, no estímulo à participação cidadã nos espaços da coletividade, na partilha de sensibilidades sobre a cidade moldada nos tempos de hoje. Novos canais de discussão são criados; vizinhos que não se conheciam e que se juntam para deliberar sobre o destino da rua à sua porta; partilha de informações que esclarecem os jogos de poder que direcionam os investimentos nas cidades: esses são alguns dos exemplos de práticas que há muito arquitetos, urbanistas, sociólogos, geógrafos, artistas, políticos etc. julgavam ser essenciais para a democratização da cidade, dos meios que determinam a vida no urbano, e que são hoje promovidas pelo UT. (...) No entanto, a onda de intervenções rápidas e baratas substituiu, em muitos casos, o investimento em trabalhos de planejamento e de instauração de mudanças mais profundas, necessárias em muitas realidades. A improvisação de um mobiliário temporário numa praça, por exemplo, se por um lado satisfaz, mesmo que por um tempo limitado, a necessidade de condições adequadas para uso do espaço público, por outro pode mascarar a necessidade de reivindicar

alterações mais estruturais, no contexto da praça, do bairro, dos investimentos que são feitos na cidade (CARVALHO, 2018, p.123).

É essencial que se possa olhar para os benefícios que novas abordagens podem trazer às cidades e seus habitantes, mas também ter uma atenção bem direcionada às falhas que elas possam apresentar, sobretudo as lacunas que possam permitir que interesses privados e especulativos as utilizem de maneira arbitrária. Dentro do que pode ser classificado como *novas abordagens*, aqui se enquadra a metodologia do Urbanismo Tático, que, ao longo do seu surgimento, tem apresentado pontos altos e baixos nos desenvolvimentos de suas ações. Por sua vez, o capítulo três desta dissertação, para ilustrar esse debate, irá trazer os desdobramentos do Urbanismo Tático junto com seus pontos de motivações e desafios por meio da perspectiva dos coletivos urbanos que utilizam esta prática. Dessa forma, pode-se criar um diálogo equilibrado sobre o que é dito no meio acadêmico e no empírico.

3.3 OS COLETIVOS URBANOS E O URBANISMO TÁTICO

Antes de adentrar na pesquisa elaborada a partir de questionários e entrevistas com os coletivos urbanos, é importante trazer o conceito de *coletivo urbano*, além de uma breve revisão bibliográfica sobre como esses grupos têm sido citados ou definidos em alguns artigos científicos. Diante das atividades que os coletivos urbanos realizam e a forma como as fazem, é possível inferir que eles estejam ligados ao ativismo urbano em sua essência, mas por ser um termo recente, ainda não existe uma definição consolidada, assim como ocorre com o Urbanismo Tático. Dessa forma, busca-se aqui investigar o Urbanismo Tático na perspectiva dos coletivos, mas antes propor uma definição para coletivo urbano de acordo como o que foi compreendido pelas entrevistas da pesquisa e leituras acadêmicas. Levando esses pontos em consideração, pode se argumentar que:

Coletivo urbano é um arranjo profissional não convencional que, através de alguma formalização ou não, busca atuar nas cidades ora por métodos alternativos de intervenção como o Urbanismo Tático, ora através de parcerias público-privadas e/ou acadêmicas. Sobre os coletivos urbanos, pode-se dizer que seus valores são frequentemente pautados em um ideal de mudança sobre

participação na cidade, ativismo urbano e certa ruptura de sistemas obsoletos de gestão do espaço. (DEFINIÇÃO DA AUTORA, 2022)

Uma definição de coletivo foi proposta também por André Duarte e Rodrigo Santos no artigo *A cidade como espaço de intervenção dos coletivos: Resistência e novas formas de vida urbana*, ao analisarem o impacto desses grupos *eco-estético-políticos* no deslocamento e na vida urbana:

Cabe aqui um esclarecimento importante. Nas páginas que se seguem, quando referimo-nos a coletivos de atuação urbana, deve-se entender por coletivo não um grupo institucionalmente organizado, com estatutos, líderes e formas de atuação previamente definidas. Coletivo, aqui, é apenas o grupo de ativistas que se reúne, discute e atua coletivamente, definindo a cada vez as táticas a ser empregadas; poder-se-ia mesmo dizer que tais coletivos existem, sobretudo, no momento em que criam espaços de discussão e de atuação coletiva. (DUARTE, SANTOS; 2012, p.39)

Pode-se considerar, para além do ativismo, que os coletivos urbanos tenham também uma forte ligação com o movimento social, já que este é caracterizado pela junção de pessoas em prol de um objetivo comum. Segundo Machado (2007, p.252):

Se tivermos que optar por uma definição do termo 'movimentos sociais', (...) poderíamos dizer que o mesmo se refere a formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social. Tais formas de ação coletiva têm como objetivo, a partir de processos frequentemente não-institucionais de pressão, mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas.

No entanto, o conceito de coletivo urbano não se limita apenas a uma forma de movimento social, uma vez que esses grupos têm buscado a partir de vivências físicas e virtuais também novas formas de atuação profissional. Os coletivos urbanos carregam as marcas não só do rápido avanço da internet e tecnologia, mas também de uma mudança nas formas de trabalho. O autor

Scherer-Warren (2006) chama a atenção para o advento da globalização e informatização do novo milênio, que tende a impulsionar redes de movimentos sociais através de articulações. Assim, o que tem surgido são diferentes atores que se unem, nessas redes, em prol de um objetivo comum, movidos pelos mesmos valores, sobretudo o desejo pela transformação:

o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção [...] A idéia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2006, p.113).

Assim, nesse contexto de rede e movimentação em direção a um senso de identidade, ativismo e colaboração nas cidades, diversos coletivos urbanos têm surgido. Esses, por sua vez, utilizando o Urbanismo Tático ou outros métodos colaborativos como ferramenta de intervenção. Os coletivos costumam desempenhar um papel de escuta e envolvimento da população em intervenções efêmeras ou de teste:

O **urbanismo tático**, prática que vem ganhando destaque nos últimos anos, tem se mostrado **uma estratégia atrativa para coletivos ativistas, arquitetos, urbanistas e designers ao redor do mundo** por propor, a baixo custo e numa micro-escala, intervenções urbanas pontuais na intenção de promover o direito à cidade. Essa maneira de se pensar espaços públicos na cidade busca atuar por uma lógica não-hierárquica, na qual a sociedade civil (em colaboração ou não com o Estado e/ou empresas privadas) propõe alternativas ao processo tradicional de projeto na esfera urbana (SOMOS A CIDADE, ARCHDAILY, **grifos do autor**).

No XVII ENANPUR (Encontro Nacional da *Anpur* - **Associação** Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano), o artigo que discorreu sobre os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo trouxe um dado que mostra um aumento significativo de coletivos urbanos na cidade a partir de 2013:

A partir dos anos 2013, houve um crescimento considerável do número de coletivos na cidade. Muitos deles se apropriam dos espaços públicos e incentivam o engajamento da comunidade através de

mutirões de trabalho para a requalificação física e funcional desses espaços. Buscam a participação da sociedade civil no processo de mudança dos usos dos espaços públicos através do fortalecimento dos valores civis e do empoderamento da comunidade. Essas ações podem ser identificadas pelos nomes de urbanismo de guerrilha, urbanismo tático, urbanismo insurgente, urbanismo pop-up e urbanismo “faça você mesmo” (do it yourself – DIY– urbanism). Os coletivos A Batata Precisa de Você, Bela Rua, Ocupe e Abrace, entre outros, são exemplos desses coletivos de intervenção e transformação do espaço (HORI, 2017).

A diversidade de termos adotados tanto pelos coletivos urbanos quanto pelos estudiosos apontam que essa nova forma de atuação urbana, pautada na participação e na apropriação por meio de intervenções colaborativas ainda está em construção no Brasil. Mesmo quando não classificadas com o termo Urbanismo Tático, essas práticas urbanas têm, em comum, o objetivo de construir a cidade coletivamente. Nesse contexto, os coletivos ou movimentos urbanos que se utilizam de métodos *bottom-up*, por sua vez, possuem uma certa autonomia em relação ao poder público, embora as ações também possam ocorrer em parceria com o mesmo.

O que se constata no atual cenário é que por meio da ação de grupos auto-organizados cresce o número de intervenções urbanas realizadas sem a participação direta do poder público. Movimentos sociais diversos têm emergido com o intuito de se apropriar, não como propriedade privada no sentido legal, mas como construtores e gestores de determinados espaços urbanos. Esse interessante fluxo tem reforçado a expansão de novas práticas de produção e alteração do espaço baseadas nos processos das relações em redes (HAMRA, 2018. p. 60).

Embora esses novos métodos de intervenção, fortemente caracterizado pela colaboração e pela articulação de atores urbanos, venha sendo amplamente reconhecido, ainda existem muitas dissonâncias no diálogo. O termo Urbanismo Tático, que aparece de forma mais recorrente nas discussões, ainda é bastante associado a uma “maquiagem”, termo que vem se espalhando no Brasil. Alguns profissionais voltados ao urbano trazem a problemática por trás do caráter temporário da intervenção e alegam muitas vezes que estas intervenções podem servir para encobrir ou mascarar problemas que precisam ser resolvidos. No artigo *Urbanismo Tático e o Direito à Cidade*, as autoras buscam abordar diferentes pontos de vista sobre o método, trazendo um

contraponto entre dois autores no que diz respeito à funcionalidade ou não do Urbanismo Tático:

Assim como afirma Brenner (2016), “o urbanismo tático é assim apresentado como um potencial paliativo para remediar certos problemas urbanos que as instituições estatais e procedimentos formais de planejamento urbano não conseguiram discutir adequadamente até agora.” A mobilização da sociedade para modificação do espaço, mesmo que efêmera, transforma as cidades, principalmente as metrópoles, visto que o urbanismo tático se torna palco para ações emergenciais e transitórias desarticuladas de projetos e de estratégias a longo curso, amadurecendo as relações políticas e socioculturais no urbano (RIBEIRO, 1995 *apud* GOMES *et al.*, 2019).

Grande parte dos profissionais envolvidos com o Urbanismo Tático afirmam que não existe a intenção de substituir o papel do poder público, tampouco do projeto na construção da cidade, e sim de contribuir para que os processos de planejamento, execução e gestão sejam mais transparentes, participativos e democráticos. No próprio livro de Mike Lydon e Anthony Garcia, existe um trecho que traz a reflexão dos autores sobre as limitações do Urbanismo Tático e a consciência do que o método pode ou não abarcar:

Queremos lhe mostrar que o Urbanismo Tático tem limitações muito reais. Não é a, ou uma, solução para muitos dos nossos problemas urbanos mais notórios. Não pode resolver a crise de habitação acessível que enfrentam nossas cidades mais desejáveis, nem consertar pontes que precisam de reparos. Não pode construir linhas ferroviárias de alta velocidade e não resolverá a iminente crise previdenciária do setor público encontrada em tantas cidades americanas. (...) Essas limitações também explicam o apelo inegável do Urbanismo Tático. É um movimento baseado em uma visão positiva para o futuro. Trata-se de desenvolver respostas e processos que possam funcionar em grandes cidades e pequenas cidades. (LYDON, GARCIA; 2015, p.22).⁹

A argumentação apresentada na obra de Mike Lydon e Tony Garcia expressa, ainda que de maneira implícita, uma defesa às críticas que são frequentemente pautadas sobre o Urbanismo Tático, quando pessoas e até

⁹ Referência original: We want to impress on you that Tactical Urbanism has very real limitations. It's not the or one solution for many of our most vexing urban problems. It can't solve the affordable housing crisis facing our most desirable cities, nor will it fix bridges in need of repair. It can't build high-speed rail lines, and it won't resolve the looming public sector pensions crisis found in so many American Cities. (...) These constraints also explain Tactical Urbanism's undeniable appeal. It's a movement based on a positive vision for the future. It's about developing responses and processes that can work in large cities and small towns (LYDON, GARCIA; 2015; p.22).

mesmo profissionais e teóricos da área do planejamento urbano criticam o método por partir do pressuposto que os profissionais que o utilizam queiram colocá-lo como a resolução de todos os problemas urbanos. Mas, conforme descrito na fala de Lydon e Garcia, os profissionais que adotam o método e veem o potencial deste têm consciência de que não se trata de uma ferramenta para substituir outras, mas para agregar. Embora o que é dito pelos autores esteja embasado na realidade do território norte americano, críticas do mesmo cunho são elaboradas no Brasil, como já discutido durante esse capítulo.

Partindo do ponto de vista dos profissionais ligados a arquitetura e urbanismo, que estão presentes significativamente nos coletivos urbanos, é pertinente trazer a obra de Aureli (2013) que, em *A Cidade como Projeto*, explana que existe um lado ativista e mais engajado do arquiteto e urbanista que passa a se manifestar a partir do século XXI. Portanto o surgimento dos coletivos pode ser associado a uma necessidade de ligar o ativismo e o movimento social a prática profissional, nesse caso principalmente na esfera da arquitetura e urbanismo. O surgimento dos coletivos aponta para uma busca em sanar problemas urbano sociais e espaciais, e não para uma substituição dos projetos urbanos ou do papel do Estado.

Embora exista pouca bibliografia que tratam diretamente sobre os coletivos urbanos, as entrevistas concedidas pelos coletivos no próximo capítulo reforçam o que já foi discutido nesse tópico por um ponto de vista empírico. Para Os integrantes dos coletivos trouxeram não só seus desafios e motivações como grupo de atuação urbana, mas também seus posicionamentos diante do debate sobre o Urbanismo Tático de acordo com suas vivências. À medida que o diálogo foi fluindo, algumas discussões giraram mais em torno do método de Urbanismo Tático e dos coletivos em si, enquanto outras discussões trouxeram um exemplo de intervenção de Urbanismo Tático para reflexão e análise.

4 O URBANISMO TÁTICO NO BRASIL PELOS COLETIVOS URBANOS

Neste capítulo do trabalho de dissertação serão apresentadas as entrevistas e questionários realizados com coletivos urbanos no território brasileiro. As perguntas do questionário foram elaboradas com o propósito de analisar o conceito de Urbanismo Tático no Brasil em um terreno prático, através da fala dos coletivos urbanos que o planejam e executam. Além disso, as respostas que trazem as motivações e desafios contribuem para o objetivo de investigar quais são as potencialidades e dificuldades a serem repensadas no Urbanismo Tático inserido nas cidades brasileiras.

Os questionários foram realizados pelo Google Forms, de forma online, alcançando um total de quinze coletivos espalhados pelas cinco regiões do país. A partir da análise dos coletivos que responderam ao questionário, foram marcadas oito entrevistas através de videochamadas com alguns deles. O critério de escolha foi selecionar os grupos cuja definição de urbanismo tático se aproximaram entre si e da bibliografia enquadrada nesta dissertação, mas cujas formalizações e estudos de caso são diferentes. Assim, é possível analisar como uma mesma ferramenta, entendida em seu conceito de forma similar, pode ser empregada e difundida de diferentes formas. Além disso, também foi pré-estabelecido que todas as cinco regiões do Brasil deveriam estar contempladas nas entrevistas, devendo ter pelo menos um coletivo entrevistado em cada região para que essa amostra qualitativa estivesse mais espalhada geograficamente pelo território brasileiro.

O diálogo utilizado nas entrevistas deriva do método da entrevista **semi diretiva**. Porém a metodologia empregada foi, mais especificamente, pautada na técnica da entrevista compreensiva, que utiliza de um modelo de discurso fluído e bottom-up. Esse tipo de entrevista tem o objetivo de recolher informações através de um método mais improvisado e criativo, e menos formal e racionalizado. Assim, a interlocução ocorre através de uma composição discursiva das duas vozes do diálogo, situação em que o entrevistador fica livre para interagir, improvisar perguntas ou colocações pertinentes e utilizar de técnicas da entrevista etnográfica.

A aplicação da entrevista de tipo compreensiva pressupõe a obtenção de um discurso mais narrativo que informativo, resultado da intersubjetividade que se desenrola entre entrevistado e entrevistador. [...] trata-se de uma técnica qualitativa de recolha de dados que articula formas tradicionais de entrevista semidiretiva com técnicas de entrevista de natureza mais etnográfica, na tentativa de evitar que o dirigismo do modelo questionário aberto, quer o *laissez-faire* da entrevista não-diretiva. (FERREIRA, 2015)

A entrevista compreensiva é uma técnica qualitativa de recolha de dados em que o entrevistador possui mais liberdade para conduzir o diálogo com o entrevistado. Dessa forma, ao conduzir a entrevista, o entrevistador não precisa seguir um modelo fixo ou linear de perguntas, permitindo uma conversa mais espontânea e troca de informações mais natural. Nesse modelo, que confere mais liberdade para as duas ou mais vozes envolvidas no diálogo, é possível obter informações que não seriam alcançadas em um modelo padronizado de entrevista. (FERREIRA, 2013) Victor Sérgio Ferreira, pós-doutor em sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, discorre sobre essa forma de entrevistar em seu artigo *Artes e manhas da entrevista compreensiva*, afirmando, baseado na teoria de Glaser e Strauss que:

Promotora de uma lógica de criatividade e de descoberta científica fundadora de novas teorias e conceitos, mais do que uma lógica de demonstração e ilustração de teorias previamente construídas, a entrevista compreensiva procura produzir novas preposições teóricas, através de uma articulação estreita e contínua entre o processo de recolha de dados e o processo de formulação de hipóteses. Estas serão tanto mais criativas quanto enraizadas nos dados recolhidos. Uma formulação *bottom up*, portanto, que deriva de baixo para cima, do terreno empírico para o terreno teórico, até formalizar o que se convencionou chamar de *grounded theory* nas suas formulações mais antigas ou atuais. (FERREIRA, 2013, p. 982)

Uma vez que o urbanismo tático é uma ferramenta de intervenção de caráter *bottom-up*, é pertinente a escolha de uma metodologia de entrevista de mesma natureza para entrevistar os coletivos urbanos. É importante ressaltar também que estes, além de desenvolver atividades de natureza empírica, estão em sua maioria conectados e ativos na discussão teórica sobre o tema.

Um outro motivo que justifica optar pela entrevista compreensiva para o presente trabalho é que, além de ter desenvolvido um estudo teórico e crítico sobre o tema a partir dessa dissertação, a entrevistadora já co-fundou um coletivo urbano, o que a faz assimilar mais profundamente as motivações e desafios que envolvem as atividades de um coletivo. Assim, a entrevista adquire naturalmente um caráter mais humanizado entre ambas as partes ao quebrar a distância formal e aproximar os entrevistados, uma vez que os atores envolvidos no discurso possuem experiências, dores e motivações em comum.

Busca-se, então, a partir desse diálogo com os coletivos urbanos brasileiros, através dos questionários e entrevistas, responder aos seguintes questionamentos: **Como os coletivos urbanos definem e utilizam o Urbanismo Tático? Esses grupos têm assumido um papel educativo através de uma postura de conscientização cidadã? Como o Urbanismo Tático tem impactado a profissão do arquiteto e urbanista no Brasil?**

Para responder a esses questionamentos, além dos questionários e entrevistas, foi considerado também o diálogo que aconteceu no dia 7 de abril no escritório *Street Plans*, em New York, com Mike Lydon e Vanessa Rodrigues. No dia 6 de abril tive a oportunidade de dar uma palestra na Yale University sobre Urbanismo Tático no Brasil, e aproveitando que estava nos Estados Unidos, conversei sobre meu trabalho com o arquiteto Mike Lydon, que aceitou marcar uma conversa comigo no seu escritório no Brooklyn. Nesse dia, tive a oportunidade de contar um pouco da minha história com o Urbanismo Tático e apresentar a ele em um tom mais informal a palestra que havia dado em Yale. A inquietação sobre a temática do Urbanismo Tático, assim como a motivação em estudá-lo, partiu da experiência que a autora teve com o coletivo urbano que co-fundou e atuou de 2017 a 2019, o “*OXE, minha cidade é massa!*”, e da leitura do livro de Urbanismo Tático escrito por Mike Lydon e Anthony Garcia, que durante anos foi o único voltado diretamente ao assunto.

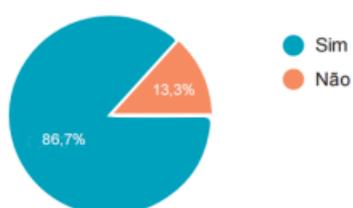
A pesquisa investigativa qualitativa buscou, a princípio, elencar as definições de urbanismo tático trazidas por coletivos urbanos brasileiros. Depois de analisar o que vem sendo discutido em diferentes meios, acadêmicos, empíricos e midiáticos, por diferentes atores, uma lente mais aproximada nos coletivos

urbanos tem a intenção de dar voz aos mesmos para que possam mostrar suas formas de trabalho em relação ao método. Com isso, pode-se analisar a contribuição desses grupos para a definição e consolidação do Urbanismo Tático no Brasil sob um ponto de vista prático e, por fim, validar ou não a hipótese central de que os coletivos urbanos no Brasil, através do Urbanismo Tático, têm exercido um papel de educação cidadã para com as pessoas.

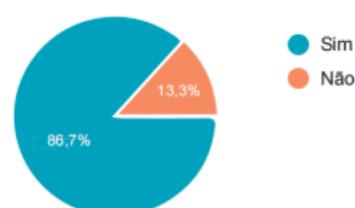
4.1 DEFINIÇÃO DE URBANISMO TÁTICO PELOS COLETIVOS URBANOS E OS DESAFIOS NA SUA UTILIZAÇÃO

Antes de trazer as definições dadas pelos coletivos urbanos sobre Urbanismo Tático, é importante trazer a informação de que treze dos quinze coletivos entrevistados utilizam o Urbanismo Tático no seu modelo de trabalho. No questionário, que continha vinte perguntas, umas delas era “*O coletivo se insere na abordagem do Urbanismo Tático?*”, tendo uma resposta afirmativa de 86,7%. Esse mesmo percentual apareceu também de forma afirmativa na pergunta “*O coletivo atua em campo?*”:

O coletivo se insere na abordagem do Urbanismo Tático?



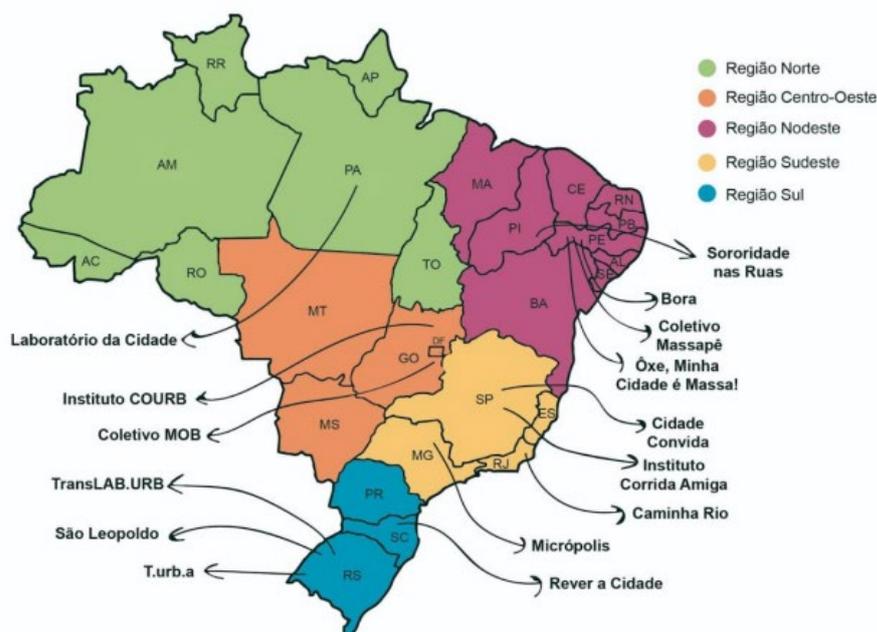
O coletivo atua em campo?



Nesse recorte de quinze coletivos urbanos, a maioria deles utilizam o Urbanismo Tático e realizam atividades de campo, podendo se inferir a partir desses dados que o Urbanismo Tático realizado no Brasil acontece na prática por meio de intervenções físicas no espaço. É importante frisar que esse dado reflete apenas que a aplicação do método acontece, e questões que possam surgir a partir dos desdobramentos das intervenções, como a evolução de fases temporárias para fases permanentes, são questões mais específicas que serão examinadas posteriormente nesse trabalho.

Com relação aos coletivos urbanos que não utilizam diretamente o Urbanismo Tático, foi constatado que existe o conhecimento do método e defesa do seu uso. O COURB, por exemplo, atua com foco em políticas urbanas e policymaking, buscando abrir espaços junto ao poder público e outras entidades para que métodos como o Urbanismo Tático possam ter mais abertura, mas sem necessariamente usá-lo na prática. O outro coletivo que afirmou não estar inserido na abordagem do Urbanismo Tático foi o Instituto Corrida Amiga, mas desenvolve atividades que dialogam com princípios que estão alinhados com o método, como a sensibilização da população sobre a necessidade de espaços urbanos mais saudáveis, acessíveis e caminháveis.

A seguir, o mapa mostra os quinze coletivos contemplados no questionário, cuja busca foi facilitada através do guarda-chuva de coletivos da *Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo* e através da busca por hashtags como #urbanismotatico e #coletivourbano nas redes sociais.



Serão expostas numa tabela as definições de Urbanismo Tático, com destaque para as que mais se aproximaram entre si nas respostas dadas para a pergunta “O que você entende por Urbanismo Tático?” do questionário

aplicado online. Muitas dessas respostas foram compatíveis com a definição de Urbanismo Tático dada pelos arquitetos Mike Lydon e Anthony Garcia, que é também o conceito de partida dessa dissertação, junto com as contribuições trazidas por Adriana Sansão no seu primeiro livro sobre Urbanismo Tático no Brasil, lançado por ela em 2020. Os critérios usados no desenvolvimento da tabela trazem três pontos essenciais na conceituação do Urbanismo Tático de acordo com os autores citados acima: a) ter engajamento da população, b) utilizar materiais rápidos e de baixo custo, c) ter visão de curto a longo prazo. Nas quinze respostas, em mais de 50% delas foi trazida a questão do engajamento das pessoas com os espaços através do método e a utilização de materiais temporários de forma rápida e com baixo custo. Em algumas respostas, também foi trazido o objetivo de tornar as intervenções táticas permanente no futuro.

Tabela com algumas definições de Urbanismo Tático pelos coletivos:

COLETIVOS	DEFINIÇÃO DE URBANISMO TÁTICO PELOS COLETIVOS URBANOS		
	ENGAJAMENTO	AÇÕES RÁPIDAS E DE BAIXO CUSTO	DEVE IR DOTEMPORÁRIO AO PERMANENTE
MASSAPÊ	“Uma ferramenta de intervenção local, temporária, rápida e de baixo custo que visa testar novas soluções para segurança e qualidade dos espaços públicos e catalisar projetos de longo prazo. Buscando promover a reapropriação dos espaços públicos pelas pessoas, conferindo novos sentidos para os lugares e recuperando a vida coletiva nos espaços públicos, com o objetivo de que sejam feitas escolhas permanentes mais eficazes para os espaços públicos.”		
INTERVENTURA	“Urbanismo Tático é criar espaços com intervenções urbanas simples, rápidas, baratas e reversíveis incluindo a participação social mostrando a possibilidade de impactos positivos a médio e longo prazo.”		
CORRIDA AMIGA	“Soluções rápidas, de baixo custo, curto prazo, com engajamento da sociedade. Apesar de serem, inicialmente, de curto prazo, visam mudanças de longo prazo - vide Mike Lydon, Anthony Garcia, Cloutier et al. etc...”		
LABORATÓRIO DA CIDADE	“Entendemos por intervenções simples de baixo custo e alto impacto, que possam servir de termômetro para soluções práticas para um problema específico. Essas intervenções podem ser de ordem variada, desde problemas como por exemplo um espaço abandonado que pode vir a ser um espaço público frequentável com um tratamento simples: bancos, iluminação e arte urbana, até mesmo como pesquisa para uma intervenção de médio e longo prazo, portanto, o urbanismo tático pode ser uma forma de estreitar os laços com a comunidade e com o espaço que ela vive, frequenta e circula, ouvir, observar e atuar naquele espaço a partir de ditas intervenções, bem como ensejar discussões sobre os espaços, modalidades e atuações.”		
ÔXE MINHA CIDADE É MASSA	“Uma ferramenta de intervenção bottom-up, que pode atender a várias finalidades e ser exercida por diversos agentes. O urbanismo tático pode ser utilizado como uma ferramenta para trazer educação urbana e apropriação, como estratégia de teste para implantação de macro projetos, como forma de reutilizar espaços de maneira temporária visando uma futura permanência.”		

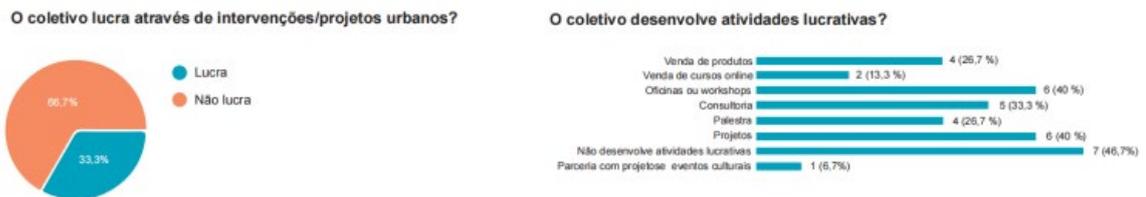
As três questões postas na tabela, engajamento, baixo custo e transição de intervenção temporária a permanente, correspondem a uma perspectiva mais ampla do Urbanismo Tático. Entender o método em sua amplitude é importante para eliminar ruídos que partem do desconhecimento do propósito do método. No Brasil, por exemplo, muitas polêmicas sobre a efetividade do Urbanismo Tático são levantadas, então consolidar o conceito do deste e entendê-lo de fato como um método é algo que pode mitigar visões ambivalentes sobre seu uso. Mesmo porque métodos são aplicados por pessoas, que por sua vez podem

fazer um bom ou mau uso destes, o que leva a conclusão de que **as críticas existentes sobre o Urbanismo Tático não são essencialmente sobre o método, mas sobre o contexto e as intenções de quem o utiliza**, embora o método possa sim ter tanto potencialidades quanto fragilidades a serem trabalhadas.

Dessa forma, ouvir as histórias de coletivos urbanos que aplicam o Urbanismo Tático na prática foi essencial para expor que, além desses profissionais possuírem o entendimento da função desse método, eles estão comprometidos em fazer com que este funcione na prática, apesar de muitas vezes o contexto não ser o mais favorável. Portanto, **pode se dizer que existe uma intenção justa e assertiva desses coletivos de intervir no espaço público**, agregando a participação popular e o termômetro dos testes proporcionados por um método como o Urbanismo Tático, **mas nem sempre as condições do contexto (sociais, políticas, econômicas) são as melhores**. Apesar da inovação que esses coletivos urbanos já trazem intrinsecamente em sua formação por ser um novo arranjo profissional, existem também as dificuldades que esses profissionais enfrentam. Uma questão muito latente é em relação a **sustentabilidade financeira** dos coletivos. Não só a capitalização dos membros do grupo é um desafio, mas também agregar um valor material as intervenções táticas. Tanto nos relatos dos oito coletivos entrevistados como nas respostas dos questionários, a questão da sustentabilidade financeira dos coletivos apareceu de forma recorrente. Muitas vezes **a falta de suporte para desenvolver ações** e capitalizar os profissionais dos coletivos foram motivos para os integrantes repensar a continuação do projeto.

Nos questionários, na pergunta sobre se o coletivo lucra através de projetos ou intervenções urbanas, constata-se que apenas 33,3 % dos coletivos conseguem obter lucros. Ainda no questionário, a questão da dificuldade de sustentabilidade financeira foi apontada em outras perguntas, como por exemplo na pergunta sobre quais eram os principais desafios. Entre os coletivos que conseguem agregar lucro as suas atividades, foi constatado uma diversidade de projetos e produtos para alcançar um retorno financeiro, como a criação de oficinas ou workshops, venda de produtos, consultorias, entre outros. Entretanto,

foi a partir dos relatos trazidos em algumas das entrevistas que as dificuldades financeiras dos coletivos urbanos ficaram ainda mais evidentes.



O Interventura, por exemplo, traz na sua narrativa como foi difícil encontrar um formato ideal para continuar suas atividades, e a solução encontrada foi responsável pela transição que faz hoje o Interventura se denominar como empresa social, embora tenha começado como coletivo. Segundo Carline Carazzo, integrante que concedeu a entrevista, o coletivo durou dois anos e meio, pois a dificuldade em conciliar o coletivo com os empregos dos integrantes fez com que dois deles desistissem. Nesse intervalo, novas pessoas se agregaram ao grupo e nasceu a ideia de construir um instituto ou uma ONG, mas os membros esbarraram na questão da dificuldade financeira novamente, pois as possibilidades de se sustentar como ONG eram, segundo Carline, bem desestimulantes. Ela explica que a manutenção dos coletivos sempre colide com a questão financeira, pois as pessoas ficam entre o limiar de **fazer o que acreditam** e o **como vão se manter**, gerando um impasse e muitas vezes uma quebra do grupo. *“Quando chegou no final de 2018 estávamos nesse período de: estamos fazendo muitas coisas pelas intervenções, a gente ama fazer essas coisas, mas nessas circunstâncias a gente não consegue se sustentar (CARAZZO, ENTREVISTA 2020).”*

Segundo Carline, o Interventura chegou em um ponto que as integrantes estavam basicamente divididas entre seus trabalhos fora e o coletivo, e a tendência seria as atividades irem diminuindo ou até parando caso o Interventura não atingisse um formato mais viável financeiramente. Embora tenha existido a dúvida sobre formalizar como ONG, as integrantes entenderam que faria mais sentido com as atividades que elas desempenhavam ser uma startup, mas que a ideia evoluiu depois para a criação de uma empresa social. Conseguiram, com

essas mudanças, novas viabilizações e subsídios para continuar, embora muitas vezes o voluntariado ainda fosse mais dominante. A formalização com CNPJ começou em 2020, mas por causa da pandemia os processos foram retidos por um tempo. As integrantes puderam, a partir do novo modelo, monetizar ou fazer parcerias para intervenções táticas de parklets ou fechamento de ruas para atividades voltadas ao pedestre.

Também na entrevista com o coletivo MOB, as fundadoras trouxeram a questão financeira, mas no caso delas foi escolhido registrar o coletivo como ONG. Segundo as integrantes, *“no modelo ideal, elas receberiam uma renda como arquitetas urbanistas e gestoras da organização, mas na prática a arrecadação financeira cobre no máximo os custos dos projetos e intervenções. (MOB, ENTREVISTA 2020)”*. Dessa forma, elas acabam realizando no MOB algo que se assemelha mais a um trabalho voluntário. Apesar disso, quando questionadas se haveria intenção de um retorno financeiro do projeto, as integrantes afirmaram que sempre existiu o interesse em tornar o projeto sustentável financeiramente para que pudessem se dedicar mais a ele, o que hoje não é possível já que a renda das arquitetas é proveniente de outros empregos.

Além desses e outros relatos nas entrevistas sobre como foi processo de transição e as dificuldades com a questão financeira, foi apontado nos questionários também por outros coletivos a mesmas questões como principais desafios:

Monetizar o coletivo, conseguir parcerias (tanto públicas quanto privadas) que nos dessem condições de atuar mais. No mundo ideal desejávamos ser remunerados pelo nosso trabalho, mas no mundo real além disso não acontecer, várias vezes tivemos que usar dinheiro do próprio bolso para manter o coletivo. (OXE, MINHA CIDADE É MASSA, 2020)

Hoje o principal desafio é garantir o financiamento da organização à longo prazo. Há certa sustentabilidade sim, mas ela é baseada praticamente na captação de projetos de execução em curto prazo (até 12 meses). (COURB)

"Sair da bolha", desafios de sustentabilidade financeira de longo prazo, mudança de mentalidade da população geral e tomadores/as de decisão. (CORRIDA AMIGA)

A questão da dificuldade financeira no desenvolvimento de intervenções de Urbanismo Tático é algo que está associado também ao contexto brasileiro. Além da dificuldade financeira estar ligada ao fato dos coletivos urbanos representarem uma nova prática profissional, ainda desvendando os caminhos da monetização, existe também o desafio em lidar com a quantidade limitada de recursos de possíveis parceiros, como prefeituras e instituições. Na visita ao escritório Street Plans, no Brooklin, para apresentação da palestra sobre Urbanismo Tático no Brasil para Mike Lydon, foram discutidas algumas das principais diferenças na utilização do Urbanismo Tático no Brasil e nos Estados Unidos. Nessa ocasião Vanessa Rodrigues, que é arquiteta brasileira e trabalha no Street Plans, participou da conversa e comentou sobre as diferenças que ela enxerga no Urbanismo Tático de um território para o outro:

Nos Estados Unidos nos estamos tentando ultrapassar os limites em termos de coisas que fizemos incorretamente com muita engenharia de tráfego, versus no Brasil são mais lugares que foram negligenciados, que não foram investidos, ou coisas que foram investidas de uma maneira que não foi benéfica para a comunidade. Então você não está tentando adaptar necessariamente algo a uma condição urbana porque esses lugares têm calçadas, e as pessoas pegam ônibus, mas você não tem algumas das necessidades básicas e acho que isso cria um desafio quando se fala em Urbanismo Tático porque um dos grandes problemas é que você não tem um financiamento de longo prazo que possa aplicar mais tarde (RODRIGUES, 2022, tradução do autor).

Na fala de Vanessa, ela traz uma das questões mais latentes da urbanização brasileira que são tanto a falta de investimento nos lugares ou mesmo investimentos que não são feitos visando o melhor para as pessoas, o que acaba por criar ao longo do tempo os diversos problemas de infraestrutura urbana que existem no território. Dessa forma, fica mais difícil aplicar o Urbanismo Tático no Brasil nas ocasiões em que faltam algumas necessidades básicas no espaço.

Segundo Leonardo Brawl, do coletivo TranslabURB, existe uma grande problematização na forma como o tático é posto no Brasil. Segundo ele, em países mais ricos, é comum que o Urbanismo Tático seja usado como ferramenta de teste, mas no Brasil, por exemplo:

Se tem ali um riozinho, um esgoto a céu aberto, uma comunidade, uma favela, uma vista, então produzir uma passagem, uma ponte, uma rampinha, parece muito algo do Urbanismo Tático ou Placemaking. Uma solução leve, rápida e barata. Só que na verdade não tem aquela parte como países ricos têm: o Urbanismo Tático como etapa, fazer a etapa de testagem, validar e depois fazer a mudança permanente. Já no território latino-americano muitas vezes essas soluções temporárias ficam até ficarem estragadas. Então a realidade da nossa precariedade é solucionar isso (BRAWL, ENTREVISTA 2021).

Apesar das dificuldades de transição de fases temporárias para permanentes e do financiamento das intervenções no contexto brasileiro, uma das questões trazidas por mim ainda na conversa com Vanessa Rodrigueus e Mike Lydon no *Street Plans* foi que, muitas vezes no Brasil, os projetos táticos acabam exercendo mais a função de chamar atenção para um problema, e que isso pode ser visto como algo que tem sua importância nos processos urbanos também. Nesse contexto, Mike disse que:

Acho que a questão que você levantou está totalmente correta. É um método para destacar os problemas também e conscientizar os concidadãos de que "isso é um problema e não devemos aceitá-lo" (LYDON, 2022, tradução do autor).

O fato de existirem diferenças nas dificuldades enfrentadas na aplicação do Urbanismo Tático em territórios distintos foi uma das motivações dessa dissertação para aprofundamento desse método no Brasil. Ainda na conversa no *Street Plans*, Mike Lydon fala um pouco sobre quais são os desafios que eles enfrentam nos Estados Unidos, e que embora lá eles não tenham um problema de **falta de recurso**, ainda assim existe um problema relativo a **como o recurso é utilizado**:

É como um diagnóstico, se você estiver apenas procurando o que deve ser investido e quem e como, em vez de apenas impor algo (e isso é algo em que nos EUA não somos bons há muito tempo). Temos muitos recursos, mas como os usamos é o ponto, pois eles estão investindo um bom dinheiro depois disso constantemente em certas direções, geralmente em torno de transporte ou espaços públicos, mas geralmente esse não é o pior dos problemas.

Já as dificuldades financeiras relativas ao Urbanismo Tático no Brasil e a precariedade de muitos espaços tornam, como já dito na fala de Leonardo Brawl,

também mais difícil para os coletivos urbanos **levarem as intervenções da etapa do temporário a do permanente**, visto que os recursos empregados nesse processo não dependem deles, e sim de outros agentes, sobretudo o poder público. Brawl explica ainda, durante a entrevista, que **o Urbanismo Tático enquanto solução temporária quando parte do tecido social é diferente de quando parte do poder público**, que muitas vezes utiliza a ferramenta para entregar uma solução barata e temporária como definitiva, e que eventualmente vai se degradar. Quando o governo entrega o Urbanismo Tático só na fase temporária e a intervenção finda, se deteriora, não passa para o permanente, a população entende como: “olha só quando eles fazem, afinal, é essa droga”.

Então a gente fica cada vez mais distante de soluções permanentes. Então o que está acontecendo em muitas cidades é ficar fazendo coisa de pintura, ou todas as intervenções leves com menos recursos, e fica com o objetivo de missão cumprida. Só que não, os governos têm a obrigação de entregar essas soluções permanentes, então a gente tem que ficar bem esperto, porque pode estar acontecendo essa inversão: a ferramenta, ela não é pra ser a versão final dada pelo Estado. A gente se coloca enquanto a gente acredita na ferramenta, entende que ela é super potente pelas suas características e a tomada de decisões ser aberta é mais porque dentro da materialidade é mais acessível trabalhar com ela quando se tem a participação e a colaboração, mas entendendo que isso é em relação ao tecido social (BRAWL, ENTREVISTA 2021).

Léo afirma ainda que esse movimento do poder público de usar o Urbanismo Tático como paliativo acaba gerando uma precarização do trabalho dos coletivos, uma vez que os grupos fazem as intervenções com o urbanismo tático para chamar atenção para o problema, enquanto o poder público tem se apropriado disso em detrimento de soluções estruturais e muitas vezes ainda saem bem vistos. Nas palavras de Léo, isso caracteriza uma inversão em relação ao uso do Urbanismo Tático, pois as pessoas que estão de fora do debate não tem um conhecimento profundo dele, então às vezes, aquilo que é chamado de "efeito maquiagem" na academia é visto como algo bonito, que está sendo feito, que está pronto; quando na realidade muitas vezes o poder público está usando dessa ferramenta para se eximir se suas funções.

Isso está muito no olho da precarização do trabalho dos próprios coletivos enquanto uma escolha profissional. **Se coloca muito isso “coletivo é brincadeira de recém formado”, e não é!** O coletivo tem todo o potencial de ser mais uma das abordagens, das experiências de trabalho pós capitalismo. Tipo assim: A gente é capitalista? Sim. Só que CNPJ, empresa normal, não atende nossa proposta. Então uma organização que se autodenomina um coletivo muitas vezes quer se colocar de uma maneira diferente. Nós, por exemplo, temos consciência que por ser um coletivo a gente consegue circular entre os movimentos de base. Empresa, escritório, eles não circulam entre os movimentos de base. E o coletivo ele tem essa zona mais cinza no bom sentido. Então a nossa escolha tem um porquê muito claro. É uma mistura de ativismo, mas que precisa remunerar as horas dessas pessoas técnicas (BRAWL, ENTREVISTA 2021).

Leonardo Brawl também adiciona que muitas pessoas veem o Urbanismo Tático e os coletivos como um modismo que está dentro de outro modismo:

Então surge um grande problema de precarização que por fim acaba passando uma ideia equivocada da própria ferramenta do Urbanismo Tático, porque muitas vezes o Urbanismo Tático está sendo transmitido como uma experiência de pintura de piso. Ou uma experiência de piso que tem a ver com a questão viária. E se você pergunta para uma pessoa leiga, é isso que ela acha que é. E muitas vezes, - eu tenho uma ideia por estar mapeando informalmente o que vem acontecendo nas experiências no Brasil - , que elas acabam na execução da pintura. Essa etapa de acompanhar, validar, rever resultados, ser crítico, fazer contagem, fazer entrevista, na maioria das vezes, principalmente quando o processo é guiado pelos governos, essa parte científica está ficando de fora. Daí, quando não surte efeito, a própria população que gostou da movimentação da pintura, porque se engana que “ó, pelo menos estão fazendo alguma coisa”, passa um tempo eles veem que a pintura começa a gastar, não mudou em nada aqueles problemas, então começa a falar “ah fizeram essa pintura, essa besteira aí”. Ou seja, está digamos assim, **queimando o filme de uma abordagem que quando feita apropriadamente tem muito potencial** (BRAWL, ENTREVISTA 2021).

Também no Coletivo Massapê, cuja entrevista foi concedida por Pedro Britto, entre os desafios enfrentados pelo coletivo está a questão da **efemeridade das primeiras intervenções**, situação em que alguns espaços já estavam sem condições de uso após uma semana da intervenção tática, o que gerava uma quebra de expectativa muito grande tanto para o grupo como para

os usuários envolvidos na concepção de tal espaço. A partir disso, o coletivo buscou tornar os projetos mais duradouros, encontrando na participação de editais uma boa estratégia para conseguir recursos e tornar as intervenções mais duráveis.

Em resposta a pergunta sobre os principais desafios dos questionários, o Coletivo Massapê argumentou que o principal desafio eram “recursos financeiros e ignorância dos gestores públicos sobre a pauta do direito à cidade a partir de um entendimento contínuo (ações estratégicas e com impactos a longo prazo).” Essa fala mostra como as três dificuldades já elencadas até aqui estão relacionadas: dificuldade financeira, falta de um entendimento da necessidade da transição do temporário ao permanente e a **indiferença do poder público**, terceiro e último tópico que será discutido nessa sessão sobre os desafios do Urbanismo Tático no Brasil.

Na entrevista do coletivo MOB, as integrantes também trouxeram entre as dificuldades “sair do temporário para o permanente, além de **depende de processos internos e prazos do governo** e a falta de investimento por parte da iniciativa privada”. Já na entrevista com o Laboratório da Cidade, Luna Ribas, que concedeu a entrevista, explica que o Urbanismo Tático é uma ferramenta que abarca diferentes agentes urbanos, e que existem alguns impasses com parte dos autores envolvidos no processo. Para dar andamento aos projetos na prefeitura, Luna explica que apesar do LAB ter contato com profissionais do poder público, as intervenções precisam passar por toda a **burocracia para ser dado andamento**, e que também não existe auxílio financeiro.

No relato de Carline, do Interventura, ela também conta sobre a dificuldade de aprovação de atividades através da prefeitura, e os desafios enfrentados por não existir uma legislação para parklet em São Leopoldo, que é uma das atividades principais do Interventura.

Aqui em São Leopoldo nós temos que passar na prefeitura como evento de rua. A gente precisa passar no protocolo e pegar o alvará de evento de rua por um dia. E é aí que a gente entra em um embate, porque quando chega na prefeitura, mesmo a gente já tendo feito uns dez eventos, toda vez que a gente chega lá o processo é diferente (CARAZZO, ENTREVISTA 2020).

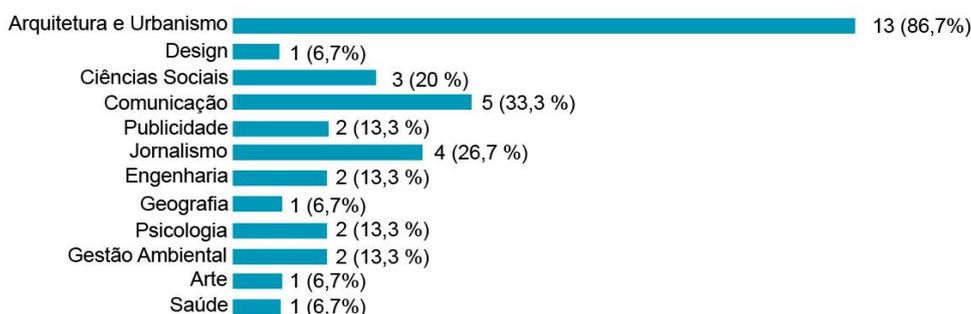
A entrevistada também já relatou ter problemas com a guarda da cidade, inclusive ter vivenciado diversas situações que atrapalharam o andamento da intervenção. Segundo Carline, o Interventura já fez o evento que elas chamam de *parking day* em outras cidades e o processo foi diferente, as vagas já estavam separadas por cone no dia do evento para instalação dos parklets. Já em São Leopoldo elas normalmente precisam chegar bem antes para demarcar as vagas, já tendo até vivenciado situações em que a guarda quis interromper a intervenção alegando que o Interventura não tinha autorização, quando na verdade eles tinham.

A partir da análise de parte das respostas dos questionários e da fala dos profissionais envolvidos com Urbanismo Tático pelos coletivos urbanos ficaram destacados alguns dos principais problemas na utilização do Urbanismo Tático no Brasil. Entre eles, estão a dificuldade de sustentabilidade financeira dos coletivos que utilizam o método, a dificuldade de transição de intervenções temporárias para permanentes, e as burocracias e até negligências no uso do Urbanismo Tático por parte do Estado. Essas questões, como foi discutido nesse tópico, estão muitas vezes relacionadas umas a outras, o que as torna ainda mais complexas quando vistas como um problema em rede. Esse rede de desafios, que se conectam de diferentes formas, estão muito ligados também ao contexto brasileiro e a sua gestão e formação urbana. Esse fato fica ainda mais claro quando os desafios que são vivenciados no Brasil, por exemplo, são diferenciados dos desafios vivenciados nos Estados Unidos, como visto através do diálogo no escritório *Street Plans*. Mas, apesar dessas dificuldades vivenciadas no contexto brasileiro, fica claro nas narrativas dos profissionais dos coletivos urbanos que os problemas não os impedem de utilizar o Urbanismo Tático e buscar melhorias para o método. A resiliência desses coletivos traz à tona o questionamento sobre de onde surge as motivações desses grupos e quais sua relação com o Urbanismo Tático, que serão discutidas nos próximos dois tópicos a seguir.

4.2 O URBANISMO TÁTICO E OS COLETIVOS URBANOS COMO OPÇÃO PARA O ARQUITETO E URBANISTA NO BRASIL

Foi notado que dentre os desafios do Urbanismo Tático no Brasil, além da dificuldade financeira, falta de comunicação com o poder público e dificuldade de passar de fases temporárias a permanentes, também existe **o desafio de ligar a teoria aprendida nas universidades à prática profissional na área de arquitetura e urbanismo**. Durante as entrevistas, os profissionais entrevistados que eram arquitetos e urbanistas (a maioria deles) expressaram sua vontade em intervir no meio urbano de forma prática. Embora o desejo de fomentar uma nova dinâmica profissional parta de todos os profissionais envolvidos nos coletivos, independente da sua área, ficou claro que existe na fala dos arquitetos um incômodo pela limitação de sua atuação no espaço urbano no Brasil. Além disso, na pergunta do questionário sobre quais as áreas dos profissionais atuantes nos coletivos, a resposta arquitetura e urbanismo apareceu como maioria significativa nas profissões contempladas. O gráfico abaixo, extraído do questionário, mostra que de quinze coletivos, treze (86,7%) têm pelo menos um arquiteto e urbanista no grupo.

O coletivo é composto por profissionais de quais áreas?



Durante entrevista, a integrante Luna do Laboratório da Cidade, que é arquiteta e urbanista, falou sobre os profissionais que integram o coletivo, sendo o LAB composto por uma maioria de arquitetos e urbanistas, mas não só.

Existem profissionais de outras áreas que integram o coletivo e contribuem para que o Laboratório da Cidade seja multidisciplinar:

A gente tem uma serie de profissionais que trabalham com a gente também, mas ainda assim a grande parte é de estudantes e arquitetos e urbanistas que querem intervir na cidade ou querem debater a cidade de alguma forma, seja sobre espaços públicos, que é o primeiro interesse que eu acho que o jovem urbanista tem, seja pra debater e fazer co-criação de projeto, seja pra saneamento e acessibilidade, seja pra Urbanismo Tático (RIBAS, ENTREVISTA 2021).

Já a história de como surgiu o coletivo *Micrópolis*, que é de Belo Horizonte, surge como um exemplo assertivo de que **a distância entre a teoria e a prática na arquitetura e urbanismo tem levado os profissionais da área a buscarem novas possibilidades**. A formação do coletivo *Micrópolis* ocorreu, Segundo Felipe Carnevalli, a partir de uma inquietação que os integrantes tinham em comum a respeito da distância entre a academia e a prática profissional, ainda durante o terceiro período do curso de arquitetura:

“Partia de uma inquietação nossa em relação a uma distância que tinha entre a universidade e a vida nas cidades, e **a gente queria muito começar a romper essa barreira da universidade com a vida cotidiana então fizemos esse grupo pra começar a propor coisas fora, e tentar criar esse caminho do meio**, porque antes tinha a universidade de um lado e a vida profissional de outro. E a vida profissional estava muito ligada a um mercado formal de arquitetura, né?A gente queria ir um pouco pelo caminho do meio e foi mais ou menos assim que a gente se formou. Começamos a fazer uns trabalhos, concursos e projetos mais ajudando professores que trabalhavam pra fora. E aí começamos a explorar outras coisas, e formalizamos mesmo enquanto escritório em 2015. A gente é um coletivo, mas também é uma empresa. Ficamos 5 anos trabalhando como dava.” (CARNEVALLI, ENTREVISTA 2020).

Outro coletivo que, durante a entrevista, trouxe a questão da distância entre a academia e prática como um motivador para a criação do coletivo foi o *Massapé*, localizado em Recife. Os membros do coletivo queriam ultrapassar as barreiras acadêmicas buscando uma inovação social do espaço, uma vez que tais abordagens não eram tão exploradas durante a graduação. Segundo Pedro Britto, perto de finalizar o curso de Arquitetura e Urbanismo, os cofundadores do coletivo se interessaram, especificamente, pelos processos projetuais atrelados

a participação popular, buscando ainda nessa perspectiva ressignificar o papel social do arquiteto.

Tanto o *Massapé* quanto o *OXE Minha Cidade é Massa!*, ambos de Recife, são movidos por esse sentimento de inquietação com relação ao que é ensinado na universidade e o que é feito na prática da profissão do arquiteto. Sobre o que impulsionou o surgimento do coletivo, o *OXE Minha Cidade é Massa!* respondeu:

O desejo de falar sobre a nossa cidade para as pessoas, levar e traduzir o que aprendemos na academia para todos que pudéssemos. Queríamos mostrar que nós, cidadãos, fazemos parte da construção de uma cidade melhor através de conceitos como a memória afetiva e o pertencimento (OXE MINHA CIDADE É MASSA, QUESTIONÁRIO 2021).

Também durante entrevista do *Laboratório da Cidade*, a entrevistada Luna Ribas contou como o coletivo mudou a vida nela, sobretudo na perspectiva da profissão:

O LAB abriu uma porta para mim que não era o da administração pública, que muitas vezes é um caminho que tu não pode usar tua criatividade e não pode dar soluções que a cidade realmente merece, e no LAB a gente pode, a gente pode pautar questões e ao mesmo tempo “botar a mão na massa”, uma coisa que eu sentia muita falta quando eu fiz mestrado por exemplo. Então é isso, o LAB mudou a minha vida desse jeito. (RIBAS, ENTREVISTA 2021)

Essa fala reflete o quanto os coletivos tem sido uma nova alternativa para os profissionais que querem trabalhar com o urbano de uma forma mais direta. Diferente das experiências acadêmicas e enquanto profissional na esfera pública, que por muito tempo foram as únicas opções para quem queria trabalhar como urbanista no Brasil, os coletivos tem proporcionado uma autonomia, criatividade e maiores possibilidades aos profissionais que escolhem se dedicar à cidade, apesar de ainda estarem desvendando suas formas de consolidação.

Nesse contexto, em que os coletivos urbanos têm buscado novas práticas para intervir nas cidades, o Urbanismo Tático tem se consolidado como um método importante. Ainda durante a entrevista concedida pelo *Micrópolis*, Felipe relatou que a primeira experiência do grupo como coletivo foi em 2012

através de uma intervenção tática durante o *Quintal Eletronika*, que era um festival de rua em Belo Horizonte com shows, feiras de design e outras atividades. Neste festival o coletivo foi chamado para fazer uma curadoria do evento, quando resolveu realizar também uma intervenção de ativação de rua, tendo sido através dessa experiência que surgiu o nome *Micrópolis*:

Tinha uma rua em BH, era bem degradada mas tinha uma vista super linda e um potencial super legal, tivemos essa ideia de fazer um quintal nessa rua, colocar uma mangueira, pra o pessoal tomar banho, e acho que foi o início desse nome, a gente foi fazendo do jeito que achava que era legal (CARNEVALLI, ENTREVISTA 2020).

Apesar da determinação dos coletivos em buscar novas possibilidades de atuar no espaço urbano, existe ainda as dificuldades relativas a uma nova prática profissional. Nos questionários, algumas falas sobre os desafios refletiram essa dificuldade de atuar enquanto coletivo. Segundo o coletivo *TranslabURB*, umas das maiores dificuldades é **“atuar ao mesmo tempo que fomenta o reconhecimento de uma prática profissional nova.”** Já de acordo com o *MOB*, o grande desafio do coletivo é:

Convencer e educar as pessoas sobre a necessidade de trabalhos voltados para o espaço coletivo é nosso primeiro desafio. Enquanto atuação profissional é um desafio estar entre prestação de serviços e projeto social, burocraticamente é um campo ainda pouco explorado. (MOB, QUESTIONÁRIO 2020)

Durante a entrevista, direcionada a três integrantes do grupo durante uma video chamada, uma das integrantes fala sobre a vontade de fazer a diferença nas cidades e na profissão, argumentando que “Construir colaborativamente é um processo rico e de aprendizado, sendo tão ou até mais importante que o próprio resultado. “Construir colaborativamente é aprender e ensinar sobre a vida, sobre democracia” (MOB, ENTREVISTA 2020).

Entre os motivos e inspirações que levaram os profissionais entrevistados a perseguirem esse novo arranjo profissional, **foi destacado as trocas culturais por meio de intercâmbio como um dos grandes motivadores.** Embora não fosse uma das hipóteses ou objetivos do trabalho de dissertação a princípio, a influência de experiências de intercâmbios sobre os coletivos urbanos e

consequentemente sobre o Urbanismo Tático no Brasil surgiu de maneira espontânea nas análises da pesquisa.

O coletivo *Oxe minha cidade é massa*, por exemplo, teve como motivador a experiência dos integrantes com o intercâmbio *Ciência sem Fronteiras*. A partir dessas vivências os membros voltaram ao Brasil motivados pelas novas referências, querendo intervir nos espaços público e modificar a relação das pessoas com a cidade do Recife.

Todos nós tivemos a oportunidade de morar por mais de um ano em algum país diferente. E que percebemos é que muito do que se tem fora, também se tem aqui no Brasil, mas focávamos especificamente em Recife. A diferença é que muitas vezes, além dos problemas de gestão dos espaços, o que é nosso não é tão valorizado. (HENRIQUES, ENTREVISTA 2021)

Já durante o relato de Felipe sobre a primeira intervenção do *Micrópolis* de Urbanismo Tático, o *Quintal Eletronika*, ele contou também um pouco mais sobre o contexto dos primeiros projetos do coletivo, trazendo a importância dos membros terem feito também o intercâmbio do *Ciência sem Fronteiras* para o desenvolvimento do coletivo:

A gente começou a fazer esses primeiros projetos, e aconteceu de fazer esse evento na rua que foi quase como uma oficialização do *Micropólis*, e quando a gente definiu o nome na semana seguinte todos nós tínhamos intercâmbio pelo ciência sem fronteiras, cada um pra um país, cada um ia ter contato com alguma coisa. Um de nós teve com design gráfico, outro com artes, eu com ciências sociais, a gente teve uma formação meio multidisciplinar nesse tempo e quando a gente voltou estávamos cheios de ideias e muito empolgados, e a gente começou a querer avançar um pouco nessas discussões e entrar nesse universo que mistura arquitetura, arte, educação, participação e urbanismo tático. Isso fez a gente **repensar demais o nosso papel enquanto arquiteto e esse contato com as pessoas, que é uma premissa que a gente tem até hoje de sempre fazer junto com as pessoas**. À medida que a gente ia fazendo, começamos a participar de bienais de arquitetura, a sair em algumas coisas no jornal, e teve até um retorno da própria universidade, de professor chamando a gente pra dar umas aulas, dar palestra para os alunos. **Uma coisa vai alimentando a outra, a gente mesmo repensar nossa prática e repensar a universidade. Dessa forma, a gente vai meio que entrando na cabeça das pessoas e mostrando outras possibilidades** (CARNEVALLI, ENTREVISTA 2020).

Nos dois exemplos relatados acima, um dos coletivos teve uma influência direta do Ciência sem Fronteiras na sua formação, enquanto o outro foi potencializado pela experiência. Em ambos os casos, fica claro a importância de trocas culturais e de novas referências para pensar a cidade. Os dois coletivos mencionados possuem também a particularidade de terem todos os cofundadores arquitetos. Sendo o Urbanismo Tático já difundido mais em alguns países que em outros, é essencial para o profissional voltado ao urbano no Brasil observar e vivenciar outras realidades, criando uma bagagem de referência de como um método como o Urbanismo Tático funciona em outras realidades. Isso é algo que se mostrou positivo na experiência dos coletivos, uma vez que em suas intervenções os profissionais tinham a consciência de não somente reproduzir o uso de um método de um país para outro, mas adequá-lo conforme sua realidade local.

O contexto da formação do MOB, conta como a experiência de intercâmbio também pelo Ciência sem Fronteiras impactou no coletivo, mas expõe também o cuidado das integrantes em pensar a cidade de Brasília adequado a sua história e contexto:

As vivências individuais de cidades diferentes à nossa cidade modernista de origem despertaram nosso olhar para novas possibilidades de vida. Das cinco integrantes atuais, quatro tiveram oportunidade de realizar intercâmbios acadêmicos em diferentes cidades da Europa no programa Ciências Sem Fronteiras em 2013-2014. Já acontecia no Brasil um processo de retomada das ruas também por influência das Jornadas de Junho de 2013 e em Brasília não foi diferente, variados eventos começaram a ocorrer nos espaços públicos da cidade. Soma-se a isso o momento de vida das integrantes, finalização de graduação em Arquitetura e Urbanismo. A oportunidade de propor mudanças em nossa cidade estava posta, tanto enquanto vivência pessoal quanto como projeto profissional (MOB, QUESTIONÁRIO 2020).

Já segundo Luna, que concedeu a entrevista pelo LAB, o idealizador do coletivo Lucas Nassar trabalhava na Secretaria de Planejamento Urbano da cidade de Ananindeua, quando teve a oportunidade de fazer um intercâmbio para os Estados Unidos por meio de uma bolsa de estudos. Lucas foi estudar no

MIT (Massachusetts Institute of Technology), onde cursou diversas disciplinas e ao final do programa tinha que apresentar um projeto final como produto. Foi nessa ocasião que Lucas criou o Laboratório da Cidade, e quando ele voltou para o Brasil sentiu que queria tirar o projeto do papel e aplicá-lo em Belém.

Também a história do coletivo CO-URB é uma das mais interessantes do ponto de vista de como uma experiência de intercâmbio pode se reverberar, sobretudo tudo no contexto da bolsa do *Ciência sem Fronteiras*, que era também uma política pública social voltada para educação. Segundo Emmanuel Costa, que concedeu a entrevista pelo CO-URB, a formação do coletivo foi um processo bem espontâneo, e a missão e formalização como ONG foi definida ao longo do tempo através das experiências vivenciadas. A princípio, antes de se tornar o Instituto CO-URB, o embrião desse projeto partiu da ideia de estudantes brasileiros que eram bolsistas do intercâmbio *Ciência sem Fronteiras* e começaram a se conectar pelo Facebook para criar algum projeto para devolver a sociedade os frutos da experiência de estudar fora. Emmanuel conta também que no começo existia um fluxo grande de pessoas entrando e saindo, e que quando ele entrou esse movimento já tinha dois meses. Hoje o grupo é composto de cinco pessoas que estão fixas.

A ideia original, o embrião do projeto, eram brasileiros que estavam nos Estados Unidos com bolsa do *Ciência sem Fronteiras* que queriam se unir e criar uma parada com uma pegada social, ou uma startup, ou uma ONG, algo assim. Algo que tivesse o retorno social para tipo “olha, já que a gente está aqui a gente quer dar esse retorno quando voltar para o Brasil”, a ideia era mais ou menos essa (COSTA, ENTREVISTA 2020).

De acordo com o entrevistado, no começo o grupo era numeroso e tinha pessoas de diferentes áreas, mas acabou ganhando um enfoque urbano porque era uma área de interesse em comum das pessoas que estavam liderando o projeto. Os integrantes, desde o começo, eram de diferentes partes do Brasil, e parte deles não se conhecia pessoalmente, mas tinham o desejo em comum de fazer as ideias acontecerem. Em 2015, o nome CO-URB surgiu a partir de um brainstorming, que definiu o coletivo como Instituto de Urbanismo Colaborativo, onde as sílabas CO e URB faziam também referência ao termo Collaborative Urbanism vindo do inglês. Emmanuel afirma que não existia ao certo uma

definição do que era Urbanismo Colaborativo, até porque esse termo também não estava definido em meios acadêmicos. Foi algo que surgiu de forma intuitiva no grupo, e que hoje, já existe artigo de autoria dos membros do CO-URB publicado, intitulado *O Urbanismo Colaborativo como Caminho de Solução aos Desafios da Cidade*.

Na entrevista com Leonardo Brawl do *TransLAB URB*, ele também comentou sobre o contexto do surgimento do coletivo e sua relação com a organização *Placemaking Brasil*, que embora seja uma relação diferente das proporcionadas por bolsa de intercâmbio citadas acima, também é uma relação com referências do exterior:

O *Translab Urb*, de grande parte desses coletivos organizados, a gente é um dos mais antigos em atividade. A gente fazia parte do *Placemaking Brasil*, que por volta de 2013 e 2014, estávamos engajados com alguns encontros internacionais. Por exemplo, teve um encontro lá que era o “Future of Places”, que teve uma versão na América Latina, em setembro de 2013 por aí, que foi em Buenos Aires. Muita gente da rede Placemaking Latino América se conheceu nesse contexto, e depois foram tendo mais encontros latino-americanos. E uma coisa que se discutia desde esse tempo era essa questão do Norte ser rico e Sul ser subdesenvolvido, pobre. Se discutia essa diferença, e uma das questões que tinham era, por exemplo, europeus produzindo uma intervenção para desfrutar a área de um espaço que já tinha qualidade é muito diferente da questão tática para resolver uma questão de precariedade tremenda, que é uma realidade latino-americana, por exemplo. Então a gente debateu isso do ponto de vista do placemaking, que também tem diferentes percepções, tem gente que entende como mais uma filosofia, uma abordagem, enquanto que se coloca o urbanismo tático mais como uma ferramenta.” (BRAWL, ENTREVISTA 2021)

Com base no que foi investigado sobre as formações dos profissionais atuantes nos coletivos, que aponta para uma maioria dos profissionais de arquitetura e urbanismo, ficou exposto a necessidade dos profissionais dessa área em atuar de forma mais direta e prática no espaço público e em diálogo com a população, como acontece através das intervenções de Urbanismo Tático. Segundo alguns deles, existe uma distância entre a teoria que é estudada na academia e o mercado profissional, sendo esse um dos motivos que fez com que esses arquitetos buscassem novas alternativas. Outro ponto de impacto na criação dos coletivos urbanos foram trocas culturais através de intercâmbios,

que trouxeram novas bagagens e referências de intervenções para profissionais ou alunos de arquitetura e urbanismo.

4.3 OS COLETIVOS URBANOS E SEU PAPEL DE EDUCAÇÃO URBANA ATRAVÉS DO URBANISMO TÁTICO

É natural que o Urbanismo Tático passe por algumas adaptações a depender do contexto que está inserido. Nessa perspectiva, foi confirmada nesse trabalho a hipótese que, no Brasil, um dos papéis que o Urbanismo Tático incorporou por meio do trabalho dos coletivos urbanos foi o de uma educação urbana. Tanto nos questionários como nas entrevistas se sobressaiu o interesse dos profissionais integrantes do coletivo em trazer informações sobre as cidades e gerar empoderamento nos cidadãos. Também nos estudos de caso, ficou evidente como todas as ações, independente dos seus resultados final, tiveram um viés educativo.

A seguir, serão apresentadas algumas respostas do questionário sobre o que impulsionou a formação dos coletivos, tendo a maioria delas relação com a educação cidadã:

O Interventura nasceu da necessidade de resgatar a paisagem urbana e a ocupação da cidade de São Leopoldo/RS por seus cidadãos, com a ideia de **construir uma cidade de pessoas para pessoas trabalhando com metodologia colaborativa e participação social.** (INTERVENTURA, QUESTIONÁRIO 2020)

Inquietação com relação à distância que os arquitetos mantinham com relação às pessoas comuns e a vida cotidiana. (MICRÓPOLIS, QUESTIONÁRIO 2020)

A vontade de reverberar as temáticas sobre a cidade para todas as pessoas.

Acreditamos que as mudanças que esperamos só serão possíveis por meio de uma educação urbana colaborativa. (REVER A CIDADE, QUESTIONÁRIO 2020)

Compartilhar ideias urbanas em busca de cidades mais possíveis. (CIDADE CONVIDA, QUESTIONÁRIO 2020)

O desejo de falar sobre a nossa cidade para as pessoas, levar e traduzir o que aprendemos na academia para todos que pudéssemos. Queríamos mostrar que nós, cidadãos, fazemos parte da construção de uma cidade melhor

através de conceitos como a memória afetiva e o pertencimento. (OXE MINHA CIDADE É MASSA, QUESTIONÁRIO 2020)

Outro momento do questionário, que a questão da conscientização e educação cidadã foi trazida, foi na pergunta sobre as motivações dos coletivos:

Buscamos hoje criar ferramentas, ações e processos que permitam a troca e o autoaprendizado coletivo sobre o espaço, considerando como imprescindíveis os conhecimentos adquiridos pelas pessoas em suas experiências cotidianas (MICRÓPOLIS, QUESTIONÁRIO 2020).

Conscientizar a sociedade sobre os seus direitos nos quesitos da acessibilidade e do espaço das ruas prioritário para mobilidade ativa e cobrar do poder público os seus deveres com relação às políticas públicas sobre os temas mencionados. (CAMINHA RIO, QUESTIONÁRIO 2020).

O poder do coletivo e o olhar da abundância. **Construir colaborativamente é processo rico e de aprendizado, sendo tão ou até mais importante que o próprio resultado.** Construir colaborativamente é aprender e ensinar sobre a vida, sobre democracia. (COLETIVO MOB, QUESTIONÁRIO 2020).

Sensibilizar a população sobre necessidade de espaços urbanos mais saudáveis, acessíveis e caminháveis, o Instituto Corrida Amiga busca aproximar e conectar as pessoas ao espaço em que vivem, com atividades de sensibilização lúdico-educacionais, desenvolvimento de projetos, pesquisas e manuais — voltados às crianças, universitários, idosos e pessoas com deficiência. (INSTITUTO CORRIDA AMIGA, QUESTIONÁRIO 2020).

A nossa principal motivação é o bem estar urbano coletivo. Discutir cidades e principalmente a cidade onde vivemos que é Belém, bem como sua região metropolitana, desenvolver propostas que ensejem a discussão sobre os problemas urbanos como mobilidade, qualidade de vida urbana, espaços públicos abandonados e o estreitamento da relação entre as pessoas da cidade e a administração pública. (LABORATÓRIO DA CIDADE, QUESTIONÁRIO 2020).

Fomentar o debate e estimular as mulheres a compreenderem o espaço público como seu direito, ajudando no penso sobre o porquê nos sentimos inseguras e como podemos criar estratégias juntas para a superação e diminuição de cidades tão excludentes com os nossos corpos. (TURBA, QUESTIONÁRIO 2020).

Espalhar que a cidade em que vivemos pode ser um ambiente muito mais acolhedor e democrático (CIDADE CONVIDA, QUESTIONÁRIO 2020).

Essa preocupação em trazer noções de urbanidade e cidadania para as pessoas é importante uma vez que, no Brasil, a falta de investimento nos espaços públicos criou uma relação distante entre os mesmos e seus usuários. Além disso, a falta de infraestrutura básica em grande parte do território do país pode levar a crença de que ter bons espaços públicos chega a ser um “luxo”, uma vez que existem ainda tantas outras demandas a serem resolvidas. Na fala do *Laboratório da Cidade* é trazido a relação de apatia das pessoas com a cidade como uma das problemáticas a serem trabalhadas, assim como essa também foi uma questão essencial na formação do *Oxe minha cidade é massa*.

Muitas coisas, mas principalmente a insatisfação com a cidade que a gente mora que é Belém e a sua região metropolitana. Insatisfação em vários níveis: na forma com que a administração tratava a cidade, a forma que as pessoas enxergavam a cidade, de forma até apática, sem solução, a forma como as idéias sobre cidade chegavam ao público. Todas essas frentes como grandes insatisfações fizeram com que o Laboratório da Cidade fosse urgente à cidade de Belém. (LAB, QUESTIONÁRIO 2021)

Acredito que na realidade do Brasil, principalmente naquela época, o Urbanismo Tático ainda era algo bem novo. Embora não vislumbrássemos um projeto definitivo nas nossas intervenções, elas tinham um viés bem educativo e de empoderamento. Nosso foco era mesmo nas intervenções mais efêmeras, até porque partindo delas, podíamos chamar atenção sobre a necessidade de apropriação por parte dos cidadãos e investimento por parte do poder público. As pessoas estavam vivendo um momento forte de negatividade em relação a cidade, e percebendo isso, partimos da internet e das redes sociais como frente de atuação para criar pontos de diálogos. Era muito interessante ver pessoas que antes não se imaginariam discutindo temas urbanos, agora engajadas pela nossa forma “descomplicada” de trazer os debates, muitas vezes se valendo de dinâmicas até engraçadas, do nosso regionalismo para criar aquele sentimento de identidade (HENRIQUES, ENTREVISTA 2021).

O esforço desses coletivos em trazer para as pessoas um sentimento de identidade e apropriação com a cidade mostra como é comum que a noção de urbanidade das pessoas possa ser afetada pela ausência do básico nos espaços que habitam. De acordo com Zeca Brandão:

Definir com precisão o conceito de urbanidade não é uma tarefa simples, visto que esse termo tem sido utilizado de forma indiscriminada e com significados bastante genéricos. Trata-se assim de um conceito abrangente e extremamente abstrato. No entanto, apesar da dificuldade em defini-lo, parece ser fácil identificá-lo quando vivenciamos a condição de urbanidade. Por uma razão que muitas vezes não sabemos exatamente o porquê, nos sentimos mais confortáveis e acolhidos em determinados espaços urbanos do que em outros. A princípio – e no senso comum do termo – o nível de urbanidade de uma cidade está relacionado com o grau de civilidade de sua população diante do convívio urbano. Ou seja, estaria mais relacionada ao comportamento humano do que à materialidade do espaço urbano. Entretanto, pesquisas acadêmicas indicam que existem condições físicas geradoras de urbanidade, que, quando bem aplicadas, podem produzir espaços urbanos mais hospitaleiros. É exatamente na interface da população com o espaço urbano que se encontra a urbanidade, que, por sua vez, pode ser capturada e reproduzida, desde que sejam respeitadas as especificidades do local. (BRANDÃO, 2018)

Considerando que condições físicas podem ser geradoras de urbanidade, é exatamente por esse caminho que muitos coletivos urbanos têm buscado devolver vida aos espaços urbanos por meio do Urbanismo Tático. Porém, porque ainda existem no Brasil diversos problemas estruturais a serem resolvidos (como ausência de saneamento básico, transporte público ineficiente, déficit habitacional, entre outros), sempre se questiona também qual seria a melhor maneira de inserir o urbanismo tático nas cidades brasileiras a fim de obter mudanças que gerem melhorias urbanas.

Nas cidades brasileiras, além de existirem diversos problemas de infraestrutura urbana, muitas vezes a própria sociedade não entende a importância de trocar três vagas de estacionamento por um parklet ou a necessidade de se redefinir o tamanho de uma via em prol de acessibilidade nas calçadas. Diante dessa perspectiva, fica a função de quem promover essa educação urbana acerca da função social da cidade? Isso dirige a discussão do Urbanismo Tático a uma esfera mais específica no contexto brasileiro, que é o da educação e conscientização cidadã. Na esteira da formação de coletivos que dirigem o olhar para a cidade e seus desafios, é notório que existe dentro dessa corrente uma busca por solucionar problemas urbanos, mas também de ressignificar o olhar das pessoas sobre a cidade.

No capítulo dois foram trazidos diversos autores que mostram como a participação popular nas tomadas de decisões urbanas, embora seja um direito, muitas vezes é desconhecido no Brasil. Então os coletivos urbanos têm tentado contornar isso por meio da educação cidadã e gerando pontos de comunicação entre as pessoas é o poder público por meio do Urbanismo Tático, como aconteceu numa intervenção do Coletivo Massapê ao executar um projeto de Urbanismo Tático para uma Horta Comunitária em Santa Luzia. Durante as intervenções, o coletivo criou pontos de contato entre a prefeitura e os moradores locais, para que estes pudessem falar sobre suas necessidades e desejos.

Já no projeto Pias Intinerantes, do Laboeatório da Cidade, que teve como objetivo a instalação de pias em Belém como medida de enfrentamento a Covid-19, um dos ganhos do projeto foi o envolvimento da comunidade. Segundo Luna:

O resultado, pra gente, mais do que a questão da pandemia, é esse cuidado quando a comunidade abraça o projeto. Pra gente o mais importante é isso. Agora a gente já sabe sobre essa questão de lavar as mãos que o vírus não fica tanto na superfície, é mais no ar. Mas naquele momento, e olhando para um lado por onde o Brasil é extramamente carente de abastecimento de água, pessoas que possam lavar sua mão no meio do caminho é muito bom, que as pessoas tenham acesso a água. Porque a gente vê em países europeus fontes, que as pessoas podem encher garrafa de água para tomar, lavar a mão, tudo dentro da cidade, em Paris, em Londres. Sempre tem nas cidades menores, médias, acesso a água como uma questão básica. Já aqui a gente tem na nossa constituição mas não é levado para frente (RIBAS, ENTREVISTA 2021).

O fato das pessoas terem sido envolvidas no processo desse projeto de instalação das pias fez com que a própria comunidade tomasse conta das pias. Estas foram colocadas em lugares estratégicos como na frente de um mercadinho, ou de uma escola, onde tivesse alguém que quisesse se envolver para tomar conta, fazer contagem de uso, e entregar um relatório. Esses padrinhos, que eram eleitos como guardiões, pediram depois dos primeiros meses de experimentação que as pias fossem mantidas pois eram úteis.

No *Podcast da Cidade*, Emmanuel Costa, que é integrante do COURB, fala que a participação no planejamento da cidade não deve ser encarada como uma obrigação. No entanto diversos coletivos urbanos têm enxergado em

intervenções urbanas e na criação de políticas públicas a formação de uma cultura mais engajada e assertiva sobre seus espaços urbanos:

"Não é uma obrigação participar, mas é muito mais que isso, é uma vantagem. É uma vantagem que o cidadão participe porque é aquele que vai utilizar aquele espaço, aquela rua, aquele projeto ou aquela escola, ele que vai usufruir e ele conhece os problemas, ele que de fato necessita. Então dentro desse contexto do urbanismo colaborativo, a gente tem um poder público que abre espaços de troca, ele abre espaços legalmente, estruturas de troca, colaboração e construção conjunta; e você tem cidadãos que se apropriam dos espaços que foram abertos. E daí logicamente que é uma relação de confiança que é construída. Você não vai baixar um decreto e de repente todo mundo vai participar. Então se o poder público constrói espaços e constrói essa relação de confiança, o cidadão se apropria. E aí entra também esse papel de que ele engaje os outros cidadãos para se apropriar desses espaços que foram abertos".
Emmanuel (PODSCAST DA CIDADE, 2020)

A intervenção de reestruturação viária feita pelo *Micrópolis* é um exemplo que mostra como a participação pode ocorrer através de uma boa comunicação com o poder público, nesse caso por meio de um projeto de Urbanismo Tático. Através desse projeto, os desejos da comunidade de comerciantes chegaram até a esfera pública por um esforço de articulação do coletivo, e foi liberada uma licença para esses comerciantes incrementarem as calçadas dos seus comércios locais.

Já no *Oxe, minha cidade é massa!*, o foco era mais em conscientizar a população sobre esse direito de participação através de ações efêmeras, sem necessariamente vislumbrar naquele momento um projeto definitivo. A pauta do coletivo era mais focada num viés pedagógico, partindo do empoderamento cidadão para resgate de sua apropriação e autoestima sobre sua cidade. Em entrevista, José Evandro Henriques explica que:

Nós entendemos que conseguiríamos atuar atacando mais pela frente da conscientização social e do olhar diferenciado para a cidade. Apesar do orçamento limitado, acreditamos que fomos muito felizes no nosso objetivo de combater uma miopia urbana que estava instalada em Recife, onde não se atentava para todo o potencial que a cidade tinha a oferecer. Mas isso, claro, sempre consciente dos problemas que enfrentávamos e buscando soluções

através da troca de ideias e do conhecimento (HENRIQUES, ENTREVISTA 2021).

Nesse processo de educação e resgate de um sentimento de identidade com a cidade, uma das particularidades do coletivo Oxe foi, desde o começo, a relação dos integrantes com as pessoas através das redes sociais. As ações realizadas in loco não começavam nem acabavam no momento da sua execução, já que o convite para realizar a intervenção era feito antes, e todo o material coletado em mídias durante a intervenção era posto nas redes sociais também depois, de forma descontraída mas sempre educativa.

Durante o nosso tempo de atuação, fizemos uma ação de chairbombing que foi bem marcante, no sítio histórico do Recife. Embora soubéssemos o caráter efêmero daquela intervenção, ela cumpria muito bem o nosso objetivo de dialogar com as pessoas do local e também chamar atenção para os nossos seguidores nas redes sociais, de uma forma leve e fluída, para debates sobre a cidade que normalmente não são levantados. Nesse contexto, tínhamos consciência que essa era uma ação típica do Urbanismo Tático, o chairbombing, e que era algo muito interessante para nós porque nunca tivemos contato com esse tema na Universidade (HENRIQUES, ENTREVISTA 2021).

Nessa ação, o coletivo fez um levantamento final sobre a reação e os comentários dos passantes diante da intervenção de chair bombing, e embora nem todas as pessoas tenham se interessado em parar, muitas quiseram, e chegaram à conclusão de que a cidade tem potencial depois de um bate-papo informal. Diversas pessoas reconheceram, por exemplo, a beleza da igreja do livramento e do conjunto do sítio histórico, assim como reconheceram que o pátio poderia ser mais bem servido de mobiliário e conforto térmico, que deveriam ser providos pela prefeitura da cidade.

Assim, conclui-se diante das mais diversas experiências relatadas, que trazer um papel educativo para a população através do Urbanismo Tático tem sido uma das máximas dos coletivos urbanos no Brasil. É essencial, tanto para viver a cidade como para cobrar seus direitos sobre elas, que os cidadãos entendam seu papel nessa esfera, seus direitos e deveres, e tenham sua autoestima resgatada.

Até que ponto você gosta da sua cidade? Geralmente você gosta da sua cidade porque você nasceu nela. Mas o que você acha da sua cidade? Você a conhece, sente-se parte dela? Ou as pessoas que projetam a tragédia já o influenciaram a tal ponto que você tem certeza de que não há mais solução, que a sua cidade é a que tem a pior infraestrutura, a mais violenta, a mais injusta? (LERNER, 2003, p.67)

Essa citação de Lerner em *Acupuntura Urbana*, de 2003, já anunciava a importância das pessoas estarem conectadas com o espaço que vivem. Parte do processo de construir uma melhor realidade urbana colaborativamente é, sobretudo, movido por um processo de escuta ativa população, e estímulo aos sentimentos de apropriação, identidade e pertencimento.

4.4 UMA INTERVENÇÃO TÁTICA EM CADA REGIÃO DO PAÍS

Das oito entrevistas realizadas com coletivos urbanos, foram escolhidos cinco estudos de casos de intervenções táticas em diferentes regiões do país para ilustrar como o Urbanismo Tático acontece na prática. O critério de escolha foi que, dos coletivos entrevistados, os cinco utilizassem o Urbanismo Tático como método, estivessem cada um em uma região do país e tivessem formalizações distintas. Assim, pode-se ter uma maior variedade de contextos em que o Urbanismo Tático ocorre, e como ele impacta a profissão do arquiteto urbanista e criação de uma pedagogia urbana. Os coletivos que terão estudos de caso mostrados a seguir são o *Massapé*, localizado no Nordeste, o *Laboratório da Cidade*, no Norte, o *Mobilize e Ocupe seu Bairro*, no Centro Oeste, o *Micrópolis*, no Sudeste, e o *Interventura*, no Sul. Com diferentes tipos de intervenções, esses coletivos trouxeram da sua bagagem diferentes formas de utilizar o Urbanismo Tático no Brasil, e a variedade de parceiros que podem ser agregados em diferentes ocasiões. Os estudos de caso a seguir irão contemplar intervenções de horta comunitária, ação de enfrentamento a covid-19, restauração de praça, reestruturação viária e implementação de parklets.

As outras três entrevistas com os coletivos *Oxe*, *minha cidade é massa*, *CO-URB* e *TranslabURB*, que não entraram na sessão de estudo de caso, foram mais direcionadas as discussões trazidas nos tópicos anteriores. O *CO-URB* trouxe uma perspectiva dos coletivos que não atuam diretamente com

Urbanismo Tático, mas facilitam a utilização deste, uma vez que trabalham diretamente com políticas públicas e policymaking. O *TranslabURB*, embora também faça intervenções táticas, teve uma entrevista mais voltada para uma discussão sobre o Urbanismo Tático no Brasil, sendo essencial para trazer o posicionamento crítico de profissionais diretamente envolvidos com o método no território brasileiro. E o coletivo *Oxe, minha cidade é massa!*, que possuía um viés mais efêmero e pedagógico nas suas ações, foi entrevistado mais voltado no sentido da educação urbana como motivação para o Urbanismo Tático.

Com relação ao tipo de formalização dos coletivos, foi detectado nos questionários diversas opções. Todavia, o formato que mais apareceu como opção foi a formalização como ONG, seguido de Empreendedorismo Social. Essa diversidade também foi um fator importante no momento de escolher os coletivos para entrevistas, onde além de procurar um coletivo de cada região do país para ter uma distribuição territorial, foram escolhidos coletivos com formalizações diferentes para entender seus distintos processos.

Em qual dessas categorias o projeto urbano se enquadra:



MASSAPÊ | Recife, PE - Nordeste

Estudo de caso: Horta Coletiva

O Coletivo Massapê começou em 2016 em Recife, a partir da iniciativa de dez estudantes de arquitetura e urbanismo que tinham, a princípio, a vontade de formar um grupo de estudos e debater temas relativos à ocupação do espaço

público na cidade. Sobre o início das atividades do coletivo, Pedro Britto, que concedeu a entrevista, disse que:

Começamos a ganhar um caráter profissional enquanto grupo logo depois que se formou. A gente queria intervir na cidade em contraponto a vida acadêmica mesmo, a gente não se sentia contemplado e achamos que a universidade em geral ainda é um pouco fechada, ainda tem pouca extensão mesmo. Isso aconteceu também no contexto de ocupação do CAC, uma greve que teve de alunos decorrente da PEC 55 (BRITTO, ENTREVISTA 2020).

Segundo Pedro, houve nesse contexto político uma grande mobilização dos estudantes no prédio do CAC, da UFPE, mas as pessoas de fora não tinham conhecimento daquilo. Isso despertou no grupo a vontade de levar o que é discutido na academia para outros patamares. Segundo Pedro, foram questionamentos como “*O que a gente pode fazer para exercer a função social do arquiteto? Para que isso que a gente está aprendendo aqui tenha um confronto com a realidade?*” que impulsionaram a profissionalização e atuação do coletivo nas cidades.

Hoje o coletivo massapê possui oito integrantes e está passando por um processo de formalização como ONG após quatro anos de atuação no espaço. Pedro argumenta que “a gente acredita que essa institucionalização abrirá novas portas, principalmente em termos de financiamento”, já que isso é um passo natural de crescimento e que vários editais, que funcionam como meio de financiamento para intervenções, pedem cnpj.

O Massapê utiliza o Urbanismo Tático como ferramenta, promovendo, através de parcerias público-privadas e editais, ações nos espaços públicos que vão além da intervenção, mas parte também da esfera da educação urbana. Segundo Pedro, o coletivo faz parte da abordagem do Urbanismo Colaborativo, e atualiza o Urbanismo Tático como meio para realizar as intervenções dentre desse contexto. “O Urbanismo Tático a gente vê como uma ferramenta que está a disposição dessa abordagem maior que é o urbanismo colaborativo” (BRITTO, ENTREVISTA 2020).

Segundo Pedro, logo depois do que era antes um grupo de estudos virar coletivo, alguns integrantes participaram de um *workshop internacional de*

prototipagem urbana do Inciti (Pesquisa e Inovação para as Cidade), quando vieram vários coletivos do Brasil e da Europa que já trabalhavam nessa perspectiva do Urbanismo Tático, da ação tática sobre a cidade e da ideia de teste. O evento tinha como intenção promover a ocupação temporária de uma área próxima a faculdade Maurício de Nassau que margeava o rio Capibaribe, testando assim um espaço onde seria, futuramente, implantado um trecho do macro projeto *Parque Capibaribe*.

Esse é um exemplo que mostra como o Urbanismo Tático pode ser utilizado para somar, podendo agregar no processo de execução de um macro-projeto, uma vez que as intervenções temporárias com participação popular podem servir de termômetro ao indicar se o projeto está indo na direção correta, evitando incoerências na fase permanente. No *PURA* (Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Parque Capibaribe), um dos documentos do projeto *Parque Capibaribe*, diz-se que:

Ao promover iniciativas cidadãs, experimentações e desenvolvimento de protótipos que buscam soluções adequadas, o urbanismo de ativação leva ao empoderamento do povo, ao fortalecimento das identidades, do apego, dos afetos, que vão ocupar, cuidar e manter os espaços da cidade. Com essa visão, esse urbanismo propõe incitar a revelação da consciência cidadã latente no Recife: ao provocar, mediar e promover processos transparentes, colaborativos, abertos, verá a transformação da almejada cidade próspera, justa e feliz — a Cidade-Parque. (PURA, 2019, p.14)

A participação do Massapê assim como de outros coletivos no processo de planejamento, ativação e execução do macro-projeto *Parque Capibaribe* vem mostrar que ferramentas como o Urbanismo Tático não tem o objetivo de substituir o planejamento urbano tradicional, mas sim de somar e trazer a população para perto das decisões a fim de democratizar intervenções e testá-las. Essas metodologias têm, também, definido formas de profissionais ligados ao urbano, sobretudo arquitetos e urbanistas, ocuparem seus espaços nas tomadas de decisão ligadas as cidades, descentralizando-as, visto que historicamente nas cidades brasileiras as decisões concentram-se na esfera pública sem muita participação popular, apesar desta ser legitimada legalmente.

Quando perguntado sobre um projeto de Urbanismo Tático marcante para o Massapê, Pedro trouxe o exemplo da horta comunitária realizada na Vila de Santa Luzia, em 2018. Hoje, após dois anos de execução, a horta continua ativa e é mantida através dos cuidados dos moradores. O contato do coletivo com a comunidade começou em 2016, através de ações efêmeras que buscavam trazer para os habitantes um olhar sobre o espaço público. Através da comunicação com o centro comunitário Cerpas, e por meio de um edital do Fundo Sócio Ambiental Casa, o Massapê conseguiu financiamento para executar o projeto da horta.

Essa intervenção da Horta Comunitária foi apresentada no escritório Street Plans de de Mike Lydon, durante minha apresentação sobre urbanismo tático no Brasil. Nesse contexto, Mike perguntou sobre como esse processo funcionava, e eu expliquei que existia uma verba nas prefeituras destinadas a processos participativos, ocasião em que ele mesmo trouxe o termo: “*Participatory Budgeting!*” (orçamento participativo). Mike disse que tinha conhecimento desse ser um método criado no Brasil, e que foi algo que os Estados Unidos passou a adotar. Esse momento da conversa foi importante para debater que, países em desenvolvimento, apesar de todas as suas dificuldades, conseguem ter uma troca positiva de experiências com países desenvolvidos, e inspirar soluções e alternativas em outras realidades.

No processo da intervenção tática do Massapê em Santa Luzia, acordos de convivência foram instituídos com os moradores, e o projeto foi realizado durante seis mutirões que ocorreram em finais de semana, além de contar com a ajuda de amigos e voluntários que acompanham o trabalho do coletivo. No entanto, ocorreu uma intercorrência muito comum aos processos de intervenções de urbanismo tático, devido ao caráter informal da ocupação do espaço. Por não possuir a licença para utilizar aquele espaço, ele foi notificado por uma eventual passagem da prefeitura no local. Porém, como também é comum acontecer na prática do Urbanismo Tático, a formalização da ação pode vir a ocorrer de acordo com a adesão da população ao projeto e repercussão no espaço. Assim, com o apoio do grupo de advocacia CPDH e em articulação com a secretaria de inovação urbana a notificação foi, além de retirada, uma oportunidade de articular a formalização daquele espaço e promover também

uma intervenção na chamada Rioteca, uma biblioteca próxima a horta. A prefeitura pôde estar presente no local, promover rodas de conversas e reformar essa biblioteca que fica nas margens do Rio Capibaribe, que surgiu a partir da iniciativa dos próprios moradores do local.

Embora a horta realizada na Vila de Santa Luzia tenha tido um bom desfecho, o grupo chama atenção para algumas questões decorrentes das intervenções de Urbanismo Tático, como por exemplo a conveniência que muitas dessas obras trazem para o poder público. Para ilustrar essa problemática, o grupo traz a intervenção realizada na Praça Jardim Brasil em Olinda, já que após a intervenção, os próprios moradores e usuários do local começaram a juntar dinheiro para colocar mobiliário ou brinquedos nas praças a fim de mantê-la, o que mostra que o papel que deve ser do poder público pode acabar sendo delegado para a sociedade. Além disso, essa situação fez com que as pessoas que articularam e juntaram uma reserva para a compra do mobiliário da praça colocassem cadeados em parte deles pela noite, resultando em um processo de privatização do espaço público, embora o intuito fosse proteger.

Imagem 16: Manutenção da horta pós intervenção



Imagem 17: Mutirão para execução da Horta



Imagem 18: Processo participativo



Fonte: Website do Massapê

O Coletivo Massapê acredita no potencial educativo e pedagógico da arquitetura e urbanismo, o que faz com que os integrantes realizem também essa função de conscientizar a população e reforçar o significado do espaço público. De acordo com as experiências do coletivo, espaços com lideranças fortes são

mais fáceis de intervir e trazer esclarecimentos aos moradores acerca da utilização do espaço.

MICRÓPOLIS | Belo Horizonte, MG - Sudeste

Estudo de caso de Urbanismo Tático: Reestruturação Urbana

O Micrópolis é um coletivo que foi fundado no ano de 2010 em Belo Horizonte. De acordo com Felipe Carnevalli, que concedeu a entrevista, depois de passar um período trabalhando mais informalmente, o Micrópolis se identificou com o formato de escritório de arquitetura e urbanismo, mas se denomina também coletivo pela sua forma de atuação que possui uma articulação com diferentes atores e intervenções voltadas ao urbano. Desde o começo da sua atuação, o Micrópolis participa de editais de lei de incentivo à cultura e residência artística, entre outras oportunidades que vão surgindo no decorrer dos projetos do coletivo.

Imagem 19: Integrantes do Micrópolis



Fonte: Website do Micrópolis

Durante a entrevista, Felipe também contou como foi o contato com o método do Urbanismo Tático e abordagens afins, já que estas são justamente alternativas fora do mercado formal de arquitetura e urbanismo, funcionando também como uma opção de *caminho do meio* que é buscado pelo grupo:

Então, a gente lá nos primórdios, no início de 2010, a gente fazia parte de um grupo de pesquisa lá de arquitetura, o PET (programa de educação tutorial), que você ganha uma bolsa para fazer pesquisa. Nessa época a gente fazia uma revista sobre arquitetura, e começamos a ter muito contato com escritórios da América Latina, que convidavam a gente pra escrever. Tiveram 4 edições dessa revista e começamos a ter mais contato com essas coisas e saber que isso existia nessa época.

Quando perguntado sobre uma ação que foi mais marcante para o coletivo, Felipe falou sobre uma intervenção de reestruturação viária em parceria com o *SEBRAE*. O projeto, realizado em Belo Horizonte, tinha o objetivo de responder às necessidades dos comerciantes de uma avenida bem movimentada da cidade, que embora seja de uso misto, é predominantemente comercial. Esse processo começou quando os comerciantes do local acionaram o *SEBRAE* no intuito de conseguir um projeto de reestruturação urbana da avenida. Por serem muito articulados enquanto grupo, esses comerciantes tinham muitas redes de apoio e com isso conseguiram essa parceria. Eles queriam a melhoria do espaço público para aprimorar o movimento do comércio, tanto formal quanto informal, pois ambos existiam no local: lojas no pilotis dos prédios, comércio de rua, ambulantes, feiras de domingo, cadastradas e não cadastradas.

Nesse contexto, o *SEBRAE* convidou um grupo de escritórios para planejar o projeto e o Micrópolis, por sua vez, foi chamado por esse grupo de escritórios para fazer uma pesquisa com as pessoas do local no intuito de conseguir subsídios para viabilizar a proposta. Para tal, o coletivo fez uma pesquisa baseada em gráficos e também um mapeamento:

A gente fez uma pesquisa muito gráfica, porque a ideia é que a pesquisa virasse um livro que pudesse ser compartilhado com os próprios comerciantes para que eles mesmos pudessem entender tudo. Não queremos fazer um dossiê urbanístico burocrático, queríamos fazer algo bem próximo do que interessaria

a eles, então fizemos uma coisa muito gráfica para eles entenderem, e um mapeamento que ia desde o movimento do trânsito até como os comerciantes ocupavam a rua em frente a loja deles. Tinham também texturas e cores das lojas, era muito amplo, um livrinho super legal que deu subsídio para um projeto, mas esse projeto era muito caro e muito difícil, a gente sabia que ia demorar anos pra ele ser implementado, de fato até hoje ele não foi. Acho que a gente fez em 2017 ou 2016, e até hoje ele não foi feito.

Depois dessa etapa, por entender a dificuldade da implementação do projeto, o coletivo propôs uma solução através de experimentos de Urbanismo Tático, pensando e executando outro livro, uma espécie de manual de ideias com soluções baratas e acessíveis. Nesse manual, os próprios comerciantes usariam as calçadas em frente as lojas deles.

No final a gente resolveu pensar em outro livrinho que era uma espécie de manual de ideias, ações que os próprios comerciantes poderiam fazer na calçada em frente a loja deles e a ideia era que esse mini projeto tivesse um efeito multiplicador. A gente mostrava meio que “se uma pessoa de uma loja fizer, vai ficar assim, se todo mundo da rua, ou do quarteirão fizer igual, a rua vai ficar desse outro jeito.” Eram 10 mini projetos como parklet, bancos, floreiras, bicicletários, várias coisinhas que eram muito mais baratas de fazer e eles poderiam ir fazendo enquanto o projeto grande não ficasse pronto. Fizemos esse livrinho que era uma espécie de manual que contava também, por exemplo, se você quisesse botar um banquinho, em que parte da calçada a lei te permitiria colocar, então colocamos as leis de um jeito mais gráfico.

Iniciou-se dessa forma esse projeto com efeito multiplicador por parte do coletivo, com a participação da sociedade e técnicas do Urbanismo Tático. Segundo o coletivo, esse projeto teve como referência o Plano Diretor de SP, que também é bem gráfico e visual. Outro passo de suma importância para que isso pudesse acontecer foi levar o projeto à prefeitura e para a secretaria de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte, onde o projeto foi impulsionado com uma licença, *“uma espécie de decreto, uma licença especial para essa rua, para que os comerciantes pudessem colocar essas coisas”*.

Nesse estudo de caso, apesar de todo entrave burocrático na execução da intervenção, os integrantes do coletivo buscaram colocar as soluções de acordo com a legislação. Embora esse projeto não possa ter as ilustrações

divulgadas a pedido do SEBRAE, ele é um exemplo das variadas formas de articulação que podem existir ao idealizar e executar uma intervenção de Urbanismo Tático. Nesse projeto, houve uma comunicação entre o *Micrópolis* com os comerciantes, escritórios de arquitetura, SEBRAE e poder público, tendo sido a solução final idealizada pelo coletivo.

A necessidade de se conseguir um decreto mostra, sobre o Urbanismo Tático no contexto brasileiro, a falta de legislação para projetos como esse. O fato do projeto definitivo não ter sido implantado expõe também a dificuldade que existe dos projetos de Urbanismo Tático alcançarem a intervenção definitiva e estrutural. Nessas ocasiões, coletivos como o *Micrópolis* costumam tentar buscar uma solução que beneficie a cidade e a sociedade, mas existe uma parte do processo, que é justamente a estrutural e permanente, que só cabe partir do poder público. No estudo de caso trazido pelo *Micrópolis* existe ainda a complexidade do projeto ser de reestruturação viária, algo que para acontecer no formato definitivo requer uma infraestrutura maior do Estado.

MOBILIZE E OCUPE SEU BAIRRO (MOB) | Brasília, DF - Centro-Oeste

Estudo de caso: Requalificação de praças

O coletivo MOB foi fundado em 2013 em Brasília, e é composto por cinco mulheres graduadas em Arquitetura e Urbanismo. Sua atuação concentra-se no Distrito Federal, com foco na região metropolitana de Brasília. Entretanto, o coletivo também trabalha com diretrizes urbanas em cartilhas e manuais que possam ser utilizadas por outras cidades brasileiras, buscando incentivar outros grupos ou até mesmo o governo a replicar intervenções de urbanismo tático e espalhar os princípios do direito à cidade.

As fundadoras do MOB registraram o coletivo como ONG para avançar nas suas atividades e ter mais oportunidades como participação de editais. Elas explicam que *“no modelo ideal, elas receberiam uma renda como arquitetas urbanistas e gestoras da organização, mas na prática a arrecadação financeira cobre no máximo os custos dos projetos e intervenções.”* Dessa forma, segundo

as próprias integrantes, elas acabam realizando no MOB algo que se assemelha mais a um trabalho voluntário. Apesar disso, quando questionadas se haveria intenção de um retorno financeiro do projeto, as integrantes afirmaram que sempre existiu o interesse em tornar o projeto sustentável financeiramente para que pudessem se dedicar mais a ele, o que hoje não é possível já que a renda das arquitetas é proveniente de outros empregos.

As integrantes resolveram então optar pelo formato de ONG tendo em vista justamente esse retorno financeiro e a necessidade de uma consolidação formal, podendo receber esse retorno através de editais e parcerias público-privadas, embora ainda não tenham uma remuneração individual. Relataram ainda que tiveram muitas dúvidas durante a formalização, pois os próprios profissionais envolvidos no processo muitas vezes não sabem as formas que uma ONG pode operar, desconhecendo por exemplo o fato que pode haver um salário direcionado aos profissionais da mesma. Uma das integrantes do coletivo afirma na entrevista que *“enquanto diretoria elas teriam direito a um salário, e o que sobrasse seria destinado a melhorias da associação”*, mas conclui que falta tempo para se dedicar a ponto desse modelo funcionar, já que todas dependem dos seus cargos atuais. Três das integrantes trabalhavam na prefeitura em diferentes secretarias na época em que a entrevista foi realizada (2020), o que facilita de alguma forma a comunicação com o setor público para propor alguma parceria ou dar entrada em aprovações de protocolos e licenças para atuar no espaço público.

As integrantes do coletivo MOB também trouxeram para o diálogo uma intervenção em Planaltina, Brasília, em que elas participaram através de uma oficina. Nesse processo, explicam que:

A gente fez um projeto uma vez que foi uma Oficina Participativa, junto com uma urbanizadora, que está fazendo um projeto de urbanismo de um bairro daqui de Brasília numa área enorme, e aí como compensação ambiental (ou algo do tipo) o Ministério Público tinha chamado essa empresa para fazer essa mediação com a população para fazer um projeto participativo de uma praça, e ai eles pediram a nossa parceria para montar essas oficinas. Esse dia aí que a gente ia fazer de oficinas participativas com eles e aí o resultado disso foi a montagem de uma

cartilha com diretrizes sobre o que era a opinião daquela população a respeito do que seria um projeto ideal para aquele espaço (MOB, ENTREVISTA 2020).

Quando perguntadas sobre qual foi o futuro da praça de Planaltina, que era locada no centro histórico e receberia uma reforma a partir desse processo participativo, as integrantes do coletivo informaram que a intervenção não ocorreu. Nesse caso, o papel do coletivo foi concluído, que era elaborar a cartilha de diretrizes junto à comunidade sobre seus desejos e necessidades para que, a partir deste material, o arquiteto que fosse contratado realizasse o projeto, mas isso não chegou a acontecer. Diante do exemplo dado, a entrevistadora traz um pouco das críticas que existem sobre o Urbanismo Tático quando os projetos não são levados a etapa definitiva, perguntando a opinião do grupo sobre o assunto. Nesse contexto, é perguntado também se existe na trajetória do grupo outro projeto cujos resultados foram diferentes e possa servir de exemplo para fazer um paralelo entre as duas intervenções.

O MOB traz então a intervenção Mobilize em São Sebastião, e concordam sobre a dificuldade que ainda existe na esfera do Urbanismo Tático de se chegar nas etapas definitivas em alguns contextos. Porém, sobre a intervenção de Planaltina, uma das integrantes do coletivo traz também uma ponderação sobre a ação. Apesar de compreender que o ideal seria os projetos evoluírem para a fase permanente, ela explica que o papel do MOB como coletivo foi levantar as demandas da comunidade, e embora elas entendam que isso gera uma expectativa, existe também um ganho à medida que a população vivencia uma discussão sobre o valor dos espaços e do urbanismo em si: *“O tático tem também esse papel de levar questões para as pessoas. A praça não foi construída, mas a gente teve outros ganhos lá. Colocar vários grupos distintos para sentar junto e discutir, grupos que antes não tinham essa comunicação.”*

Nessa intervenção em São Sebastião, que é uma região mais vulnerável no Distrito Federal, uma praça foi transformada colaborativamente com a sociedade durante seis meses, a partir de um edital chamado Fundo Socio Ambiental Casa. O MOB identificou junto com a comunidade qual seria a praça que teria intervenção, fez o projeto, e observou que o desenvolvimento do espaço teve uma continuidade por parte da população:

No que foi implementado, a gente percebeu que a manutenção daquele espaço foi feita pela própria comunidade. Então a gente chegou lá quase um ano depois e eles já tinham plantado várias outras plantinhas, a praça está super bem mantida. Então eu acho que é isso também, o Urbanismo Tático traz essa ideia dessas ações pontuais mas que elas se reverberam. A gente fala da escala local, mas ele acaba se reverberando, então os comerciantes daquela praça pintaram as suas fachadas, quando viram a movimentação daquela requalificação daquele espaço, então foi um movimento bem bacana (MOB, ENTREVISTA 2020).

Imagem 20: Intervenção de São Sebastião



Fonte: Acervo do MOB

O diálogo com o coletivo MOB foi bastante proveitoso para analisar as formas que as integrantes utilizam o Urbanismo Tático a partir de dois exemplos práticos de um mesmo tipo de intervenção, que é requalificação de praça pública. Nesse contexto, o coletivo desempenhou e concluiu seu papel nas duas situações, mesmo no caso de Planaltina que não chegou a ter a praça executada. Este é mais um exemplo que mostra que, ainda que os coletivos desempenhem suas atividades, explorando todos os recursos e meios possíveis, chega um ponto de os projetos de Urbanismo Tático necessitam do comprometimento dos outros agentes para sair do patamar do temporário para o definitivo.

LABORATÓRIO DA CIDADE (LAB) | Belém, PA | Norte

Estudo de caso de Urbanismo Tático: Intervenção de enfrentamento a Covid-19

O Laboratório da Cidade foi criado em 2017 em Belém, quando Lucas Nassar, idealizador do coletivo, voltou do intercâmbio que fez nos Estados Unidos com um projeto piloto para o LAB. E a oficialização do coletivo ocorreu em 2018, enquanto a formalização por meio de CNPJ foi em 2021. Segundo Luna Ribas, integrante do coletivo que concedeu a entrevista, Lucas entrou em contato com as pessoas das suas redes sociais para ver quem tinha interesse em agregar nesse projeto. A partir disso foi feita uma oficina participativa da montagem do LAB, onde as pessoas que tinham interesse em participar do projeto ou contribuir com a cidade trouxeram demandas de Belém e deram suas ideias e visões sobre o projeto. Foi uma metodologia participativa dividida em grupos, com conversas, cartolinas para pôr as ideias, e foi nesse processo que surgiu o Laboratório da Cidade:

“E aí surgiram os primeiros documentos do Laboratório da Cidade, a partir do que as pessoas estavam falando que queriam para Belém. Então teve a montagem do estatuto, aí depois cartório e burocracias em geral, para a gente conseguir entrar em projetos oficialmente. Aí os primeiros projetos a gente comprou cadeiras, os projetos que vieram depois a gente comprou um projetor para fazer cinema na rua, aí depois comprou uma caixa de som. Então a gente foi paramentando com coisas simples e estratégicas, compramos uma mesa de

ping pong para que as pessoas pudessem quando a gente estivesse ocupando a rua ter mesa de ping pong e as pessoas se interessassem, fossem lá, e jogassem ping pong (RIBAS, ENTREVISTA 2021).

De acordo com Luna, o LAB surgiu a partir dessas primeiras intervenções, e tinha muito apoio por meio de doações, tanto de mobiliário e equipamentos para ações, como até mesmo o primeiro espaço que eles tinham. Luna disse também que quando o LAB inaugurou a sede, pediram doação de mobília e receberam. “Então algumas pessoas têm muita vontade de ajudar o LAB por conta também de que a gente já fez muita diferença aqui, já fez muito barulho no sentido que a gente pautou questões da cidade (RIBAS, ENTREVISTA 2021).”

De acordo com a resposta dada no questionário sobre os motivos que impulsionaram o surgimento do Laboratório da Cidade, foi informado que:

Muitas coisas, mas principalmente a insatisfação com a cidade que a gente mora que é Belém e a sua região metropolitana. Insatisfação em vários níveis: na forma com que a administração tratava a cidade, a forma que as pessoas enxergavam a cidade, de forma até apática, sem solução, a forma como as ideias sobre cidade chegavam ao público. Todas essas frentes como grandes insatisfações fizeram com que o Laboratório da Cidade fosse urgente à cidade de Belém (LAB, QUESTIONÁRIO 2020).

O projeto trazido pelo Laboratório da Cidade foi uma intervenção relativa ao enfrentamento da pandemia da Covid-19. A crise sanitária evidenciou em muitas cidades a precariedade das infraestruturas urbanas. Belém, assim como outras cidades brasileiras, é vítima da falta de água e saneamento básico. Nesse sentido, uma ação feita pelo LAB visando promover medidas de higienização pessoal e coletiva como forma de combate à propagação do Covid-19, foi a instalação de 10 pias de uso público, com água e sabão, em lugares de Belém definidos estrategicamente.

A intenção principal era promover a lavagem de mãos de modo a diminuir o contágio e desacelerar a transmissão do vírus, e incentivar e instruir a sociedade a seguir as orientações das autoridades sanitárias. *“A ideia é que, ao longo de três meses, as nossas pias possam promover 45.000 higienizações,*

mas, mais que isso, esse projeto vai servir para levantarmos a bandeira de um problema antigo da capital, que é o acesso à água (WEBSITE DO LAB).”

Essa fala traz uma visão de que intervenções táticas servem ainda como um sinalizador de problemas urbanos maiores, que passam muito tempo sendo ignorados. O projeto, em fase experimental, mostra como as intervenções táticas podem, além de serem utilizadas com um caráter emergencial, também dar ênfase a necessidades tão primárias. De acordo com Luna, a intervenção traz resultados reais à medida que temporariamente promove mais higienizações, mas também deve ser encarada como um ponto de partida para se pensar numa solução definitiva para o problema do saneamento da cidade.

Esse projeto de Urbanismo Tático obteve ainda uma articulação com os três setores da sociedade, a população, o poder público e a iniciativa privada. Foi através de um edital da Fio Cruz em parceria com a prefeitura que o Laboratório da Cidade executou o projeto *Pias Itinerantes*, que contava com a instalação das dez pias espalhadas pela cidade de Belém. Mediante o resultado positivo dessa intervenção, mais dez pias em Sacramenta, que fica do lado de Belém, foram instaladas mediante patrocínio de uma empresa privada. Além disso, desde o começo todo o processo foi feito com engajamento e conscientização da população sobre a importância da higienização, tendo o coletivo selecionado padrinhos entre os moradores locais para cada um tomar conta de uma pia instalada que fosse próxima a sua residência.

Segundo Lucas Nassar, coordenador do projeto, as pias devem funcionar por três meses em um primeiro ciclo, após este período, serão avaliados aspectos de performance do projeto. O LAB afirma também sobre o projeto das pias itinerantes, no blog do seu website, que:

“Nós escolhemos tratar da higienização porque em uma cidade como Belém, onde mais da metade da população vive em comunidades com carência de infraestrutura, como o acesso à água, esgoto, drenagem e coleta de lixo entre outros, é muito difícil atender as recomendações de higienização pessoal (WEBSITE DO LAB)”.

Imagem 21: Pias instaladas



Fonte: Acervo do LAB

O diálogo com o Lab foi essencial para analisar como os coletivos urbanos têm se colocado na dianteira de diversas questões relativas ao espaço urbano, mesmo nas mais complexas. A pandemia da Covid-19 trouxe diversas mudanças na forma de pensar como se deve ocupar os espaços, mas também revelou os graves problemas estruturais urbanos nas áreas mais pobres das cidades. Segundo Adriana Sansão Fontes, o Urbanismo Tático desempenhou um papel importante nesse contexto, uma vez que:

Várias cidades do mundo deram início a intervenções temporárias dessa natureza no período pós-confinamento. Vias com maior número de pessoas tiveram as calçadas alargadas com balizadores ou grandes móveis, e placas foram colocadas para orientar pedestres ou motoristas. Novas ciclovias também surgiram para ampliar as opções de transporte ativo e evitar superlotação em outros modais, como trem, metrô e ônibus. (FONTES, 2020, p.150)

Já no caso da cidade de Belém, a urgência da intervenção foi gerada porque a necessidade daquele tecido urbano ia além da redistribuição de espaço numa ciclovia ou via de pedestre, estava voltado a uma necessidade básica como o acesso a água.

c) Interventura | São Leopoldo - Rio Grande do Sul | Sul

Projeto de Urbanismo Tático: Parking Day

O Interventura é uma empresa social que começou como coletivo no Sul do Brasil, em São Leopoldo, no ano de 2016. Os integrantes Júlia, Karine e Kleber tiveram a ideia de iniciar o projeto a partir dos seus trabalhos de conclusão de curso sobre São Leopoldo, pois passaram a enxergar que a cidade tinha muito potencial e começou a surgir o desejo de fazer por ela. Nesse processo de idealizar o coletivo, foi também quando surgiu um edital para projeto de parques e então os integrantes que fundariam o Interventura resolveram participar. Nessa situação, o coletivo percebeu a falta de legislação para parklet na cidade, iniciando algumas reuniões com a prefeitura e a partir disto começaram o Interventura como coletivo, que ficou denominado dessa forma de 2016 até 2018.

As intervenções de *parking day* criadas pelo Interventura, que partem da instalação de parklets, foram essenciais na história do coletivo, que depois virou uma empresa social. O *parking day* consiste na instalação de parklets numa rua pré-definida, e nesses locais, a depender das parcerias, são desenvolvidas diferentes atividades num espaço que antes era destinado ao estacionamento de automóveis.

Imagem 22: Rua do lazer durante uma das ações de parking day



Fonte: Instagram do Interventura

Imagem 23: Rua do lazer durante uma das ações de parking day



Fonte: Instagram do Interventura

Carline conta também sobre a primeira ação do grupo que foi considerada lucrativa, mas esse lucro veio de outras formas, sendo considerado um “lucro por boa causa”. A intervenção foi a realização de um evento de *parking day* em parceria com um Pub que cedeu materiais. O coletivo não dispunha de verbas, e o evento aconteceu no modo: *“leva a cadeira de casa, planta da mãe, da avó, do pai, do cachorro, leva todo mundo para ajudar a construir”*. Foi uma parceria com publicidade, mas não teve investimento. Aconteceu de uma forma meio improvisada, onde foi cedido alguns materiais e o grupo executou. Esse evento foi submetido terceiro encontro de urbanismo colaborativo do COURB em Fortaleza, e o Interventura nesse ponto ainda se denominava coletivo.

A intervenção foi aprovada no encontro do COURB, o que gerou nas integrantes a vontade de estarem todas presentes no encontro, embora não houvesse orçamento. Para arrecadar o investimento necessário, o grupo promoveu então um segundo *parking day*, desta vez junto a mais parceiros. Só nesse segundo evento o grupo considerou como um retorno financeiro real. As integrantes conseguiram subsídios através de vaquinha on-line, venda de brigadeiros e parceria com empresa privada, tudo no intuito de conseguir se capitalizar e ir para Fortaleza ao encontro de Urbanismo Colaborativo promovido pelo COURB. Então enxergaram esse momento como um divisor de águas, pois as quatro integrantes do grupo conseguiram ir até o encontro, e com isso perceberam que o projeto poderia ir mais longe e que o Interventura poderia também encontrar uma perspectiva de fazer alguma coisa economicamente viável sem perder o foco e o propósito.

A partir do encontro, as integrantes do Interventura passaram a se enxergar como Empresa Social e não mais coletivo. Segundo Carline:

O lucro que a gente tem hoje é muito mais para investir nos nossos projetos e na empresa e pagar nosso sustento, não é nenhum lucro absurdo, mas focado nesse empreendedorismo social de sustentar financeiramente a empresa e os gestores (CARAZZO, ENTREVISTA 2020).

A questão da formalização do coletivo é uma transição desafiadora, cujas dificuldades foram relatadas não somente pelo Interventura mas por outros coletivos. No caso do Interventura as integrantes encontraram no empreendedorismo social uma forma mais propícia de dar andamento as atividades.

“A gente estava começando a assinar os papéis de CNPJ e essas coisas no início do ano, e em função da pandemia, deu uma quebrada. Hoje a gente acaba se dividindo meio a meio. Somos 4 mulheres: eu, a Jéssica e a Júlia, que somos arquitetas, e a gente tem a fotógrafa, e a estagiária que é a Laura, que ainda está fazendo faculdade de jornalismo, mas as sócias são as quatro. E aí quando a gente estava entrando com os papéis, tomando esse direcionamento, entrou a pandemia. Com essa instabilidade financeira no país, tivemos que dar uma segurada nos papéis, mas hoje a gente tá entrando como empresa e voltando com a papelada, CNPJ e empresa LTDA (CARAZZO, ENTREVISTA 2020)”.

Contanto, a entrevistada chegou a relatar também que ainda existe um preconceito sobre empresas sociais, pois muitas pessoas partem da ideia de que todo trabalho voltado para o social deve ser gratuito. No entanto, o empreendedorismo social pode ser uma ótima alternativa para que mais trabalhos que dão retorno a sociedade não precisem parar por conta da inviabilidade financeira.

Sobre as parcerias do coletivo, pode-se concluir que elas são essenciais para as atividades do grupo, o que condiz com a característica do Urbanismo Tático de ser elaborado através de articulações entre diferentes atores. O avanço dessas parcerias, tanto no setor público quanto no setor privado propiciam o fortalecimento dos coletivos e contribuem essencialmente com a disseminação das técnicas que contribuem para a melhoria dos espaços públicos e sua funcionalidade. As intervenções do parking day, que são frequentemente abordadas pelo Interventura, viabilizam a partir das parcerias parte da sustentabilidade financeira do grupo, ao mesmo tempo que as integrantes fazem um trabalho de educação urbana junto aos cidadãos que se envolvem nas atividades durante as ações. Assim, são trazidas reflexões para as pessoas sobre questões como o uso do espaço público, dos modais de transporte e das relações urbanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar a ferramenta do Urbanismo Tático no Brasil revelou-se um grande desafio levando em consideração a cultura e complexidade das cidades brasileiras tanto nos aspectos positivos como negativos. Antes de adentrar na análise do método do Urbanismo Tático no país, foi iniciado um estudo sobre sua origem e pontos relevantes no local onde surgiu, os Estados Unidos. Assim, ao investigar a ferramenta nas cidades brasileiras, foi possível associar quais particularidades incorporadas no Urbanismo Tático são essencialmente desse território.

O Urbanismo Tático é uma metodologia que, numa conceituação mais geral, parte da ideia de testar espaços públicos por meio de intervenções rápidas e acessíveis, sob o termômetro do engajamento e aprovação dos usuários. O processo, que normalmente é dividido em fases, deve a partir da intervenção temporária seguir para um momento de validação desta através de pesquisas de campo no entorno, para que assim se possa dar início a um projeto permanente, que seria a última fase. Esse conceito foi criado por Lydon e Garcia em 2010, e tem sido amplamente disseminado como referência científica e prática sobre o método. Essa consolidação do conceito é importante numa perspectiva global, principalmente para servir como base nos debates sobre o Urbanismo Tático, que tem se mostrado como uma metodologia que vem crescendo. No entanto, numa pesquisa aprofundada sobre o Urbanismo Tático em um determinado país, é importante que se analise suas especificidades na sua utilização, assim como o que um diferente contexto e cultura podem modificar ou agregar na implantação de um método.

Quando confrontado com a complexidade das cidades brasileiras, com grande parte(?) do seu tecido urbano informal e seus problemas de gestão política urbana, a questão que surgiu de forma mais latente sobre o Urbanismo Tático foi sobre sua efetividade. Em artigos científicos, relatos de intervenções táticas que são iniciadas mas abandonadas na fase temporária faz crescer a quantidade de críticas a ferramenta, que em muitas ocasiões é apontada como placebo. Além de ser frequentemente questionado a finalidade de intervenções que se acabam com o tempo, já que muitas não atingem a fase permanente, na

revisão bibliográfica foi encontrado também questionamentos sobre as boas intenções ou não de políticos envolvidos com o método. No entanto, foi buscado aqui também investigar-se o Urbanismo Tático além do cenário crítico, mas pela perspectiva dos profissionais envolvidos com a prática, a fim de analisar suas dinâmicas e estudos de caso. A partir disso, busca-se uma ponderação sobre o que se é positivo e negativo na utilização do Urbanismo Tático no Brasil, e quais os desafios relativos a ferramentas podem ser destacados e trabalhados.

Ao longo do exame das respostas dos questionários respondidos pelos quinze coletivos, e também pelo diálogo realizado mediante entrevista com alguns dos coletivos, foi possível alcançar algumas conclusões mais assertivas sobre as definições, desafios e potenciais do Urbanismo Tático no Brasil a partir desse recorte. Essa investigação foi essencial uma vez que as análises passaram a contar não apenas com as referências científicas, mas também com a coleta de dados de vivências do método na prática.

Os coletivos urbanos entrevistados desempenham um papel importante para o planejamento urbano no Brasil. Além de utilizar o Urbanismo Tático para a execução de intervenções urbanas, que são normalmente elaboradas pelos coletivos em parceria com outros agentes da sociedade, alguns desses grupos também contribuem para a criação de políticas públicas urbanas e policymaking. Independente do foco de cada coletivo e do seu formato de funcionamento, foi identificado que esse novo arranjo profissional busca como objetivo comum a conscientização dos cidadãos sobre seus direitos e deveres urbanos.

Sobre as críticas apresentadas na parte bibliográfica da pesquisa ao longo do capítulo dois, que trata o Urbanismo Tático especificamente no Brasil, foi confirmado que as intervenções abandonadas na fase de teste representam muitas vezes a resolução de um problema de forma paliativa e quebram as expectativas dos usuários dos espaços quando estes perdem seu tempo de validade. No entanto, existem também intervenções que são feitas no intuito de serem apenas efêmeras e trazerem um viés educativo, portanto é importante identificar quais intervenções foram de fato abandonadas e quais já foram desenvolvidas com um período determinado de duração. Ainda nesse panorama, existem também as intervenções de Urbanismo Tático que atingem a efetivação do projeto final através de meios como editais públicos, orçamentos participativos e patrocínio de organizações ou iniciativa privada, fazendo com

que o método tenha cumprido seu propósito, que é entregar espaços voltados para as reais necessidades dos usuários através do engajamento destes.

Foi constatado ainda que existe uma certa precarização de parte das intervenções, e que isso muito se deve a um problema político estrutural em que as iniciativas são tomadas apenas quando trazem algum benefício, sobretudo de publicidade, as gestões envolvidas. No entanto, foi observado aqui que os profissionais engajados nos coletivos urbanos, por um outro lado, atuam além do uso de ferramentas práticas como o Urbanismo Tático, mas procuram criar uma regularização do seu trabalho e buscar melhores possibilidades para o Urbanismo Tático na esfera pública.

Em diversas respostas nos questionários e também nos relatos das entrevistas foi trazida a questão da burocratização na aprovação de intervenções pelo poder público. A dificuldade de comunicação, e muitas vezes a falta de conhecimento de profissionais da área pública sobre método participativos como o Urbanismo Tático são empecilhos no desenvolvimento das etapas finais e definitiva dos projetos. Essas questões foram também propulsoras na criação da *Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo*, que tem como uma das missões juntar diversos coletivos na busca por uma melhor comunicação com o poder público e criar espaços e oportunidades para tudo que for relativo a democratização e qualidade de vida nas cidades.

Outro ponto destacado nos resultados provenientes das entrevistas com coletivos urbanos que foram exploradas no terceiro capítulo foi a predominância dos profissionais ligados a arquitetura e urbanismo nos coletivos. Além disso, alguns membros trouxeram argumentos de que os coletivos representam meios de trabalhar com urbanismo no Brasil sem precisar necessariamente estar ligado ao poder público.

Muitas das questões voltadas ao Urbanismo Tático e temáticas afins surgem no curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo, quando cria-se uma percepção sobre a vivência dos espaços públicos no Brasil e suas problemáticas. No entanto, de acordo com alguns profissionais da área contemplados na pesquisa qualitativa, existe ainda uma distância entre a teoria e a prática nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, sobretudo com relação a cidade. Romper essa distância esteve entre os motivos que culminaram na formação dos coletivos urbanos.

Durante as pesquisas, foi trazido também que, apesar das universidades formarem arquitetos e urbanistas, existem poucos espaços para se atuar nas cidades brasileiras que não sejam por meio de emprego nas prefeituras. Isso gera um déficit no potencial das cidades brasileiras, que ficam sem o suporte dos profissionais que de fato foram formados para pensar as cidades, e as decisões ficam basicamente concentradas na esfera pública e parcerias público-privadas. Assim, os coletivos urbanos têm, apesar de todos os desafios, se consolidado como um *caminho do meio* pelo qual profissionais ligados ao urbano podem atuar nas cidades.

Algo que não estava nas hipóteses do trabalho mas foi constatado foi a grande influência que as trocas culturais por meio de intercâmbio tiveram na vida dos profissionais que integram os coletivos, tendo sido muitos desses intercâmbios decisivos no surgimento de parte dos coletivos entrevistados ou contemplados no questionário. Nas entrevistas com os coletivos urbanos espalhados em cada região do país, Emmanuel do instituto *COURB* contou que o que gerou o embrião do *COURB* foi a iniciativa de alguns participantes do programa Ciência sem Fronteiras que quiseram devolver a sociedade o investimento, que foi conferido a eles por meio dessa política pública, com um projeto social. A mesma situação ocorreu no coletivo *Oxe minha cidade é massa*, cuja história foi contada por meio do diário de campo. Já nos cinco coletivos entrevistados de cada região do país, o *Micrópolis* e o *Massapé* também foram influenciados pelo Ciência sem Fronteiras, e o *Laboratório da Cidade* foi fruto de um projeto realizado em um intercâmbio nos Estados Unidos vivenciado pelo idealizador do projeto.

Nesses contatos com experiências fora do país, foi estimulada também a vontade de atuar na área urbana apesar das poucas oportunidades no Brasil. Escritórios da América Latina conhecidos pelas trocas culturais através da rede *Placemaking* foram grandes referências para Leo Brawl, cofundador do *TransLAB URB*. Já as experiências norte-americanas conhecidas no contexto dos intercâmbios abriram horizontes para os coletivos, que passaram a vislumbrar as diversas possibilidades que existem para intervenções urbanas. Embora esses referenciais tenham se mostrado como um componente influenciador, os entrevistados se mostraram atentos as particularidades das cidades brasileiras, e buscaram adaptar o Urbanismo Tático a realidade do país.

Conclui-se então que o Urbanismo Tático no Brasil, mesmo tendo suas influências e referências externas, tem adquirido suas próprias especificidades ao longo dos anos em que vem sendo implementado. A metodologia possui também desafios específicos relacionados a realidade em que se inserem, mas também soluções que vem sendo criadas pelos atores envolvidos com o método diante desse panorama. Essas soluções para a melhorar a efetividade do Urbanismo Tático no Brasil, por sua vez, partem muitas vezes dos *coletivos urbanos*, que em si já é um arranjo que surge como uma resposta as questões urbanas ligadas a gestão e participação no território brasileiro. Dessa forma, o próprio conceito de *coletivo urbano* surge no Brasil como um novo modelo de trabalho que busca sanar questões urbanas, usando diversas ferramentas e métodos como o Urbanismo Tático. Nesse processo, apesar de todos os desafios ainda a serem vencidos, o diferencial que se constata na relação desses coletivos com o método é a consolidação de um papel educativo urbano junto à população.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática - Coleção Temas, v. 71, 2000.

ARCHDAILY (ed.). **Urbanismo Tático**: o mais recente de arquitetura e notícia. **Archdaily**, fev. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/tag/urbanismo-tatico>. Acesso em: 08 jan. 2022.

AURELI, Pier Vittorio (ed.). **The city as a project**. Berlin: Ruby Press, 344 p., 2013.

BALBO, Marcello. Citado em Mark R. Montgomery et. al. (org.), **Cities Transformed**: Demographic Change and Its Implications in the Developing World. Washington. The National Academic Press, 2003, p. 379.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. Em: Obras escolhidas; v.3. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: A aventura da modernidade. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1987. 362 p. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioratti.

BORJA, J. & CASTELLS, M. (1997). **Local and Global: The Management of Cities in the Information Age**. Earthscan Publications Limited, London.

BRANDÃO, Zeca. **Urbanismo Tático x Urbanismo Populista**. Diário de Pernambuco. Recife, 11 mar. 2020. Notícia. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniaio/2020/03/urbanismo-tatico-x-urbanismo-populista.html>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRANCO, Patrícia. **“ACUPUNTURA TÁTICA” EM VAZIOS URBANOS**: estratégias participadas de revitalização e organização local em agualva-cacém. 2017. 266 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

BRANDÃO, Zeca. **Planejamento Estratégico + Desenho Urbano: a importância do projeto urbano e do arquiteto urbanista na produção da cidade contemporânea.** Cidades Sustentáveis, Rio de Janeiro, v. 13, n. 32, p. 311-336, mar. 2018. Anual.

BRANDÃO, Zeca. **The role of urban design in strategic planning:** the case of rio de janeiro. 2004. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de Housing And Urbanism Programme, Housing And Urbanism Programme, Architectural Association School Of Architecture, Londres, 2004. Cap. 1.

BRENNER, Neil. **Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?:** Emetropolis, Nova York, v. 7, n. 27, p. 1-28, dez. 2016. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/artigo/201?name=seria-o-urbanismo-tatico-uma-alternativa-ao-urbanismo-neoliberal>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CARVALHO, Cláudio Oliveira de; RODRIGUES, Raoni Andrade. **Plano diretor e participação popular:** um debate a partir do caso de salvador/ba. Revista Jurídica do Curso de Direito da Uesc, Santa Catarina, p. 73-119, 2017. Semestral. Disponível em: <file:///C:/Users/PCMelo/Downloads/1563-Texto%20do%20artigo-6372-2-10-20170711.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CASTRO, Laura. **Consumo criativo como produção do espaço:** uma reflexão crítica sobre o urbanismo tático a partir de práticas socioterritoriais de antidisciplina. XVIII Enanpur, maio 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=146>. Acesso em: 02 set. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano:** 1. artes de fazer. 22. ed. São Paulo: Vozes, 2014. 319 p. Tradução de Ephraim Ferreira Alves.

CONSELHO BRASILEIRO. **Placemaking Brasil.** Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/o-que-e-placemaking>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, G. **Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional.** In: JACQUES, P. B. (Org.). Apologia da deriva - escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 43-59.

DUARTE, A.; SANTOS, R.P. **A cidade como espaço de intervenção dos coletivos:** resistência e novas formas de vida urbana. Ecopolítica, n. 4, 2012. www.revistas.pucsp/ecopolitica.

EBOLI, Pedro Caetano. **Urbanismo tático e intervenções urbanas:** aderências e deslizamentos. Arcos Design, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 89-101, out. 2018. Edição Especial.

EBOLI, Pedro Caetano. **O Urbanismo Tático e seus limites políticos.** Revista Políticas Públicas e Cidades, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 50-62, 28 abr. 2019.

EBOLI, Pedro Caetano; PORTINARI, Denise Berruezo. **Urbanismo Tático e a cidade neoliberal.** Arcos Design, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 177-188, 12 dez. 2016.

FARIAS, Ana Carolina Carvalho. **Taxonomia do urbanismo tático:** uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes. 2018. 274 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FERREIRA, Vitor Sérgio. **Artes e manhas da entrevista compreensiva.** Saúde Soc., São Paulo, v. 23, n. 3, p. 979-992, 2014.

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea.** Rio de Janeiro: Bigodes, 2013. Epub. 523 p.

FONTES, Adriana Sansão. **Urbanismo Tático:** Um guia para as cidades brasileiras. Rio de Janeiro. Editora Rio Books, 2020

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva. 3º ed. 2015. 262 p.

GOMES, Julia Dias; GOMES, Leticia Dias; MELLO, Márcia Maria Couto. **Urbanismo tático e o direito a cidade**. Revista Políticas Públicas & Cidades, Belo Horizonte, v. 8, n. 4, p. 40-51, dez. 2019.

GONÇALVES, Glauco Roberto. **A deriva e a psicogeografia e suas possibilidades para os trabalhos de campo em Geografia Urbana**. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 13, n. 3, dez./2019, p. 100 – 111.

HAMRA, José Eduardo Eduardo. **Urbanismo Bottom-up: sociedade em rede e processos de urbanização emergentes**. 2018. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-31082018-160155/publico/DissCorrigidaJoseEduardoHamra.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 27-34.

HORI, Paula. **Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações**. XVII Enanpur: Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-17, dez. 2017. Sessão temática 6: espaço, identidade e práticas sócio-culturais.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes. 2009

LANER, Izadora. **O Urbanismo Colaborativo como caminho de solução aos desafios da cidade**. 2017. Disponível em <https://issuu.com/institutocourb/docs/artigo_courb_aeaulp>.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. **As veias abertas do planejamento urbano e a avalanche da governança de mercado. Desenvolvimento, Planejamento e**

Governança: expressões do debate contemporâneo, Rio de Janeiro, v. 1, p. 161-179, 2014.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro: 2001. 3º Reimpressão, 2011.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. 137 p.

LOVELOCK, James. Gaia: um modelo para a dinâmica planetária e celular. In: Thompson, W.I (org). Gaia. Uma teoria do Conhecimento. São Paulo: Gaia, p. 77-90, 1990.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical Urbanism: short-term action for long-term change**. Washington: Island Press, 2015. 230 p.

MACÊDO, Amanda Florêncio de; ALMEIDA, André Moraes de. **O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das praias do capibaribe**. In: Congresso internacional espaços públicos, 1., 2015, p. 1-10.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porte Alegre, ano 9, n.18, p. 248-285, 2007.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política pública no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2017. 185 p.

MAZIVIERO, Maria Carolina; ROSA, Marcos Leite. **Prática urbana insurgente: ferramentas para ampliação do processo tradicional de planejamento urbano**. In: ENANPUR, XVIII. Natal, 2019. p. 1-6.

ORG, Project For Public Space. **Placemaking**: Imagine a world where everyone has the opportunity of shape public spaces. Disponível em: <https://www.pps.org/placemaking>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PALLASMAA, Juhani. **Essências**. São Paulo: Gustavo Gili, 2018. 123 p. Tradução de Alexandre Salvaterra.

REIS FILHO, Antonio; MOURA, Ana Clara. **Zonas Especiais de Interesse Social Utilizando Análise de Multicréditos**. Mercator. Fortaleza. Não é um mês valido! 2016. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012016000300067&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 dez. 2021.

RODRIGUES, Lessandro. **Estatuto da Cidade**: quinze anos se passaram, mas o brasil urbano continua desigual e excludente. Archdaily, 15 abr. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/785520/estatuto-da-cidade-quinze-anos-se-passaram-mas-o-brasil-urbano-continua-desigual-e-excludente-lessandro-lessa-rodrigues>. Acesso em: 8 dez. 2021.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: As revoltas de junho e suas interpretações. In. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1Ed. São Paulo: Ed. Boitempo; Carta Maior, 2013.

SPECK, Jeff (2012-11-12T22:58:59). **Walkable City** . Farrar, Straus and Giroux. Edição do Kindle.

VILLAÇA, Flavio. **Dilemas do Plano Diretor**. Perspectiva: Desenvolvimento Físico-Territorial, Rio de Janeiro, p. 237-247, 1995. Disponível em: https://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Dilemas_PD_Villa%25c3%25a7a1.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

WHYTE, Whilliam. **City: rediscovering the center**. Philadelphia: University Of Pennsylvania Press, 2009. 388 p.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: Tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 2º ed. 424 p.

STEVENS, Jeroen; MEULDER, Bruno de; SOMEKH, Nadia. **Ocupações no centro da cidade de São Paulo: um urbanismo emergente?**. Vitruvius: Arqtextos, São Paulo. 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/20.230/7472>. Acesso em: 18 set. 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília. v.21, n.1, p.109-130, 2006.